**EB70-MC-10.350**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**EXÉRCITO BRASILEIRO**

**COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES**

# Manual de Campanha

# BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

**1ª Edição**
**2023**

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

# EB70-MC-10.350



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

# Manual de Campanha

# BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

1ª Edição
2023

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

PORTARIA – COTER/C Ex Nº 341, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023
EB: 64322.018004/2023-99

Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.350 Brigada de Infantaria de Selva, 1ª edição, 2023, e dá outras providências.

O **COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 16 das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre – SIDOMT (EB10-IG-01.005), 6ª edição, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 25 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha EB70-MC-10.350 Brigada de Infantaria de Selva, 1ª edição, 2023, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**Gen Ex ESTEVAM CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA**
Comandante de Operações Terrestres

(Publicado no Boletim do Exército nº 44, de 1º de novembro de 2023)

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

## FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

| NÚMERO DE ORDEM | ATO DE APROVAÇÃO | PÁGINAS AFETADAS | DATA |
|---|---|---|---|
| | | | |

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

**ÍNDICE DE ASSUNTOS**


| | Pag |
|---|---|
| CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO | |
| 1.1 Finalidade.......................................................................... | 1-1 |
| 1.2 Considerações Iniciais............................................................ | 1-1 |
| 1.3 Compreensão do Ambiente Operacional.................................... | 1-2 |
| CAPÍTULO II – A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA | |
| 2.1 Considerações Gerais............................................................. | 2-1 |
| 2.2 Conceitos Básicos.................................................................. | 2-1 |
| 2.3 Conceito de Emprego.............................................................. | 2-2 |
| 2.4 Estrutura Organizacional......................................................... | 2-3 |
| 2.5 Missões, Características, Possibilidades e Limitações.............. | 2-4 |
| 2.6 Capacidades Operacionais, Atividades e Tarefas...................... | 2-7 |
| CAPÍTULO III – A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS OPERAÇÕES BÁSICAS | |
| 3.1 Considerações Gerais............................................................. | 3-1 |
| 3.2 Operações Ofensivas.............................................................. | 3-2 |
| 3.3 Operações Defensivas............................................................ | 3-13 |
| 3.4 Operações de Cooperação e Coordenação com Agências...... | 3-21 |
| CAPÍTULO IV – A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS OPERAÇÕES COMPLEMENTARES | |
| 4.1 Considerações Gerais............................................................. | 4-1 |
| 4.2 Operações Aeromóveis............................................................ | 4-1 |
| 4.3 Operações de Busca, Combate e Salvamento........................... | 4-5 |
| 4.4 Operações de Segurança......................................................... | 4-7 |
| 4.5 Operações contra Forças Irregulares........................................ | 4-24 |
| 4.6 Operações de Junção.............................................................. | 4-26 |

4.7 Operações de Interdição.......................................................... 4-29

4.8 Operações Ribeirinhas.............................................................. 4-30

CAPÍTULO V – A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES TERRESTRES

5.1 Considerações Gerais………..……................................................ 5-1

5.2 Ações de Reconhecimento, Vigilância e Segurança...…........... 5-1

5.3 Coordenação e Controle do Espaço Aéreo...........................….. 5-9

5.4 Planejamento e Coordenação do Apoio de Fogo..................... 5-11

5.5 Substituição de Unidades em Combate.................................... 5-17

5.6 Assuntos Civis.......................................................................... 5-20

5.7 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear................... 5-21

5.8 Operações Psicológicas........................................................... 5-22

5.9 Defesa Antiaérea...................................................................... 5-23

5.10 Comunicação Social............................................................... 5-25

CAPÍTULO VI – COMANDO E CONTROLE

6.1 Considerações Gerais..........……................................................ 6-1

6.2 Comando e Controle................................................................. 6-2

6.3 Postos de Comando.................................................................. 6-2

6.4 Responsabilidades Funcionais................................................. 6-6

6.5 Processo de Planejamento e Condução das Operações.......... 6-11

6.6 Ligações e Comunicações....................................................... 6-12

CAPÍTULO VII – LOGÍSTICA

7.1 Considerações Gerais................................................................ 7-1

7.2 Estrutura de Apoio Logístico..................................................... 7-2

7.3 Peculiaridades do Apoio Logístico na Brigada de Infantaria de Selva.......................................................................................... 7-4

ANEXO A – ORDEM DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES OFENSIVAS (MODELO)

ANEXO B – CALCO DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES OFENSIVAS (MODELO)

ANEXO C – ORDEM DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS (MODELO)

ANEXO D – CALCO DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS (MODELO)

GLOSSÁRIO

REFERÊNCIAS

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

# CAPÍTULO I

# INTRODUÇÃO

## 1.1 FINALIDADE

**1.1.1** Este manual de campanha (MC) tem por finalidades:
a) estabelecer os princípios básicos e orientar o preparo, o planejamento (Plj), o emprego, a condução e o controle das operações realizadas pelas brigadas de infantaria de selva (Bda Inf Sl) dentro da concepção operacional da Força Terrestre (F Ter);
b) apresentar os conceitos, fundamentos doutrinários e princípios básicos que mais se adequam às peculiaridades do ambiente operacional amazônico, necessários à condução de um eficiente sistema de preparo e emprego;
c) fornecer subsídios, de forma a proporcionar as melhores condições para que as Bda Inf Sl alcancem os níveis de adestramento previstos para cada escalão da sua estrutura militar, em situação de guerra ou não guerra; e
d) orientar os integrantes e as organizações militares (OM) sobre as capacidades e o correto desempenho de suas funções, reduzindo dúvidas e propondo sugestões para o melhor emprego dessa grande unidade (GU).

## 1.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**1.2.1** A atual conjuntura e complexidade da região amazônica, com diversas temáticas nas quais se sobressaem os interesses internacionais, os crimes transfronteiriços e ambientais, as questões migratórias e indígenas, geram a necessidade de GU com capacidades peculiares a fim de atender às demandas existentes.

**1.2.2** As Bda Inf Sl, alinhadas com a missão do Exército Brasileiro (EB), seguem o que é preconizado na Constituição Federal de 1988 e suas leis complementares. Nesse sentido, essa GU deve estar em condições de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar para o desenvolvimento nacional, com a defesa civil, o bem-estar social e atuar de forma preventiva e repressiva na faixa de fronteira. Para tanto, deverá ser dotada de uma estrutura com a devida flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade e interoperabilidade (FAMESI), que permitam executar operações em situação de guerra e não guerra, de forma a fazer frente às ameaças apresentadas.

**1.2.3** Nesse contexto, a Bda Inf Sl conduz operações caracterizadas por grande fluidez e descentralização, em áreas de operações extensas, muitas vezes não contíguas e sem limites claramente definidos. Para isso, essa GU é formada

basicamente por elementos (Elm) de combate, elementos de apoio ao combate (Ap Cmb) e de apoio logístico (Ap Log), vocacionados para atuarem em ambiente de selva e que devem permear todas as funções de combate previstas na doutrina militar terrestre (DMT).

**1.2.4** A Bda Inf Sl é uma GU com estrutura organizacional fixa, vocacionada a atuar no ambiente operacional amazônico, no amplo espectro dos conflitos, de forma singular, conjunta ou combinada, e adaptar-se às nuanças que modificam constantemente os cenários de emprego, consoante com as estratégias da dissuasão e da presença.

**1.2.5** As orientações contidas neste manual têm como base as características e peculiaridades do ambiente operacional amazônico e devem ser entendidas como um guia, sem retirar ou mesmo restringir a flexibilidade e o pensamento criativo necessários à realização dos planejamentos.

**1.2.6** A utilização deste manual não dispensa os princípios e fundamentos que regem a doutrina da F Ter. Apenas orienta e alerta os planejadores para as peculiaridades relativas a esse ambiente operacional e às operações nele desenvolvidas.

**1.2.7** O presente manual tem enfoque no emprego da Bda Inf Sl nas operações no ambiente operacional amazônico. O seu eventual emprego, em outras operações, segue o previsto para as demais brigadas de infantaria do tipo leve, conforme consta nas publicações em vigor, entre as quais se destacam os MC *Operações, Operações Ofensivas e Defensivas* e *Brigadas de Infantaria*.

**1.2.8** As definições e os conceitos presentes neste manual e aqueles necessários ao seu entendimento estão contidos nas publicações *Glossário das Forças Armadas* e no *Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército*.

## 1.3 COMPREENSÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

**1.3.1** A região amazônica constitui-se de uma imensa área na América do Sul, predominantemente coberta por florestas equatoriais ou tropicais densas e de clima úmido ou superúmido. Abrange porções territoriais do Brasil e dos seguintes países: Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. A extensão da fronteira brasileira com esses países é de cerca de 11.000 km e, embora legal e historicamente definida, em largos trechos, não é nitidamente balizada.

**1.3.2** No Brasil, a região amazônica representa mais da metade do território nacional, engloba não só o interior da floresta como também toda a malha hidrográfica. Abrange todos os estados da região norte do país, além do norte do Mato Grosso e Goiás e o oeste do Maranhão. Essa região não é totalmente

coberta pela floresta, existindo diferentes tipos de sub-regiões dentro dessa grande área, inclusive com campos e montanhas.




Fig 1-1 – Representação geográfica da Amazônia, com as áreas de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN)

**1.3.3** Nessa região, a vivificação da faixa de fronteira é bastante dificultada. Contribuem para tal fato a escassez de vias de transporte terrestres e as longas distâncias, aspectos que também colaboram para o baixo desenvolvimento e a integração da região.

**1.3.4** A proteção das fronteiras, do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais e a maior presença do Estado, particularmente das Forças Armadas (FA) ao longo das fronteiras, são condições essenciais para o desenvolvimento da Amazônia.

**1.3.5** A Amazônia brasileira e seu grande potencial de riquezas minerais, hídricas, energéticas e biodiversidade, as temáticas ambiental e climática, as questões fundiária e indígena, os crimes transfronteiriços e ambientais, o terrorismo, as imigrações, os interesses difusos internacionais e a instabilidade dos países vizinhos constituem-se ameaças à nossa soberania e são focos permanentes da atenção nacional e internacional, tornando esse ambiente operacional cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo.

**1.3.6** Ressaltam-se as diferenças existentes entre as diversas sub-regiões da Amazônia, as quais contêm áreas de selva, campos gerais (savanas) e montanhas. É de fundamental importância a compreensão desses aspectos para a definição das capacidades necessárias e específicas às GU presentes em cada uma dessas sub-regiões, levando-se em consideração os fatores doutrina, organização, adestramento, material, ensino, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI).

# CAPÍTULO II

# A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

## 2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**2.1.1** A Bda Inf Sl é uma grande unidade (GU) da Força Terrestre, dotada de unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independente e de durar na ação. É vocacionada para atuar no ambiente operacional amazônico.

**2.1.2** A Bda Inf Sl está apta a realizar deslocamentos (Dslc) a pé, motorizados, fluviais e aéreos, o que lhe possibilita a mobilidade necessária para atuar em toda a região amazônica. Possui capacidade de conduzir operações ofensivas (Op Ofs), defensivas e de cooperação e coordenação com agências (OCCA), dispondo de materiais e instrução específica, direcionados ao seu emprego nesse peculiar ambiente operacional.

**2.1.3** Outra capacidade da Bda Inf Sl é realizar operações de resistência, nas quais se busca desgastar o inimigo pelo emprego de ações não convencionais e inovadoras. Esse assunto será tratado em manual específico.

**2.1.4** A Bda Inf Sl possui uma organização fixa, adaptando seus meios de combate e de apoio ao combate ao ambiente operacional, para atender às demandas do planejamento operacional, podendo, em determinadas situações, conduzir operações como Força Terrestre Componente (FTC).

**2.1.5** Para fazer frente a um cenário difuso e permitir a atuação integrada e sincronizada, foram elencados, dentro dos elementos do poder de combate terrestre, como essenciais à estrutura organizacional dessas GU, as seguintes funções de combate: Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção. A presente publicação aborda essas funções de combate e outros aspectos necessários ao emprego da Bda Inf Sl, com foco nas GU presentes no ambiente operacional amazônico.

## 2.2 CONCEITOS BÁSICOS

**2.2.1** Capacidade operacional (CO) – é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: doutrina, organização (e/ou processos), adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI).

**2.2.2** Atividade (Atv) – conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou de similaridade, cujos resultados concorrem para o desenvolvimento de uma determinada função de combate.

**2.2.3** Tarefa – trabalho ou conjunto de ações cujo propósito é contribuir para alcançar o objetivo geral da operação. É um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos integrados, segundo uma determinada sequência, e destinado à obtenção de um resultado determinado. As tarefas constituem-se ações a serem executadas pelos diversos sistemas e elementos operacionais.

## 2.3 CONCEITO DE EMPREGO

**2.3.1** A concepção de emprego da Bda Inf Sl tem como fundamento básico a fluidez e a atuação descentralizada. Devido às características do ambiente operacional, essa GU pode ser empregada de forma singular, conjunta, combinada ou em cooperação e coordenação com agências.

**2.3.2** A dimensão do ambiente operacional amazônico resulta na diversidade das características entre as áreas de responsabilidade em que as Bda Inf Sl podem atuar. Assim, em determinadas regiões, há o predomínio de ações fluviais e aeromóveis, ao passo que, em outras, a atuação por eixos rodoviários ocorre com maior frequência.

**2.3.3** O emprego da Bda Inf Sl é pautado pela sua vocação (fluvial, aeromóvel ou terrestre). Dessa forma, verifica-se a necessidade de um adestramento flexível para a atuação eficiente da tropa e para a correta utilização dos meios, de acordo com as especificidades de cada Bda Inf Sl.

**2.3.4** A execução da logística adequada constitui-se aspecto fundamental no planejamento e no emprego da Bda Inf Sl, haja vista as grandes distâncias de deslocamento, o regime dos rios, a escassez de recursos locais, as condições meteorológicas e a precariedade das estradas.

**2.3.5** O planejamento do emprego da Bda Inf Sl deve ser voltado para uma minuciosa análise das dimensões física, humana e informacional do ambiente operacional.

**2.3.5.1** Na dimensão física, o comandante (Cmt) e seu estado-maior (EM) deverão levar em consideração, dentre outros: principais localidades, regime dos rios, condições das estradas, eixos fluviais e rodoviários alternativos, clareiras, aeroportos/pistas de pouso, portos e locais para pouso de helicópteros.

**2.3.5.2** Na dimensão humana, há que se atentar para as considerações civis, com ênfase nas características das comunidades indígenas, da população

ribeirinha e das estruturas estratégicas presentes na área de operações que impactam a rotina dos habitantes locais.

**2.3.5.3** Na dimensão informacional, verifica-se a necessidade de levantamento da disponibilidade, dos alcances de transmissão e das condições dos meios de comunicação, tendo em vista a baixa densidade demográfica da região e a escassez de recursos locais. Também se deve considerar que as temáticas de cunho sócio-humanitário, como a temática indígena e ambiental, constituem-se forte apelo para consolidação de narrativas baseadas em diversos interesses, podendo ser prospectadas no cenário nacional e/ou internacional, o que exige que o emprego da Bda Inf Sl esteja sempre baseado nos princípios da legalidade e da legitimidade, a fim de garantir o êxito das campanhas militares, nessa dimensão.

## 2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**2.4.1** A Bda Inf Sl possui uma organização fixa, dotada de elementos que permitem a atuação de todas as funções de combate. Dessa forma, é constituída por:

a) estado-maior da brigada;

b) batalhões de infantaria de selva (BIS) ou comando (Cmdo) de fronteira/batalhão de infantaria de selva;

c) esquadrão de cavalaria (Esqd Cav) mecanizado ou de selva;

d) grupo de artilharia de campanha (Art Cmp) de selva;

e) bateria de artilharia antiaérea de selva;

f) batalhão logístico de selva (B Log Sl);

g) companhia de engenharia de selva;

h) companhia de comunicações de selva;

i) companhia de comando da brigada de infantaria de selva; e

j) pelotão de polícia do exército.

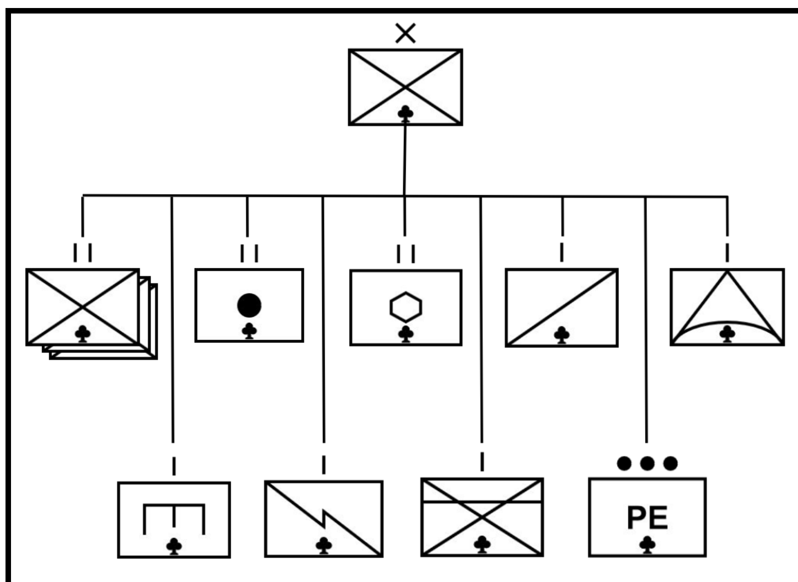



Fig 2-1 – A organização da Brigada de Infantaria de Selva

**2.4.2** A partir do exame de situação, conforme análise dos fatores de decisão, sobretudo quando essa GU atuar como FTC, a Bda Inf Sl pode ser reforçada com outras capacidades e meios não orgânicos, possibilitando o incremento do poder de combate.

**2.4.3** Os batalhões de infantaria de selva (BIS) são as principais peças de manobra (Man) da Bda Inf Sl. Alguns BIS possuem, ainda, a designação de Comando de Fronteira, em virtude de possuírem elementos desdobrados na faixa de fronteira, no nível subunidade (SU) e/ou pelotão.

**2.4.4** Os comandos de fronteira possuem, em sua estrutura, uma companhia especial de fronteira, a qual é formada por pelotões especiais de fronteira (PEF).

**2.4.5** A organização do material deve estar alinhada com a vocação da brigada e sua base doutrinária. Nesse sentido, as organizações militares tornam-se aptas a operar em suas áreas de responsabilidade à medida que são dotadas de meios compatíveis com o ambiente operacional que engloba a respectiva GU.

## 2.5 MISSÕES, CARACTERÍSTICAS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

**2.5.1** MISSÕES

**2.5.1.1** A Bda Inf Sl, na ofensiva, tem a missão cerrar sobre o inimigo (Ini) a fim de destruí-lo ou capturá-lo, utilizando o fogo, o movimento e o combate

aproximado contra o inimigo localizado em sua área de atuação e/ou conquistar objetivos específicos do terreno.

**2.5.1.2** Na defensiva, tem a missão de repelir o assalto inimigo pelo fogo, pelo combate aproximado e pelo contra-ataque e, ainda, manter os acidentes capitais, especialmente os que permitem controlar áreas e vias de circulação fluviais e terrestres, inclusive suas populações e recursos.

**2.5.1.3** No contexto da Segurança Integrada, participa de operações de cooperação e coordenação com agências e garantia da lei e da ordem dentro de sua área de responsabilidade.

**2.5.1.4** Quando sediada em área de fronteira, além das suas missões normais, recebe a missão de vigilância da faixa fronteiriça.

**2.5.2** CARACTERÍSTICAS

**2.5.2.1** A Bda Inf Sl é apta a operar na região amazônica, combinando o fogo, o movimento e o combate aproximado, necessitando, conforme a situação, de meios terrestre, fluviais e aéreos.

**2.5.2.2** É a unidade básica de emprego no ambiente operacional amazônico. Nesse contexto, admite-se empregar escalões menores, de maneira isolada, em situações de não guerra.

**2.5.2.3** Pode atuar enquadrada por uma divisão de exército (DE), corpo de exército (C Ex) ou FTC ou, ainda, isoladamente, recebendo, em qualquer desses casos, uma área de responsabilidade.

**2.5.2.4** Caracteriza-se, particularmente, por sua fluidez e pela capacidade de operar continuadamente em região de selva. A fluidez decorre da capacidade de atuar com grande descentralização de suas frações, do seu adestramento para deslocar-se através da floresta, dos meios fluviais orgânicos e do adestramento para operar com aeronaves e embarcações propiciadas pelo escalão superior, o que lhe permite atuar sobre os pontos vulneráveis do inimigo e rapidamente retrair.

**2.5.2.5** A capacidade de operar continuadamente em região de selva, por sua vez, resulta do preparo psicológico, da aclimatação, do adestramento e do apoio logístico para o combate nesse ambiente operacional.

**2.5.3** POSSIBILIDADES

**2.5.3.1** Realizar operações básicas como força independente ou compondo uma força maior.

**2.5.3.2** Adaptar sua organização à missão e ao terreno no qual tenha que operar.

**2.5.3.3** Realizar, com limitações, missões de segurança para uma força maior.

**2.5.3.4** Participar de operações conjuntas e combinadas.

**2.5.3.5** Operar em região de selva, sob condições climáticas e meteorológicas típicas desse ambiente operacional.

**2.5.3.6** Participar de operações aeromóveis e aeroterrestres, desde que apoiada pelo escalão superior em meios aéreos.

**2.5.3.7** Realizar operações ribeirinhas, com embarcações orgânicas ou reforçada por meios do escalão superior.

**2.5.3.8** Empregar as suas unidades de combate descentralizadamente.

**2.5.3.9** Receber reforços em meios de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, ampliando a sua capacidade de durar na ação e operar isoladamente, podendo executar, em escala limitada, operações independentes.

**2.5.3.10** Operar, com limitações, nas regiões montanhosas localizadas na Amazônia brasileira.

**2.5.3.11** Quando sediada em área de fronteira, realizar a vigilância da linha de fronteiras terrestres e fluviais com frações destacadas.

**2.5.3.12** No contexto da Segurança Integrada, realizar operações de cooperação e coordenação com agências.

**2.5.3.13** Realizar operações contra forças irregulares na região amazônica.

**2.5.3.14** Operar com limitado apoio logístico.

**2.5.4** LIMITAÇÕES

**2.5.4.1** Limitada mobilidade veicular.

**2.5.4.2** Mobilidade terrestre limitada à velocidade do homem a pé, dos meios motorizados e embarcações disponíveis.

**2.5.4.3** Dependência de embarcações táticas e logísticas para movimentos fluviais de maior alcance.

**2.5.4.4** Dependência de apoio de meios aéreos para operar eficazmente em uma área de grandes dimensões.

**2.5.4.5** Dependência acentuada dos meios de comunicações.

**2.5.4.6** Reduzida potência de fogo.

**2.5.4.7** Limitada proteção e defesa contra blindados.

**2.5.4.8** Limitada proteção contra vetores aéreos.

**2.5.4.9** Limitada proteção contra os efeitos de armas e agentes QBRN.

**2.5.4.10** Redução da capacidade operacional em caso de surtos de doenças tropicais.

**2.5.4.11** Necessidade de apoio ou reforço de meios blindados e mecanizados para operar em regiões de campos ou desprovidas de floresta.

**2.5.4.12** Necessidade de apoio de Engenharia em deslocamentos motorizados devido à precariedade das estradas.

## 2.6 CAPACIDADES OPERACIONAIS, ATIVIDADES E TAREFAS

**2.6.1** A Bda Inf Sl deve possuir capacidades operacionais que possibilitem o cumprimento de suas atividades e tarefas no ambiente operacional amazônico. A aplicação eficiente e sinérgica dessas potencialidades tem como ponto de partida o exame de situação para as especificidades da missão e permite a multiplicação do poder de combate durante as ações. Tais aptidões são obtidas pela conjunção dos fatores doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI).

**2.6.2** As capacidades operacionais, bem como as atividades e tarefas atinentes a cada função de combate, estão descritas nas bases doutrinárias que integram os quadros de organização (QO) de cada OM orgânica das GU de selva.

**2.6.3** As Bda Inf Sl executam atividades e tarefas, no contexto de suas missões, obedecendo aos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade e interoperabilidade. O desencadeamento das ações é condicionado pela operacionalidade da tropa e pelo apoio logístico. Ressalta-se que as capacidades logísticas de gerar, desdobrar, sustentar e reverter os meios avultam de importância no ambiente de selva, sobretudo em operações fluviais e aeromóveis.

**2.6.4** A eficácia na aplicação do poder de combate terrestre resulta da aptidão de comandantes e seus estados-maiores identificarem as capacidades operacionais que possuem e perceberem as possibilidades e a adequabilidade

de emprego de cada uma delas na solução do problema militar por intermédio da realização de atividades.

**2.6.5** Durante a fase de planejamento das operações, os comandantes e seus estados-maiores identificam as tarefas a cumprir e selecionam as capacidades adequadas para a consecução das ações. Nesse sentido, vale ressaltar que as Bda Inf Sl devem prezar pela manutenção das capacidades operacionais que possuem elevada relevância diante das peculiaridades do ambiente amazônico, como a prontidão operacional, reação, atuação na faixa de fronteira e o combate a atividades ilícitas.

**2.6.6** Assim, a Bda Inf Sl pode desenvolver atividades e tarefas previstas no MC *Lista de Tarefas Funcionais*, podendo, ainda, realizar outras conforme a situação exija. A missão a ser cumprida pode provocar o incremento de novas capacidades, exigindo uma constituição modular. Tal fato se deve à diversidade, à imprevisibilidade e ao ineditismo das operações na conjuntura atual.

# CAPÍTULO III

# A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS OPERAÇÕES BÁSICAS

## 3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**3.1.1** O termo selva refere-se a áreas de florestas equatoriais ou tropicais densas e de grande umidade, englobando não só o interior da floresta, como também toda a malha hidrográfica, as quais apresentam, no geral, baixa densidade demográfica, baixo desenvolvimento industrial e comercial e precárias condições de vida, com marcante escassez de vias de transporte terrestre ao longo de extensas áreas de planície, planalto ou montanha.

**3.1.2** As características fisiográficas do ambiente exercerão grande influência sobre o combatente (em termos físicos e psicológicos), sobre o equipamento e armamento, sobre a capacidade de deslocamento e manobra das tropas e sobre as atividades logísticas.

**3.1.3** Nesse contexto, as cidades e núcleos populacionais assumem grande relevância, sendo, normalmente, alçados à condição de objetivos estratégicos ou táticos, uma vez que, frequentemente, dominam uma importante via fluvial ou mesmo terrestre, concentram as atividades econômicas e os serviços nessa área, além de possuírem consideráveis atrativos, como aeroportos e portos, entre outras estruturas estratégicas.

**3.1.4** Essas informações iniciais servem para destacar o quanto o fator terreno individualiza, influencia e determina as operações na selva, devendo tal aspecto ser alvo de grande exame e atenção por parte dos estados-maiores que integram as diversas Bda Inf Sl. Destaca-se que, uma vez inseridas no contexto de operações na selva, as GU deverão compreender que o vulto, a intensidade e o alcance das ações dependerão, rigorosamente, da capacidade de sustentar e efetivamente comandar e controlar as forças empregadas.

**3.1.5** A Bda Inf Sl constitui-se em importante grande comando operacional da F Ter, tendo em vista suas características de grande mobilidade tática, relativa potência de fogo e ação de choque, com o propósito de cumprir as mais variadas missões, quando empregada nas operações militares (básicas e complementares) em amplo espectro.

**3.1.6** O presente capítulo tratará das principais táticas, técnicas e procedimentos atinentes ao emprego da Bda Inf Sl em operações. Maiores detalhes podem ser obtidos nos manuais: *A Infantaria nas Operações, Operações, Operações Ofensivas e Defensivas, Movimento e Manobra, Artilharia de Campanha nas Operações, A Aviação do Exército nas Operações, Lista de Tarefas Funcionais, Operações Interagências e Assuntos Civis*.

## 3.2 OPERAÇÕES OFENSIVAS

### **3.2.1** CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**3.2.1.1** As operações ofensivas desenvolvidas pela Bda Inf Sl serão apoiadas em um ou mais eixos caracterizados por vias de transporte terrestres ou aquáticas (mais comuns), o que determinará a seleção dos meios a ser empregados. Serão considerados, ainda, os recursos aéreos disponíveis, bem como a situação aérea vigente na área de operações (A Op).

**3.2.1.2** As características do ambiente operacional, naturalmente, levarão a Bda Inf Sl a desenvolver suas ações sem a centralização que marca a execução das mesmas operações quando realizadas em terrenos ditos convencionais. No combate em ambiente de selva, prevalecerá, devido ao fator terreno, o confronto entre pequenas unidades ou frações.

**3.2.1.3** Em decorrência dessa maior descentralização, a manobra deve ser o mais simples possível. O entendimento da missão e a compreensão acerca da intenção do comandante devem ser satisfatórios, de forma a permitir que as forças subordinadas prossigam com suas atividades e tarefas, mesmo estando com dificuldades de ligação com o escalão superior.

**3.2.1.4** As missões determinadas pela Bda Inf Sl devem ser expressas pela finalidade, concentradas na neutralização das forças inimigas (F Ini), localizadas em determinada região, ou na conquista de objetivos específicos do terreno. Como regra, é desejável a imposição apenas dos objetivos finais.

### **3.2.2** MARCHA PARA O COMBATE

**3.2.2.1** A marcha para o combate (M Cmb) da Bda Inf Sl poderá ser realizada ao longo de um eixo fluvial, terrestre, através da própria floresta ou, ainda, em um cenário onde há a combinação destes. Basicamente, a decisão pelo eixo de progressão a utilizar dependerá das condições de navegabilidade da via fluvial e de trafegabilidade do eixo terrestre, da necessidade de dissimulação do movimento da tropa, da situação aérea local e dos efetivos envolvidos.

**3.2.2.2** Geralmente, a Bda Inf Sl realizará a M Cmb de forma descentralizada, com suas peças de manobra se deslocando simultânea ou sucessivamente. O batalhão de infantaria de selva (BIS) será, via de regra, o escalão empregado ao longo de um eixo de progressão, na busca do contato com o inimigo.

**3.2.2.3** A inexistência de mais de um eixo, orientado na mesma direção e próximo ao eixo principal, praticamente inviabilizará a realização da marcha em colunas múltiplas, obrigando, assim, a articulação da tropa em uma longa coluna, o que implica sérios problemas à segurança da tropa e da operação. Deve-se

buscar, sempre que possível, o máximo emprego de meios aéreos e aquáticos, a fim de manter a impulsão e aumentar a segurança.

**3.2.2.4** Tendo em vista o fator terreno, a proximidade da floresta em relação às margens dos rios e das estradas impõe ao Cmt Bda Inf Sl o dilema entre lançar ou não uma flancoguarda através selva, reduzindo a velocidade de progressão dos escalões à do combatente que se desloca a pé, no interior da mata. Caso se decida pelo não emprego de uma proteção nos flancos, poderão ser levantadas regiões de maior risco, nas quais a tropa desembarca elementos de segurança que realizam um vasculhamento e ocupam as margens do eixo até a passagem do restante das forças.

**3.2.2.5** As características da hidrovia, os tipos e a quantidade disponível de embarcações e o grau de controle das margens condicionam o dispositivo a ser adotado em uma M Cmb fluvial. Nos cursos d'água de maior porte, as tropas da Bda Inf Sl que compõem a força principal (F Pcp) poderão ser protegidas por uma flancoguarda que pode, a depender das características do terreno, deslocar-se em embarcações menores, próxima às margens, além da vanguarda e da retaguarda ou mesmo, a depender dos meios existentes na ocasião, de meios aéreos adequados para a proteção da flancoguarda.

**3.2.2.6** Não havendo uma força de cobertura (F Cob) à frente da Bda Inf Sl, ao longo do seu movimento, recomenda-se o reforço das tropas em vanguarda e o aumento da distância entre esta e o restante das forças. Tal consideração é ainda mais relevante quando não há informações precisas acerca das forças inimigas.

**3.2.2.7** As ameaças ao movimento através selva incluem, ainda, minas e obstáculos aquáticos, aviação inimiga, emboscadas, ações de elementos ou frações de forças irregulares, fogo indireto e combate de encontro. Durante o seu movimento, a emboscada deve ser uma constante preocupação da Bda Inf Sl. As distâncias entre os elementos em marcha devem ser menores do que as adotadas em terrenos limpo. Medidas (Mdd) especiais devem ser adotadas para assegurar a ligação entre frações e indivíduos, e a força que executa uma M Cmb através selva deverá ser intensivamente adestrada em técnicas de ação imediata (TAI).

**3.2.2.8** Quando possível, os deslocamentos fluviais da Bda Inf Sl serão precedidos por embarcações varredoras de minas e elementos de segurança e reconhecimento. Aeronaves da Força Aérea Componente também podem ser empregadas, visando a garantir maior segurança à tropa que realiza a M Cmb. Helicópteros armados podem escoltar os movimentos, além de prover reconhecimento, apoio de fogo (AF) e retransmissão de mensagens, entre outras tarefas.

**3.2.2.9** O planejamento e a execução de uma M Cmb sofrerão severas restrições quanto à coordenação e ao comando e controle. Há uma considerável dificuldade de se levantar, nas cartas topográficas, acidentes que sejam facilmente identificáveis pela tropa que se desloca na selva. Além disso, diferentemente dos terrenos ditos convencionais, as comunicações entre as frações são muito mais difíceis e complexas, dificultando, assim, o comando e controle por parte do escalão superior.

**3.2.2.10** Normalmente, a fim de manter sua mobilidade e sua velocidade de progressão ao penetrar na selva, a tropa conduzirá apenas o armamento, equipamento e suprimento indispensáveis para o cumprimento de uma determinada missão. Assim, em seu planejamento, a Bda Inf Sl deverá considerar o deslocamento de suas peças de apoio, como o Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (GAC Sl), por exemplo, e de seus meios e instalações logísticos apenas quando tiver conhecimento preciso de suas possibilidades de emprego ou quando as informações sobre o poder de combate inimigo a enfrentar forem inexistentes ou insuficientes e o Cmt Bda Inf Sl optar por se precaver contra possíveis surpresas.

**3.2.2.11** As características do ambiente em que normalmente é empregada a Bda Inf Sl fazem com que o deslocamento noturno seja bastante restrito, haja vista a possibilidade de denúncia do movimento e o nível de desgaste imposto à tropa, em face dos possíveis ganhos operacionais advindos de tal procedimento.

**3.2.2.12 Organização da Bda Inf Sl na Marcha para o Combate**

**3.2.2.12.1** Durante a M Cmb, as tropas da Bda Inf Sl são organizadas conforme maior ou menor possibilidade de contato com o inimigo, como esquematizado na figura 3-1, podendo adotar as formações de coluna de marcha, coluna tática e marcha de aproximação, levando em consideração as características do terreno, por eixo terrestre ou fluvial.

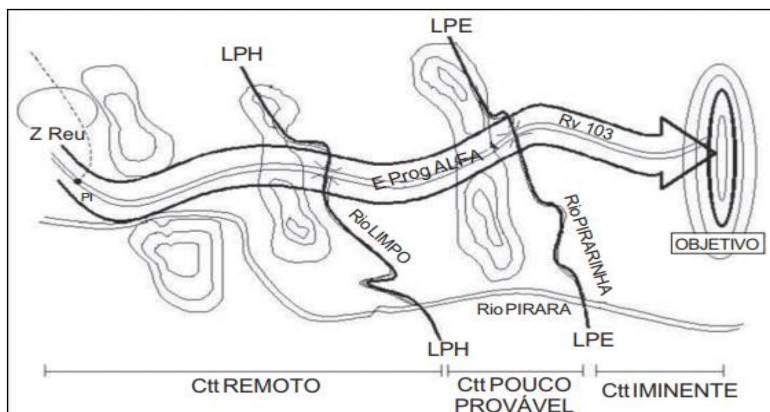


Fig 3-1 – Linha da pior hipótese, linha de provável encontro e tipos de contato

**3.2.2.12.2** Linha da pior hipótese (LPH) – é a linha ou região do terreno antes da qual o inimigo terrestre não tem possibilidade física de atuar. Para o seu cálculo, considera-se o inimigo marchando com velocidade normal, ou seja, sem retardamento. O deslocamento da nossa tropa até essa linha será em coluna de marcha, e o tipo de contato será o remoto.

**3.2.2.12.3** Linha de provável encontro (LPE) – é a linha do terreno na qual se admite o encontro dos primeiros elementos de nossa unidade com os primeiros elementos inimigos, mesmo os de reconhecimento. A partir dessa linha, o contato é iminente, e a formação empregada é a de marcha de aproximação. Entre a LPH e a LPE, o contato é do tipo pouco provável, e a formação a adotar é a coluna tática.

| CONTATO | FORMAÇÃO | CARACTERÍSTICAS |
|---|---|---|
| REMOTO | Coluna de marcha | - Prevalecem medidas administrativas.<br>- Dslc por vários meios e por itinerários (Itn).<br>- Maior velocidade de deslocamento. |
| POUCO PROVÁVEL | Coluna tática | - Manutenção da rapidez e segurança.<br>- Equilíbrio entre as Mdd administrativas e táticas. |
| IMINENTE | Marcha de aproximação | - Prevalecem as medidas táticas.<br>- Elm desdobrados e agrupados taticamente.<br>- Constituição de uma força de vanguarda. |

Quadro 3-1 – M Cmb com suas formações e características

**3.2.2.12.4** A coluna tática e a marcha de aproximação são as formações normalmente empregadas pela Bda Inf Sl nos seus movimentos táticos. Na marcha de aproximação, em especial, as distâncias entre os diversos escalões são ainda menores e recomenda-se que haja uma força de segurança (F Seg) à retaguarda, evitando-se emboscadas e envolvimentos por parte das forças inimigas.

**3.2.2.12.5** Na M Cmb, a Bda Inf Sl normalmente organiza-se em força de segurança (força de cobertura e força de proteção) e força principal (comumente chamada de “grosso da tropa”).

**3.2.2.12.6** Força de Segurança – Força de Cobertura
a) A Bda Inf Sl somente constituirá uma força de cobertura (F Cob) quando atuar em proveito do escalão superior (Esc Sp) no qual está enquadrada.
b) Quando a Bda Inf Sl for o maior escalão em presença, ela própria se encarregará de lançar uma segurança à frente. Contudo, essa F Seg à frente não se constitui em uma F Cob. Uma eficaz F Cob é mobiliada por uma fração taticamente autônoma e capaz de atuar a grandes distâncias. Em sua

composição normal, a Bda Inf Sl não dispõe de elementos que permitam cumprir com eficiência essa missão de F Cob em proveito próprio.

**3.2.2.12.7** Força de Segurança – Força de Proteção

a) A Bda Inf Sl poderá constituir a força de proteção (F Ptç) em proveito do escalão no qual está enquadrada, podendo compor mais de uma F Ptç (vanguarda, flancoguarda e retaguarda).

b) A vanguarda, a flancoguarda e a retaguarda têm a tarefa de proteger a F Pcp contra a observação terrestre e contra tiros diretos e ataques surpresa. Ressalta-se, contudo, que a vanguarda é uma F Ptç que tem, como missão precípua, assegurar o movimento ininterrupto da F Pcp da própria Bda Inf Sl ou do escalão enquadrante.

c) Normalmente, a vanguarda provém do elemento de primeiro escalão da F Pcp (mantendo-se sob o controle desta) e pode ser reforçada por elementos de apoio ao combate, de acordo com a necessidade.

d) Os elementos que compõem as F Ptç devem possuir poder de combate (P Cmb) que lhes habilite a neutralizar Elm Ini de menor vulto ou a retardar forças inimigas de maior valor enquanto ocorre o desdobramento da F Pcp.

e) A fim de aumentar o nível de segurança da operação, é desejável a ligação entre as F Ptç adjacentes, no intuito de estabelecer uma espécie de perímetro seguro em proveito da F Pcp, podendo ser levantadas regiões de menor risco nas quais a tropa desembarca elementos de ligação e de segurança, que realizam um vasculhamento e a respectiva ligação com as F Ptç adjacentes.

**3.2.2.12.8** Força Principal (“Grosso da Tropa”)

a) A força principal compreende a maior parte do P Cmb da Bda Inf Sl, sendo ela o elemento disponível a ser empregado para neutralizar as F Ini e/ou conquistar os objetivos impostos à GU.

b) As unidades da F Pcp são organizadas para o combate e colocadas em posições que lhes permitam maior flexibilidade de emprego, seja durante o movimento, seja após o estabelecimento do contato.

**3.2.3** RECONHECIMENTO EM FORÇA

**3.2.3.1** A concepção clássica de uma operação de reconhecimento em força (Rec F) estabelece a sua realização por forças-tarefas apoiadas por artilharia, engenharia e meios aéreos, entre outras capacidades. Entretanto, a fisiografia do ambiente operacional de selva faz com que esse tipo de operação ocorra de maneira distinta do que normalmente se observa em outros locais.

**3.2.3.2** Assim, no nível Bda Inf Sl, a tropa empregada no Rec F será, normalmente, uma companhia de fuzileiros de selva, podendo, em situações particulares, chegar ao valor de um batalhão de infantaria de selva. Em qualquer situação, no entanto, destaca-se que o apoio de fogo (AF) necessário para que

sejam estabelecidas as condições de desengajamento e retraimento da tropa que realiza o Rec F será prestado pela própria Bda Inf Sl.

**3.2.3.3** Normalmente, esse tipo de operação estará direcionado a um acidente capital que, devido à sua importância, ao ser exposto à ação da tropa que realiza o Rec F, exigirá uma reação inimiga e, por consequência, permitirá a identificação de aspectos como dispositivo e valor, entre outros.

**3.2.4** ATAQUE

**3.2.4.1 Ataque Coordenado**

**3.2.4.1.1** Na selva, em razão das grandes distâncias e da própria configuração do terreno, existe grande possibilidade de que o inimigo estabeleça sua posição defensiva de maneira descontínua, ocupando "pontos fortes", onde são empregadas tropas de valor pelotão, companhia ou mesmo batalhão, a depender da importância da região ou do acidente capital.

**3.2.4.1.2** Normalmente, o ataque coordenado (Atq Coor) será conduzido à luz do dia e desencadeado apenas quando a importância do objetivo a ser conquistado e a força Ini forem de tal vulto que justifiquem o emprego centralizado dos meios.

**3.2.4.1.3** As características do ambiente operacional fazem com que o Atq Coor seja de difícil execução para escalões maiores que batalhão, pois a coordenação da manobra (movimento e apoio de fogo) fica, muitas vezes, prejudicada pelas restrições impostas pela selva.

**3.2.4.1.4** Quando o Atq Coor for desencadeado por uma Bda Inf Sl (e até mesmo por um único BIS ou um BIS reforçado), geralmente será estruturado em uma ação principal e uma ou várias ações secundárias que podem ser desencadeadas preliminarmente ao ataque principal (Atq Pcp), objetivando a conquista ou a ocupação de regiões que permitam bloquear o retraimento ou o reforço do inimigo. Deve-se considerar o amplo emprego de ações aeromóveis e de infiltração para a ocupação dessas posições. Destaca-se, ainda que essas ações poderão, ainda, visar diretamente à destruição do inimigo, atingindo-o nos flancos e na retaguarda.

**3.2.4.1.5** O Atq Coor, em ambiente de selva, exigirá o emprego das técnicas e, principalmente, das medidas de coordenação e controle relacionadas a um ataque noturno ou sob condições de visibilidade limitada, previstas nos diversos manuais de campanha.

**3.2.4.1.6** As peças de manobra da Bda Inf Sl, valendo-se da ocultação que a selva proporciona, poderão infiltrar-se na retaguarda do inimigo, utilizando-se de manobras penetrantes, desbordantes ou de envolvimento, colocando-o em uma situação desfavorável que permita a sua neutralização.

**3.2.4.1.7** Quanto ao apoio de fogo, durante o ataque coordenado, a consideração a ser feita é a necessidade de recordar que, no ambiente operacional de selva, qualquer direção pode ser utilizada para tropas oponentes de contra-ataque ou de reforço. Assim, o Plano de Apoio de Fogo, além de contemplar todo o objetivo a ser conquistado, deve considerar a possibilidade de o inimigo utilizar inúmeras vias de acesso, seja pela mata, seja pelos rios, seja pelas estradas.

**3.2.4.1.8** Geralmente, a reserva da Bda Inf Sl é fracionada e se localiza o mais à frente possível, junto aos elementos de 1º escalão. Isso se deve à dispersão dos meios e às dificuldades impostas pelo terreno relativas às comunicações e à realização de movimentos rápidos. É desejável que a reserva possua valor U (BIS), que possua grande mobilidade e, se possível, que receba meios aéreos e fluviais ou seja apoiada por estes, possibilitando atuar rapidamente em toda a zona de ação da Bda Inf Sl.

**3.2.4.2 Ataque de Oportunidade**

**3.2.4.2.1** O ataque de oportunidade (Atq Oport) deverá ser realizado quando o comandante, após esclarecer a situação e analisar todos os fatores da decisão, concluir sobre a viabilidade e as vantagens de realizar um ataque imediato e sem perda da impulsão.

**3.2.4.2.2** O Atq Oport caracterizar-se-á pela imediata expedição de ordens fragmentárias aos elementos de manobra e de apoio de fogo e pelo rápido desdobramento de uma força com o objetivo de aproveitar a situação.

**3.2.4.2.3** O ambiente operacional de selva permite o dissimulado deslocamento de efetivos no interior da mata e dificulta o adequado posicionamento dos meios de apoio de fogo. Assim, ataques de oportunidade poderão ocorrer com elevada frequência.

**3.2.4.2.4** Como a Bda Inf Sl normalmente desenvolve suas ações de maneira descentralizada, seja por meio de seus BIS, seja por meio de suas companhias de fuzileiros de selva (Cia Fuz Sl), raramente um ataque de oportunidade será executado pelo escalão GU (Bda). É comum e esperado que as frações se deparem com pequenos efetivos da força inimiga, durante seus deslocamentos, permitindo e viabilizando, após adequado esclarecimento da situação, um Atq Oport.

**3.2.4.3 Ataque Noturno e sob Condições de Visibilidade Limitada**

**3.2.4.3.1** A Bda Inf Sl deve evitar a realização de ataques noturnos e sob condições de visibilidade limitada, pois os deslocamentos em ambiente de selva, nessas condições, são muito desgastantes e não apresentam grandes vantagens relativas, além de poderem ser facilmente percebidos pelo oponente, por meio do simples lançamento de postos de vigia e de escuta. A decisão de

agir nesse cenário deve condicionar-se a uma situação bastante específica, como, por exemplo, o prosseguimento de uma ação eminentemente diurna ou a exploração da surpresa ante uma força vulnerável. Além disso, em geral, as informações sobre o terreno e o dispositivo inimigo são precárias, dificultando sobremaneira o planejamento de um Atq, sob condições limitadas de visibilidade, e agravando ainda mais os problemas de coordenação e controle.

**3.2.4.3.2** Dispor de meios que permitam a visão noturna atenuará parte das dificuldades, principalmente durante o deslocamento e a tomada do dispositivo. Contudo, tais meios não terão a mesma eficácia durante o assalto, deixando de solucionar completamente as dificuldades e os riscos de uma ação nessas condições.

**3.2.5** APROVEITAMENTO DO ÊXITO

**3.2.5.1** Considerando-se as dificuldades relativas ao emprego de tropas de maior mobilidade, o aproveitamento do êxito (Apvt Exi) por parte de uma Bda Inf Sl dar-se-á, principalmente, pela manutenção da pressão constante e pela impulsão da própria tropa que realizou o ataque ou, se esta já estiver consideravelmente desgastada, por outra de igual natureza que a ultrapasse. Seja qual for a situação, é desejável que a Bda Inf Sl reforce essa tropa com meios fluviais, aéreos e de apoio de fogo, aumentando a sua velocidade de deslocamento.

**3.2.5.2** O contínuo avanço exigirá da Bda Inf Sl, para sua própria segurança e sustentabilidade das operações, a manutenção dos pontos conquistados e a escolta dos comboios de suprimentos.

**3.2.5.3** Para negar ao inimigo em retraimento a utilização de determinadas vias, deverão ser planejadas ações secundárias nas quais tropas dominarão acidentes capitais sobre as rotas que se pretende interditar. É desejável que a Bda Inf Sl disponha de meios aéreos para o rápido bloqueio de regiões de passagem.

**3.2.6** PERSEGUIÇÃO

**3.2.6.1** As mesmas limitações impostas pelo terreno e pelo ambiente a uma Bda Inf Sl, durante o Apvt Exi, serão observadas quando a grande unidade realiza uma perseguição (Prsg).

**3.2.6.2** As condições de visibilidade, no ambiente de selva, favorecem o ocultamento do movimento inimigo e possibilitam o reagrupamento a curtas distâncias. É necessário, portanto, que a Bda Inf Sl mantenha sempre o contato com a força oponente em fuga, permitindo a sistemática destruição de seus meios e recursos e, ao mesmo tempo, impedindo que este se reorganize a ponto de representar uma ameaça às nossas forças.

**3.2.6.3** Ressalta-se a importância de dotar a Bda Inf Sl com meios que aumentem a sua mobilidade ou que lhe permitam a interdição de áreas ou de regiões de passagem.

**3.2.7** FORMAS DE MANOBRA DAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

**3.2.7.1** As formas de manobra, no ambiente operacional de selva, seguirão os mesmos princípios quando são aplicadas nos ambientes vistos como convencionais. Obviamente, as características do terreno imporão algumas condicionantes peculiares.

**3.2.7.2 Desbordamento**

**3.2.7.2.1** Sempre que possível, a Bda Inf Sl deve considerar o uso dessa forma de manobra, uma vez que a floresta facilita a sua realização e a obtenção da surpresa. Mesmo os pequenos escalões, como a Cia Fuz Sl e o BIS, deverão, de acordo com a situação, executar pequenos desbordamentos.

**3.2.7.2.2** O uso de meios aéreos e de embarcações fará com que a Bda Inf Sl tenha maior alcance em um menor intervalo de tempo, aumentando as possibilidades de sucesso na execução dessa forma de manobra.

**3.2.7.2.3** Destaca-se que o desbordamento possibilita o cerco aproximado e a destruição da força inimiga, ainda que na própria posição, ou exige a sua fuga para o interior da mata.

**3.2.7.2.4** Para a execução dessa forma de manobra, é aconselhável considerar a constituição de forças-tarefas aeromóveis.

**3.2.7.3 Envolvimento**

**3.2.7.3.1** A Bda Inf Sl poderá empregar essa forma de manobra desde que sejam corretamente levantados (e conquistados) objetivos à retaguarda do dispositivo inimigo. Isso provocará o abandono de suas posições por parte do inimigo.

**3.2.7.3.2** Para se obter êxito, são necessárias a surpresa e, no mínimo, a situação aérea favorável, uma vez que os meios dessa natureza serão largamente utilizados. Além disso, a região escolhida como objetivo deve favorecer o estabelecimento de um ponto forte, uma vez que a tropa envolvente manterá a posição até que seja realizada a junção.

**3.2.7.3.3** Da mesma maneira, como ressaltado na forma de manobra anterior, para a execução do envolvimento, é necessário considerar fortemente a constituição de forças-tarefas aeromóveis.

**3.2.7.4 Penetração**

**3.2.7.4.1** Considerando-se que uma posição defensiva normalmente configurar-se-á pelo estabelecimento de uma série de pontos fortes, a Bda Inf Sl deve aproveitar as características do ambiente para eliminar ou dificultar a ligação entre tais pontos.

**3.2.7.4.2** Uma vez isolados, os pontos fortes que integram a posição defensiva inimiga (P Def) são sistematicamente neutralizados, seja pelo emprego de fogos, seja pelo estrangulamento logístico.

**3.2.7.5 Infiltração**

**3.2.7.5.1** A infiltração (Infl) é facilitada pela proteção oferecida pela cobertura vegetal e deve ser sempre considerada pela Bda Inf Sl em suas ações.

**3.2.7.5.2** As principais limitações, para o emprego mais abrangente dessa forma de manobra, por uma Bda Inf Sl decorrem das dificuldades de apoio logístico, de coordenação e de comando e controle de um grande efetivo disperso na selva.

**3.2.7.5.3** A infiltração, para tropas de valor Cia Fuz Sl, é relativamente simples, devendo ser executada através de faixas de infiltração (Fx Infl) e com pontos de reunião (P Reu) facilmente identificáveis, sendo desejável que esses pontos permitam a chegada de meios de evacuação e exfiltração que serão acionados e empregados em caso de necessidade.

**3.2.7.5.4** A profundidade da infiltração realizada por uma Bda Inf Sl terá também como um fator limitador a capacidade de a GU suprir suas tropas. Normalmente, a força infiltrante desloca-se com suprimento que permite manter-se em ação por até 3 (três) jornadas.

**3.2.7.5.5** Essa forma de manobra será a mais adotada, seja pela Cia Fuz Sl, seja pelos escalões superiores, podendo ser realizada a pé ou empregando-se meios fluviais, aéreos ou, ainda, por uma combinação destes.

**3.2.7.6 Ataque Frontal**

**3.2.7.6.1** O ataque frontal (Atq Frt) enseja uma manobra tática, incidindo ao longo de toda a frente da força oponente com a mesma intensidade. Considerando-se que uma posição defensiva normalmente se configurará pelo estabelecimento de uma série de pontos fortes, em termos de economia de meios, por exemplo, essa forma de manobra não se apresenta como a mais adequada na selva.

**3.2.7.6.2** A Bda Inf Sl, enquadrada em um escalão superior ou mesmo empregando suas próprias peças de manobra, dificilmente executará um Atq Frt. A descentralização e o menor vulto das operações conduzirão a GU a optar por

outra forma de manobra que lhe permitirá atingir os objetivos com maior segurança e preservação de meios.

**3.2.8** OUTRAS AÇÕES OFENSIVAS

**3.2.8.1 Combate de Encontro**

**3.2.8.1.1** Considerando-se a Bda Inf Sl como um todo, o combate de encontro não será muito comum. Contudo, observando-se as restrições à observação, os limitados campos de tiro e a canalização do movimento sobre eixos fluviais e terrestres, esse tipo de combate é muito provável de ser vivenciado pelos menores escalões da GU. Já nos deslocamentos realizados fora dos eixos, ou seja, no interior da selva, sua ocorrência será mais provável nas proximidades dos objetivos de marcha ou daqueles a serem conquistados.

**3.2.8.1.2** O combate de encontro exige rápidos exame de situação e decisão, além de ordens claras e objetivas. Aquele que obtiver ou mantiver a iniciativa, valendo-se da surpresa, terá maiores chances de lograr êxito.

**3.2.8.1.3** No preparo de suas frações, a Bda Inf Sl deverá treinar intensivamente suas tropas em técnicas de ação imediata (TAI), de modo a deixá-las em condições de, rapidamente, manobrar, adotar uma formação de combate determinada e agir sobre o oponente.

**3.2.8.2 Incursão**

**3.2.8.2.1** A incursão é uma ação ofensiva, normalmente de pequena escala, que se caracteriza pela rápida penetração em área controlada pelo inimigo, a fim de atuar contra objetivos específicos importantes e com a finalidade de obter dados, confundir ou inquietar o oponente, neutralizar ou destruir centros de comando e controle e instalações logísticas, visando à sua desorganização ou perda da capacidade operacional, não resultando, contudo, na conquista ou manutenção de terreno.

**3.2.8.2.2** As características do ambiente operacional de selva e a vocação das tropas que operam nesse ambiente para atuarem de maneira descentralizada fazem com que a Bda Inf Sl, principalmente quando enquadrada em uma DE ou FTC, seja largamente empregada para atingimento da finalidade de uma incursão.

## 3.3 OPERAÇÕES DEFENSIVAS

### **3.3.1** CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**3.3.1.1** As operações defensivas (Op Def) desenvolvidas pela Bda Inf Sl têm características especiais que as diferenciam das realizadas em outros terrenos. Se por um lado favorecem o defensor, permitindo grande economia de meios, por outro favorecem o atacante, que encontra melhores condições para executar desbordamentos e até mesmo o cerco aproximado. Elas caracterizam-se pela ação defensiva dinâmica e descentralizada contra as forças inimigas, debilitando-as ou destruindo-as, quando e onde se apresentar a oportunidade.

**3.3.1.2** A defesa é realizada quando a região for vital para as operações. Do contrário, é possível permitir ao inimigo a conquista e depois buscar sua destruição na posição ou procurar o seu isolamento pelo ataque às suas linhas de suprimento.

**3.3.1.3** A Bda Inf Sl realizará uma defensiva para atender a uma das seguintes finalidades:
a) negar ao inimigo o controle de determinada área ou eixo;
b) desgastar o inimigo reduzindo sua capacidade de combate;
c) canalizar o inimigo para uma área na qual ele possa ser destruído; e
d) criar condições mais favoráveis às operações ofensivas subsequentes.

**3.3.1.4** Alguns fundamentos da defensiva poderão ficar prejudicados como, por exemplo, o apoio mútuo ou a defesa em profundidade. Para suprir essa deficiência, a Bda Inf Sl deverá observar a apropriada utilização do terreno, o emprego máximo de ações ofensivas e a defesa em todas as direções. Esta última deve ser considerada de capital importância, pois a observação limitada facilita a aproximação do inimigo até pequenas distâncias, sem ser observado. A infiltração é fácil e aumenta o perigo de ataque vindo de qualquer direção.

### **3.3.2** DEFESA EM POSIÇÃO

**3.3.2.1** Na defesa em posição, a Bda Inf Sl procura contrapor-se à força inimiga atacante, numa área organizada em largura e em profundidade e ocupada, total ou parcialmente, com os meios disponíveis, com a finalidade de:
a) dificultar ou deter a progressão do atacante, impedindo o seu acesso a determinada área;
b) aproveitar as oportunidades para desorganizar, desgastar ou destruir as forças inimigas; e
c) assegurar condições favoráveis para o desencadeamento de uma ação ofensiva.

**3.3.3** MOVIMENTO RETRÓGRADO

**3.3.3.1** Os movimentos retrógrados (Mov Rtg), em área de selva, são realizados obedecendo aos mesmos princípios e finalidades daqueles executados num terreno dito convencional.

**3.3.3.2** Em face das dificuldades de deslocamento na selva, os movimentos retrógrados devem ser iniciados com maior antecedência, sob pena de se tornarem retiradas desordenadas. Todavia, a vegetação densa e a limitada visibilidade favorecem o retraimento das unidades em contato.

**3.3.3.3** Nos movimentos retrógrados, deve-se fazer a utilização intensa de emboscadas e armadilhas.

**3.3.3.4** Características dos movimentos retrógrados no interior da selva:
a) ação ao longo dos eixos terrestres e hidroviários e, concomitante com o lançamento de incursões contra a retaguarda do inimigo, à medida que ele avança, visando a desgastá-lo e retardá-lo;
b) retraimento e retirada à luz do dia, dada a facilidade de romper o contato; e
c) emprego de pequenos elementos retardando forças de efetivo muito superior.

**3.3.4** FORMAS DE MANOBRA DAS OPERAÇÕES DEFENSIVAS

**3.3.4.1 Defesa de Área (Def A)**

**3.3.4.1.1** No curso das operações da Bda Inf Sl, mesmo que não haja sentido uma defesa de área no interior da selva, pode acontecer que interesse ao Cmt manter determinadas regiões sob seu controle, por um período de tempo.

**3.3.4.1.2** Na selva, a área de defesa avançada (ADA), diferentemente daquela defesa linear clássica possível em um terreno dito convencional, compreende apenas o somatório de todos os pontos fortes (PF). Esses PF estarão irregularmente dispersos, dispostos em largura e profundidade, podendo estar presentes nos eixos (terrestres e aquáticos) ou nas localidades.

**3.3.4.1.3** Especial atenção se deve ter com a defesa dos itinerários de acesso a essas posições, visando a mantê-los abertos para atender ao apoio logístico e até mesmo para permitir, se necessário, o retraimento da força.

**3.3.4.1.4** Os pontos fortes estarão irregularmente dispersos, dispostos em largura e profundidade, e organizados para defesa circular em combate prolongado. A sua defesa é conduzida descentralizadamente.

**3.3.4.1.5** Os pontos fortes de maior importância deverão estar sobre as localidades, pois estas oferecem, no seu interior, instalações e obstáculos proporcionados pelas construções e, na parte externa, campos de tiro e

observação ocasionados pelo desmatamento. As dimensões do ponto forte devem proporcionar espaço para a dispersão e para a defesa em todas as direções e, se possível, com linhas de defesa escalonadas em profundidade.

**3.3.4.1.6** Em cada ponto forte, são estabelecidos dois perímetros: um interno, onde se localizam os elementos da defesa propriamente dita; e outro externo, no qual é feita a segurança imediata, por meio de postos de escuta, pequenas patrulhas, posição de emboscada *etc*.

**3.3.4.1.7** Forças de segurança bem organizadas e combatendo agressivamente desempenharão papel fundamental na defesa, seja provocando desgaste e enfraquecendo o moral do inimigo, seja fornecendo ao Cmt Bda, desde o mais cedo possível, informações detalhadas sobre o inimigo.

**3.3.4.1.8** A Bda Inf Sl poderá designar uma força para o estabelecimento de postos avançados gerais (PAG), atuando a cavaleiro dos principais eixos que demandam a posição defensiva. Elementos de combate poderão, também, ser destacados para garantir a execução das atividades logísticas.

**3.3.4.1.9** Tropas adestradas deverão patrulhar a área próxima ao ponto forte, fazendo as vezes dos postos avançados de combate (PAC), mas podendo realizar emboscadas e incursões sobre o inimigo.

**3.3.4.1.10** A reserva, em princípio, deve ser forte (três SU) e estar em condições de ser empregada em todas as direções, executando ações ofensivas que impeçam ou dificultem o cerco pelo inimigo e que permitam socorrer um ponto forte cercado. Será normal a reserva estar articulada e mesmo fracionada, tendo em vista abreviar o seu tempo para emprego, em qualquer ponto do dispositivo.

**3.3.4.1.11** O valor e a composição da reserva e sua dotação de meios, incluindo helicópteros (quando for possível constituir uma força aeromóvel), dependem da extensão da área a controlar, da dificuldade em obter informações e do conhecimento que se tem do inimigo.

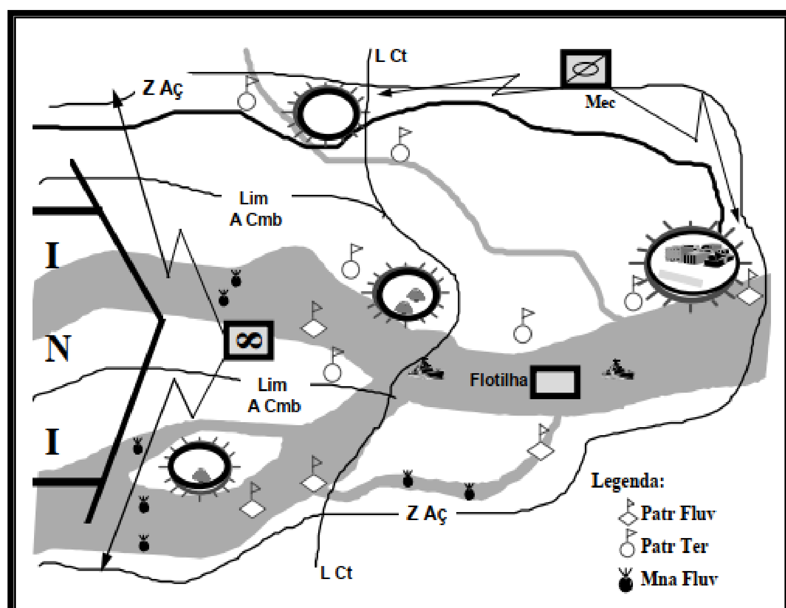



Fig 3-2 – Um esquema de Def A

**3.3.4.1.12** A caracterização das diversas áreas defensivas (área de segurança, área de defesa avançada e área de reserva) ficará comprometida na forma como é prescrita normalmente. Será mais fácil de identificar a P Def como um todo pelo traçado de linhas de controle, que substituiriam o limite anterior da área de defesa avançada (LAADA) e os limites de zona de ação, envolvendo toda a região atribuída pelo escalão superior e abrangendo os diversos pontos fortes estabelecidos pelo Cmt Bda.

**3.3.4.1.13** Embora a defesa de área se consubstancie na manutenção do terreno, pode-se admitir a queda do ponto forte. Imperioso se faz, então, assegurar as vias de retraimento e os meios de transporte para a retirada da tropa.

**3.3.4.1.14** Em função da missão atribuída à Bda Inf Sl, do exame dos fatores da decisão, principalmente, do terreno e da atitude adotada pelo inimigo, poderão ser estabelecidas as seguintes medidas: bloquear vias de acesso; abrir áreas de operações de guerra irregular (AOGI) no interior da área controlada pelo inimigo; abrir áreas de combate (A Cmb), contíguas ou não, lineares ou não lineares; utilizar faixas de infiltração para a realização de ações para desgastar o inimigo, por meio de sabotagens, emboscadas, ações de interdição *etc*.

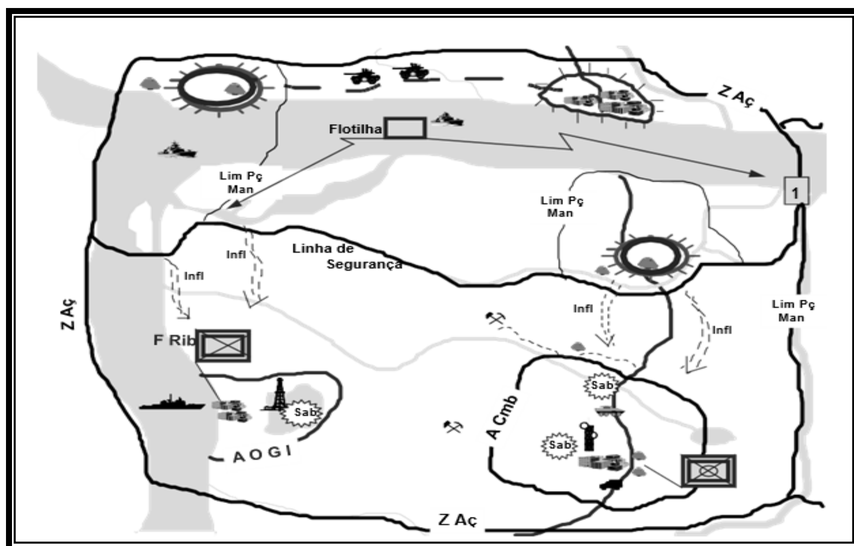



Fig 3-3 – Exemplo de esquema defensivo face a um Ini com superioridade de meios

### 3.3.4.2 Defesa Móvel

**3.3.4.2.1** A defesa móvel (Def Mv) de uma Bda Inf Sl terá características diferentes da empregada em terreno dito convencional. Por meio da distribuição de pontos fortes no terreno, o ataque inimigo pode ser canalizado para uma área onde as condições do terreno lhe sejam desfavoráveis e ali ser destruído, pelo uso do fogo de saturação de área e pela atuação de elementos da força que executa a defesa móvel, diretamente sobre o inimigo cercado, ou sobre suas linhas de suprimento.

### 3.3.4.3 Ação Retardadora

**3.3.4.3.1** É a ação tática mais facilitada pelas características do terreno de selva. Tropas de pequeno valor, adestradas e bem equipadas, conseguem retardar forças ponderáveis.

**3.3.4.3.2** É geralmente conduzida ao longo dos eixos, particularmente hidroviários.

**3.3.4.3.3** Em face das dificuldades de preparação das posições e das restrições ao movimento fora dos eixos, o processo mais adequado às ações retardadoras é em posições alternadas. Dessa forma, a tropa consegue repousar o suficiente para evitar o desgaste físico, enquanto o inimigo é mantido constantemente engajado.

**3.3.4.3.4** Além de seu equipamento normal, as unidades que executam o retardamento devem conduzir explosivos para criar obstáculos e agravar os já existentes. Os movimentos do inimigo devem ser canalizados para áreas onde a Bda Inf Sl possa concentrar o máximo poder de fogo, causando-lhe baixas e perdas em material.

**3.3.4.4 Retraimento**

**3.3.4.4.1** A selva, de um modo geral, favorece a execução do retraimento, pela abundância de cobertas e abrigos que facilitam a ocultação e o rompimento do contato.

**3.3.4.4.2** Pequenos deslocamentos através da floresta podem ser executados à noite, por itinerários previamente balizados, devendo os grandes deslocamentos ser diurnos.

**3.3.4.4.3** A utilização de aquavias requer uma superioridade de velocidade das embarcações, obtida por suas características técnicas, pelo deslocamento noturno ou por pequenas ações de retardamento.

**3.3.4.4.4** O retraimento é também uma forma de conduzir o inimigo para um local que assegure o sucesso de uma emboscada.

**3.3.4.5 Retirada**

**3.3.4.5.1** A vulnerabilidade das viaturas e embarcações, a possibilidade de atuação de guerrilheiros e a facilidade de infiltração de pequenos efetivos por parte do inimigo tornam os eixos perigosos, exigindo medidas adicionais de segurança.

**3.3.5** OUTRAS AÇÕES, TÁTICAS E TÉCNICAS DEFENSIVAS

**3.3.5.1 Ações Dinâmicas da Defesa**

**3.3.5.1.1** A Bda Inf Sl, em uma atitude defensiva, deve manter suas unidades em alerta para aproveitar todas as oportunidades de retomar a iniciativa e destruir o inimigo pela ação ofensiva. As principais ações dinâmicas da defesa possíveis de serem executadas por uma Bda Inf Sl são o patrulhamento agressivo, seja ele terrestre ou fluvial, a incursão e, principalmente, o contra-ataque e as emboscadas, apoiados por fogos e guerra eletrônica (GE).

**3.3.5.1.2** Podem ser realizadas, ainda, ações para dificultar a concentração do poder de combate nas posições de ataque selecionadas pelas tropas opositoras, por exemplo, por meio da emboscada de forças de reconhecimento, isolamento de unidades e desorganização dos sistemas e das formações em profundidade.

#### 3.3.5.2 Dispositivo de Expectativa

**3.3.5.2.1** O dispositivo de expectativa implica preservar, inicialmente, na área de reserva, o grosso do poder de combate da Bda, a fim de empregá-lo no momento e local decisivos e com adequado poder relativo de combate, tão logo seja possível detectar a orientação da maioria dos meios do inimigo.

**3.3.5.2.2** Em ambiente de selva, a Bda normalmente irá receber uma frente ampla para defender, o que torna o dispositivo de expectativa viável nesse tipo de terreno, no qual o Cmt concentra suas forças e aguarda a iniciativa do inimigo, tornando melhores as condições de defesa.

**3.3.5.2.3** Uma força de segurança (F Seg) exerce o papel fundamental de emitir o alerta antecipado quanto aos eixos de aproximação selecionados pelo inimigo e orientados para a área a ser defendida. O dispositivo de expectativa, em sua situação final, evolui para uma defesa de área ou uma defesa móvel.

#### 3.3.5.3 Defesa Elástica

**3.3.5.3.1** A defesa elástica é amplamente utilizada pela Bda Inf Sl, pois se trata de uma técnica de defesa que admite a penetração do inimigo em uma região selecionada, para emboscá-lo e atacá-lo pelo fogo, em todo o seu dispositivo.

**3.3.5.3.2** A adoção de uma defesa elástica está condicionada, preponderantemente, às características do terreno. Deve permitir o estabelecimento de áreas de engajamento (AE) sem, contudo, indicar a realização de uma defesa móvel.

#### 3.3.5.4 Defesa em Ponto Forte

**3.3.5.4.1** Um ponto forte é uma posição de combate altamente fortificada e apoiada por um acidente natural do terreno, para impedir o acesso do inimigo a determinada área ou infraestrutura.

**3.3.5.4.2** A Bda Inf Sl defende um ponto forte, ocupando dispositivo circular, com apoio mútuo entre as frações, menor dispersão e com consideráveis trabalhos de organização do terreno. Assim, o inimigo não poderá ultrapassar um ponto forte sem sofrer grande desgaste.

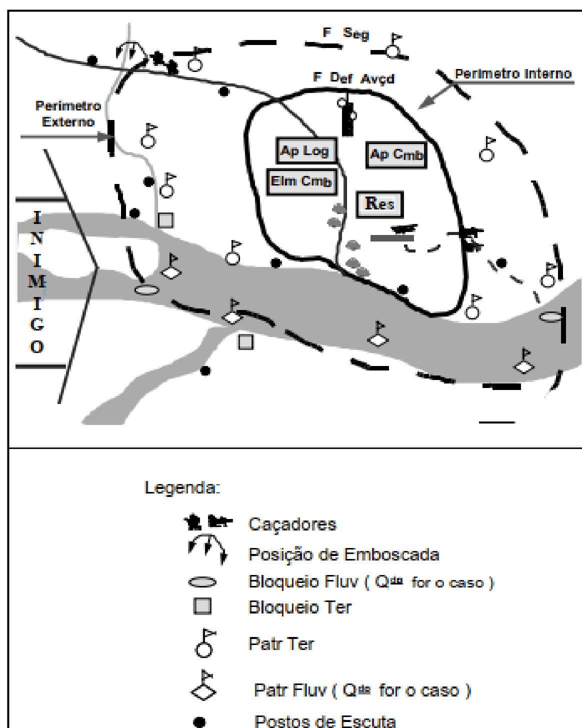



Fig 3-4 – Defesa de um ponto forte

### 3.3.5.5 Defesa Circular ou Defesa em Perímetro

**3.3.5.5.1** A defesa circular (ou defesa em perímetro) tem a finalidade de impedir o acesso do inimigo à área defendida, sendo orientada em todas as direções, barrando as vias de acesso penetrantes.

**3.3.5.5.2** A Bda Inf Sl adota esse dispositivo para defender posições isoladas, como, por exemplo, uma cabeça de ponte aérea, pontes, pistas de pouso, localidades, zonas de reunião ou quando é cercada pelo inimigo.

**3.3.5.5.3** A tropa, nessa situação, normalmente não dispõe de apoio mútuo de outra tropa amiga. Defende com a maioria dos meios na periferia, enquanto a reserva fica no centro para atender a qualquer direção. As unidades em 1º escalão ou a reserva executam um patrulhamento agressivo em torno do perímetro e observam uma rigorosa coordenação dos fogos para evitar o fratricídio ou causar baixas civis.

**3.3.5.5.4** Em princípio, o perímetro da posição defensiva circular será dividido em setores para as unidades de manobra. Normalmente, os elementos de comando (Cmdo), de apoio ao combate e apoio logístico são localizados no interior do dispositivo.

#### 3.3.5.6 Defesa contra Tropas Aeroterrestres e Aeromóveis

**3.3.5.6.1** Deve ser estabelecido um sistema de alarme contra tropas aeroterrestres ou aeromóveis, utilizando, para isso, elementos de segurança. Devem ser realizados reconhecimentos detalhados para localizar zonas de lançamento e de desembarque de tropas. Podem ser empregados patrulhas, dispositivos de alarme, bloqueios de estrada, postos de observação e radares para cobrir toda a área.

**3.3.5.6.2** Os elementos paraquedistas e aeromóveis são vulneráveis durante a aterragem e o desembarque, particularmente em face de elementos blindados. Por esse motivo, a Bda Inf Sl deve lançar, o mais rápido possível, um vigoroso e violento ataque sobre essas forças, de modo a desarticulá-las de imediato. Quando o poder de combate das forças de defesa da área de retaguarda (DEFAR) não for suficiente para neutralizar essas ações, toda ou parte da reserva deve ser empregada para destruir o inimigo.

## 3.4 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

### **3.4.1** CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**3.4.1.1** A Bda Inf Sl poderá conduzir operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA) e participar delas. Tais operações são executadas em apoio a órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências.

**3.4.1.2** Em que pese não ser essa a missão precípua dos elementos da F Ter, essas operações destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuar com eficiência, eficácia, efetividade e menor custo.




Fig 3-5 – Exemplos de agências

**3.4.1.3** No âmbito da F Ter, é importante que todos os comandantes, em todos os escalões, busquem a interação com as agências atuantes em suas áreas de responsabilidade, como parte da rotina de suas ações e atividades diárias, por meio de relações institucionais desencadeadas desde o tempo de paz. Em ambiente de selva, pelas características do terreno, essa interação torna-se fundamental.

**3.4.1.4** Esse assunto pode ser aprofundado em normativas do ordenamento jurídico brasileiro, algumas citadas no manual *Operações Interagências,* do Ministério da Defesa, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem; nos manuais de campanha do EB *Operações Interagências* e *Operação de Garantia da Lei e da Ordem*.

**3.4.2** CARACTERÍSTICAS

**3.4.2.1** Nas OCCA, a liberdade de ação do comandante de força está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa. Assim, o emprego é episódico e limitado no espaço e tempo.

**3.4.2.2** São características dessas operações:
a) uso limitado da força;
b) coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
c) execução de tarefas atípicas;
d) combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;
e) caráter episódico;
f) não há subordinação entre as agências, e sim cooperação e coordenação;

g) interdependência dos trabalhos;
h) maior interação com a população;
i) influência de atores não oficiais e de indivíduos nas operações; e
j) ambiente complexo.

**3.4.3** TIPOS DE OPERAÇÕES

**3.4.3.1** As OCCA normalmente ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, mas podem ser desencadeadas em situações de guerra, simultaneamente às operações ofensivas e defensivas.

**3.4.3.2** A Bda Inf Sl pode participar das seguintes OCCA:
a) garantia dos poderes constitucionais*;*
b) garantia da lei e da ordem;
c) atribuições subsidiárias;
d) prevenção e combate ao terrorismo;
e) ações sob a égide de organismos internacionais;
f) emprego em apoio à política externa em tempo de paz relativa ou crise; e
g) outras ações de cooperação e coordenação com agências.

**3.4.3.3 Garantia dos Poderes Constitucionais**

**3.4.3.3.1** São operações que se destinam a assegurar o livre exercício dos poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), de forma independente e harmônica, inseridas no marco legal do Estado Democrático de Direito, em situações de normalidade institucional ou em situação de crise.

**3.4.3.3.2** As operações realizadas nesse contexto são similares às operações de garantia da lei e da ordem, diferindo na finalidade e no grau de ameaça à ordem institucional existente.

**3.4.3.4 Garantia da Lei e da Ordem (GLO)**

**3.4.3.4.1** É uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ocorre nas situações em que houver o esgotamento dos instrumentos previstos no artigo 144 da Constituição Federal de 1988 ou nas situações em que se presuma ser possível a perturbação da ordem.

**3.4.3.4.2** Ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República. A diretriz presidencial que autoriza e formaliza esse emprego será transmitida diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, que estabelecerá a missão, as condicionantes do emprego, os órgãos envolvidos e outras informações necessárias.

**3.4.3.4.3** No contexto da GLO, existe o conceito de segurança integrada, que tem o objetivo de estimular e caracterizar maior participação e integração de todos os setores envolvidos, abrangendo ações preventivas e repressivas.

**3.4.3.4.4** A segurança integrada enseja a confecção do Plano de Segurança Integrada, atribuindo responsabilidades de GLO sobre cada parcela do território nacional, desde a situação de normalidade. O plano deve prever a participação dos órgãos de Segurança Pública, órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e de outros órgãos ou agências afins e de interesse da operação.

**3.4.3.5 Atribuições Subsidiárias**

**3.4.3.5.1** As atribuições subsidiárias das Forças Armadas (FA), estabelecidas por instrumentos legais, compõem-se de atribuições gerais e particulares.

**3.4.3.5.2** As atribuições gerais são cooperações com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

**3.4.3.5.3** As atribuições subsidiárias particulares constituem a cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia. Destinam-se, ainda, à cooperação com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

**3.4.3.6 Prevenção e Combate ao Terrorismo**

**3.4.3.6.1** O terrorismo é a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais.

**3.4.3.6.2** A prevenção (antiterrorismo) constitui as ações para a proteção caracterizada pela presença ostensiva ou não, de caráter ativo ou passivo, com a principal finalidade de dissuadir possíveis ameaças.

**3.4.3.6.3** O combate (contraterrorismo) engloba as medidas ofensivas de caráter repressivo, a fim de dissuadir, antecipar, impedir ou limitar seus efeitos e responder às ações terroristas.

**3.4.3.6.4** A prevenção e o combate às ações terroristas devem ser conduzidos por forças policiais e militares especializados, com engajamento de todos os setores da segurança pública e colaboração da sociedade.

**3.4.3.7 Ações sob a Égide de Organismos Internacionais**

**3.4.3.7.1** A atuação sob a égide de organismos internacionais inclui a participação de elementos da F Ter em missões estabelecidas em alianças do Estado brasileiro com outros países e em compromissos com organismos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

**3.4.3.7.2** O emprego de forças militares, em ações sob a égide de organismos internacionais, pode abranger:
a) arranjos internacionais de defesa coletiva;
b) operações de paz;
c) ações de caráter humanitário; e
d) estabilização.

**3.4.3.7.3** Os arranjos internacionais de defesa coletiva consistem na formação de coalizões de forças multinacionais para o restabelecimento da ordem jurídica internacional, por meio de operações militares. A participação do Exército Brasileiro em tais arranjos fica condicionada às alianças do Brasil com outros países ou a compromissos com organismos internacionais dos quais o país faça parte.

**3.4.3.7.4** O Exército Brasileiro pode participar de operações de paz, em conformidade com o prescrito na Carta das Nações Unidas, respeitados os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos, possuindo natureza militar, política ou social (assistência humanitária).

**3.4.3.7.5** O Exército Brasileiro pode participar de ações de caráter humanitário, por determinação do Ministério da Defesa, decorrente de decisão do governo brasileiro, em atendimento à solicitação dos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de qualquer outro organismo internacional (regional ou mundial) do qual o Brasil seja partícipe. Tais ações destinam-se a prestar urgente socorro a nacionais de países atingidos por efeitos de catástrofes naturais ou decorrentes de guerra.

**3.4.3.7.6** A estabilização compreende o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais fora do país, ou no atendimento a compromissos internacionais do Estado brasileiro, em locais restritos e determinados. Vale-se de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. Tem como principal objetivo apoiar esforços de reconstrução da infraestrutura, de restauração da governança local e de consolidação da paz relativa.

**3.4.3.7.7** A estabilização caracteriza-se pela atuação de elementos da F Ter em áreas previamente definidas, fundamentada por diplomas de organismos de segurança internacionais dos quais o Brasil é signatário, que respaldam o emprego da Força.

**3.4.3.8 Emprego em Apoio à Política Externa em Tempo de Paz Relativa ou Crise**

**3.4.3.8.1** O emprego em apoio à política externa constitui o uso controlado do poder militar, restrito ao nível aquém da violência, em reforço às ações de caráter político, diplomático, econômico e psicossocial.

**3.4.3.8.2** Constituem exemplos desse apoio do poder militar:
a) concentração de forças terrestres;
b) realização de exercícios de adestramento para a demonstração de capacidades;
c) movimento de forças militares enquanto se desenvolvem as ações diplomáticas para a solução de um conflito; e
d) mobilização de meios de combate.

**3.4.3.9 Outras Ações de Cooperação e Coordenação com Agências**

**3.4.3.9.1** O Exército poderá, ainda, ser solicitado a apoiar outros vetores nas seguintes atividades, entre outras que podem ser reguladas por legislação específica:
a) segurança de grandes eventos e de chefes de Estado – em virtude da visibilidade e exposição da imagem do país no âmbito nacional e internacional, tais eventos requerem operações de segurança (Op Seg) complexas, envolvendo vetores civis e, muitas vezes, militares;
b) garantia da votação e apuração;
c) apoio ao cumprimento da legislação vigente e verificação de acordos sobre controle de armas e produtos controlados;
d) salvaguarda de pessoas, dos bens, dos recursos brasileiros ou sob a jurisdição brasileira, fora do território nacional; e
e) patrulha fluvial – implementação e fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, em águas interiores jurisdicionais brasileiras, respeitados os tratados, as convenções e os atos internacionais ratificados pelo Brasil.

**3.4.4** PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO

**3.4.4.1** A decisão de emprego de elementos da F Ter, em operações de cooperação e coordenação com agências, no âmbito do EB, cabe ao Comandante da Força, por determinação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Defesa.

**3.4.4.2** Compete ao Ministério da Defesa tomar as providências necessárias à ativação e à implementação do emprego das Forças Armadas, bem como controlar e coordenar suas ações, inclusive com respeito aos componentes dos demais órgãos não integrantes da sua estrutura.

**3.4.4.3** A F Ter atua conforme a diretriz presidencial ou da autoridade responsável, que formaliza as condições desse emprego, e nela deve detalhar a ativação, a finalidade e as orientações consideradas indispensáveis à sua execução, inclusive quanto à participação de outros órgãos não integrantes da estrutura do Exército.

**3.4.4.4** A F Ter organiza seus meios conforme a hipótese de emprego e as características específicas da OCCA.

**3.4.4.5** A Bda Inf Sl pode utilizar a seguinte sequência de ações para um planejamento eficaz das OCCA:
a) conhecer as capacidades das agências envolvidas;
b) definir o problema;
c) definir o objetivo;
d) estabelecer referências comuns às agências;
e) estabelecer linhas de ação para a solução do problema;
f) estabelecer responsabilidades;
g) capitalizar experiências;
h) concentrar meios; e
i) planejar a transição de responsabilidades e funções.

**3.4.4.5.1** Conhecer e aproveitar as múltiplas capacidades de agências, com prioridades e procedimentos distintos entre si, é uma tarefa desafiadora. Entretanto, há etapas básicas que apoiam uma abordagem ordenada e sistemática na construção e manutenção da coordenação interagências.

**3.4.4.5.2** Diferenças de percepções individuais e perspectivas organizacionais podem dificultar o entendimento do conceito da missão. Assim, a definição do problema torna-se de suma importância, sendo este exposto em termos claros e sem ambiguidades, de forma que seja compreendido e assimilado por todos os atores envolvidos.

**3.4.4.5.3** Comandantes e planejadores militares devem definir os objetivos de forma clara, bem como devem definir o estado final desejado (EFD) e os critérios para o término da missão. A coordenação de agências bem estabelecida é essencial para alcançar esses objetivos e para a produção de precisas e oportunas avaliações, permitindo a aplicação dos recursos das agências mais apropriada em cada caso.

**3.4.4.5.4** Diferenças semânticas crescem no ambiente com diferentes agências. Os planejadores militares devem buscar estabelecer referências comuns às

agências envolvidas, antecipando-se aos possíveis problemas de entendimento e tomando medidas para estabelecimento de uma linguagem comum. Uma boa iniciativa é promover o acesso às publicações *Glossário das Forças Armadas* e *Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas*.

**3.4.4.5.5** Problemas sensíveis e complexos requerem alternativas múltiplas e diversificadas por intermédio do estabelecimento de diversas linhas de ação. Recomendar uma abordagem superficial, meramente para alcançar o consenso, é de reduzida valia no processo decisório. A sinergia do debate franco interagências é capaz de produzir as melhores opções, principalmente, pelas características do terreno, em ambiente de selva.

**3.4.4.5.6** Quando todos os participantes do processo interagências entendem o que é necessário ser feito, concordam sobre os meios a serem adjudicados e identificam “quem faz o que”, por intermédio da coordenação de ações, um senso comum de propriedade e comprometimento surge, auxiliando na obtenção da unidade de esforços. Os recursos necessários para o cumprimento da missão devem ser meticulosamente identificados, com específica e acordada responsabilidade sobre quais agências irão fornecê-los, podendo a Bda Inf Sl ser empregada na coordenação de ações ou mesmo ter seu emprego limitado ao apoio logístico, de comunicações e de inteligência.

**3.4.4.5.7** O planejamento, sempre que possível, deve ser precedido de pesquisa em relatórios pós-ação e em bancos de lições aprendidas, visando a não repetir erros, bem a como compensar uma possível falta de experiência na função. Os ensinamentos adquiridos em operações passadas, a critério dos comandantes militares, podem ser compartilhados com os demais atores e agências.

**3.4.4.5.8** A obtenção da unidade de esforços pode variar de complexidade, dependendo do número de participantes, das distintas culturas institucionais envolvidas e da eficiência dos mecanismos de coordenação entre as agências. A concretização desse princípio começa por identificar os atores que disponham das capacidades que possam contribuir para se alcançar o objetivo da operação, trazendo suas competências essenciais para o fórum decisório.

**3.4.4.5.9** Antes do engajamento de forças militares, é imperativo planejar a transição de responsabilidades e funções da esfera militar para as instituições não militares. Quando o planejamento de transição (incluindo a atribuição de responsabilidades específicas e prazos para realização) não ocorre, a participação militar pode ser prolongada desnecessariamente. O Plano Operacional (Pl Op) deve conter um planejamento eficaz de transição e, particularmente, durante operações em situações de não guerra, comandantes e planejadores devem antecipar-se à necessidade de reduzir o apoio militar para diminuir o impacto, sobre a população local, da transição para as outras organizações.

**3.4.5** ASPECTOS LEGAIS

**3.4.5.1** Para que as ações realizadas nas Op desencadeadas no ambiente interagências possam funcionar como instrumento efetivo do poder nacional, seja na situação de guerra, seja na situação de não guerra, é preciso que estejam dentro do devido amparo legal, devendo, dessa forma, contar com um apoio jurídico efetivo, normalmente em face da complexidade que envolve tais ações.

**3.4.5.2** O assessor jurídico da Bda Inf Sl deve dispor de entendimento abrangente das leis nacionais e do Direito Internacional, bem como dos regulamentos e normas aplicáveis às forças militares e às agências civis. Deve participar ativamente das diversas fases (planejamento, preparação, execução e avaliação), a fim de fornecer a devida sustentabilidade legal à operação, bem como ficar em condições de prestar os devidos assessoramentos jurídicos, preservando a autoridade do coordenador das ações e dos integrantes dos diversos vetores (civis e militares) envolvidos.

**3.4.5.3** Os assessores jurídicos, no ambiente interagências, devem estar aptos a lidar com as seguintes questões: autoridade legal para participação e apoio do Ministério da Defesa; Direito Internacional; deslocados e/ou refugiados civis; imunidade e asilo; alegações; investigações; crimes de guerra e questões conexas; prisões e detenções; orçamento e assuntos fiscais; contratos; restrições ambientais; e limitações no emprego de forças militares.

**3.4.5.4** Dentre os aspectos legais gerais afetos ao emprego da Bda Inf Sl, o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, prevê que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

**3.4.5.5** O parágrafo 1º do artigo 142 da Constituição Federal de 1988 prevê que lei complementar estabelecerá as normas gerais a ser adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. Tal lei caracteriza-se pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (alterada e/ou complementada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004), que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Nesse documento legal, estão previstos aspectos relacionados ao emprego das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro, nos tipos de operações anteriormente enumerados, quais sejam:
a) garantia dos poderes constitucionais;
b) garantia da lei e da ordem;
c) participação em operações de paz;
d) atribuições subsidiárias; e

e) ações na faixa de fronteira (definidas pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970).

**3.4.5.6** O *Livro Branco de Defesa Nacional*, a *Política Nacional de Defesa* e a *Estratégia Nacional de Defesa* são documentos que contêm aspectos legais para a atuação das Forças Armadas em apoio à política externa em tempo de paz relativa ou crise. Exemplo de missão dessa natureza é a evacuação de não combatentes, conforme regulado no *Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*.

**3.4.5.7** Além das principais normas anteriormente descritas, que regem o emprego do Exército e, por conseguinte, da Bda Inf Sl, em ações e atividades relacionadas às operações de cooperação e coordenação com agências, existem outras normas específicas que regulam aspectos mais detalhados para sua atuação, as quais deverão ser observadas pelo assessor jurídico.

**3.4.5.8** Em uma operação de paz, o marco jurídico e as normas aplicáveis são determinados pela situação na qual as tropas encontram-se empregadas. Dessa forma, o mandato da missão, as regras de engajamento e os acordos sobre o emprego da Força (as normas jurídicas com relação às tropas estrangeiras em função do país anfitrião) constituirão instrumentos importantes de orientação para a conduta das ações por parte das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU).

**3.4.5.9** O Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) é aplicado nas operações de paz à medida que se concretizem situações que se configurem como conflitos armados internacionais ou não internacionais, estando as forças da ONU ativamente engajadas como forças combatentes e enquanto durarem as hostilidades. O *Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas* trata do assunto com maiores detalhes.

### **3.4.6** REGRAS DE ENGAJAMENTO

**3.4.6.1** Toda operação em ambiente interagências deve estabelecer prescrições sobre a conduta dos integrantes de todos os vetores (civis ou militares) que tenham contato direto com a população local, no teatro de operações (TO) ou A Op. Regras de engajamento específicas, quando aplicáveis, estão entre essas prescrições.

**3.4.6.2** Baseada nas normas recebidas, a F Ter elabora seu próprio documento contendo as regras de engajamento, com a finalidade de orientar o preparo e o emprego da tropa.

**3.4.6.3** Os comandantes, em cada nível, estabelecem regras específicas de acordo com as ações a serem empreendidas por suas tropas. Tais regras poderão ser mais restritivas, quanto às ações, quando a situação requerer.

**3.4.6.4** As regras deverão ser específicas, considerando as peculiaridades de cada operação e observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e legalidade. Dentre outras prescrições, as regras devem incluir:
a) definição de procedimentos para a tropa, buscando abranger o maior número de situações possíveis;
b) preservação da integridade da população local e de bens na A Op/TO; e
c) proteção prevista para os integrantes dos vetores (civis e militares) envolvidos.

**3.4.6.5** Deve-se consolidar essas regras em documento próprio – anexo ao Plano de Coordenação Interagências, com difusão para todos os militares e civis envolvidos na operação.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

# CAPÍTULO IV

# A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

## 4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**4.1.1** As operações complementares são destinadas a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre.

**4.1.2** As operações complementares estão listadas no manual de campanha *Operações*.

**4.1.3** A Bda Inf Sl pode ser empregada em diversas operações complementares, devido às suas características operacionais, cumprindo missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. No entanto, neste manual, serão abordadas apenas aquelas para as quais a Bda Inf Sl é mais vocacionada:
a) operação aeromóvel (Op Amv);
b) operação de segurança;
c) operação contra forças irregulares (Op C F Irreg);
d) operação de junção;
e) operação de interdição; e
f) operação ribeirinha.

## 4.2 OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

**4.2.1** As Op Amv são aquelas realizadas por forças de helicópteros (F He) e/ou forças-tarefas aeromóveis (FT Amv), visando à execução de operações de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em benefício de determinado elemento da Força Terrestre (F Ter).

**4.2.2** Essas operações, quando empregadas em ambiente de selva, apresentam as seguintes características principais: surpresa, iniciativa, flexibilidade, oportunidade, modularidade, seletividade, sustentabilidade, agressividade e velocidade para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno.

**4.2.3** A Região Amazônica, por possuir baixa densidade demográfica, exiguidade de vias de comunicações terrestres, vasta cobertura vegetal e extensa rede hidrográfica, faz do helicóptero, por vezes, o único meio eficaz para atender às demandas das operações terrestres. Portanto, avulta de importância

a busca da iniciativa das ações e o emprego judicioso dos meios aéreos, em face da dificuldade de articulação das peças de manobra terrestres nessa região.

**4.2.4** Para fins de planejamento e execução das Op Amv pela Bda Inf Sl, deve-se considerar os seguintes aspectos:
a) o relevo, a hidrografia e a vasta cobertura vegetal se apresentam como fatores restritivos, ou até mesmo impeditivos, em boa parte da área amazônica;
b) há grande dificuldade de locais para o estabelecimento de zonas de pouso de helicópteros (ZPH) e de locais de aterragem;
c) escassez de cartas topográficas adequadas para a navegação de combate. Além disso, as regiões totalmente cobertas pela mata tornam a navegação aérea, por contato visual com o solo, extremamente difícil e imprecisa;
d) as distâncias a serem percorridas são grandes e há restrição de locais para abastecimento;
e) exige-se preparação individual de todos os militares no que concerne à confecção de seus fardos e ao material individual, como coletes de sobrevivência, respiradores artificiais, flutuadores e demais equipamentos;
f) é imprescindível a preparação dos meios aéreos, com equipamentos necessários para a realização de uma navegação precisa e com transmissores e/ou localizadores que permitam identificar a localização exata das aeronaves, quando da realização de pouso de emergência em locais inadequados;
g) é necessária a supervisão da instrução e do adestramento dos aeronavegantes e de todos os elementos que cumprem missões a bordo das aeronaves, principalmente no que se refere ao treinamento de escape de aeronaves em meios aquáticos, ao abastecimento em campanha, à navegação por contato sobre regiões de selva, à sobrevivência e à orientação;
h) o clima influencia o emprego dos meios aéreos. Nesse contexto, destaca-se que as altas temperaturas do ambiente de selva afetam o desempenho das aeronaves, com maior ou menor intensidade, de acordo com as características de cada modelo. Dessa forma, a capacidade de transporte de pessoal e carga sofre limitações, assim como a execução de determinadas manobras que exijam alta potência dos motores fica comprometida; e
i) o alto índice da umidade do ar, aliado à temperatura elevada, afeta consideravelmente os equipamentos eletrônicos e o suprimento específico de aviação, especialmente o combustível de aviação (querosene), facilmente contaminável por fungos ou pela água.

**4.2.5** Considera-se, ainda, que o emprego da Bda Inf Sl, normalmente, caracteriza-se pela descentralização das ações, com o emprego de pequenas frações, principalmente em razão da baixa densidade demográfica e da existência de amplos espaços vazios entre as localidades da região amazônica. Portanto, nas operações realizadas nesse ambiente, terão largo emprego: a incursão, a infiltração, a exfiltração, o suprimento e transporte aeromóveis, além da evacuação aeromédica. A descentralização dessas ações exige um alto grau de iniciativa dos comandantes da força de superfície (ForSup) e da força de helicópteros (F He) envolvidas e um perfeito entendimento da missão.

**4.2.6** Assim, pode-se afirmar que as Op Amv são largamente empregadas pela Bda Inf Sl, em qualquer contexto. Vale salientar que as principais operações aeromóveis utilizadas por uma Bda Inf Sl estão descritas a seguir.

**4.2.6.1 Assalto aeromóvel** – para esse tipo de operação aeromóvel é importante ressaltar que existem poucos locais de aterragem apropriados em área de selva. Esses locais, via de regra, estão a cavaleiro das rodovias, próximos a localidades, nas margens dos rios ou em alguma região de terreno com características de lavrado.

**4.2.6.1.1** Evidencia-se que os voos, na Amazônia, são comuns no alvorecer, situação que facilita a proteção contra sensores óticos ou termais que o oponente porventura possua.

**4.2.6.1.2** Medidas de resgate de tripulação ou de tropas em aeronave abatida ou em pane merecem especial atenção. Na região amazônica, tornam-se difíceis tanto a sobrevivência por longos períodos na selva como o deslocamento através desta.

**4.2.6.1.3** Na seleção de rotas de voo, os principais fatores a serem considerados são o terreno e as defesas antiaéreas inimigas. As áreas de selva facilitam o sobrevoo, por dificultarem a observação e o tiro partindo de elementos posicionados no solo.

**4.2.6.1.4** Utilizam-se como zonas de embarque (Z Emb) e zonas de desembarque (Z Dbq) as clareiras (Fig 4-1), as praias e os campos naturais. Na ausência dos dois últimos, a melhor opção é a abertura de uma clareira, infiltrando-se, com antecedência, uma equipe para esse fim. Não sendo possível tal procedimento, podem ser empregadas as técnicas de desova em meio aquático, a de rapel ou o *fast rope*, com o cuidado de não expor, por muito tempo, o helicóptero ao fogo inimigo.



Fig 4-1 – Helicóptero realizando pouso em clareira na selva amazônica

**4.2.6.1.5** Deve-se levar em conta o efetivo a ser conduzido, em virtude das restrições das Z Emb e Z Dbq, bem como a distância desta última ao objetivo, que não deve ser muito grande, em função da dificuldade de progressão da tropa através da selva. Nesse contexto, deve-se considerar como desejável o efetivo mínimo de 01 (um) batalhão reforçado por meios de apoio ao combate para a realização de um assalto aeromóvel.

**4.2.6.1.6** Considerando a complexidade envolvida na execução de um assalto aeromóvel, é desejável que a Bda Inf Sl seja reforçada por frações de infantaria, oriundas da Bda Inf L (Amv), que possuem adestramento específico para tal. No entanto, as frações orgânicas da Bda Inf Sl, sobretudo os BIS, devem estar em condições de serem empregadas como força de superfície ou como parte desta, na execução do assalto aeromóvel.

**4.2.6.2 Incursão, infiltração e exfiltração aeromóvel (Exfl Amv)** – tendo em vista as características da área de selva, as operações de incursão, Infl e Exfl Amv, em virtude do pequeno efetivo envolvido, são as mais empregadas nas operações militares, eliminando-se as dificuldades de restrição de suprimento e desgaste físico da tropa em uma infiltração terrestre.

**4.2.6.3 Reconhecimento aeromóvel (Rec Amv)** – o Rec Amv é valioso por ocasião do emprego da Bda Inf Sl, em virtude da necessidade de se obter o máximo de dados sobre a A Op, normalmente, de grandes dimensões.

**4.2.6.3.1** Tendo em vista a exiguidade de eixos de ligação terrestres e as vastas dimensões do ambiente operacional amazônico, o meio aéreo é o mais rápido e eficaz para o reconhecimento e a transmissão precisa dos dados obtidos.

**4.2.6.3.2** As operações de Rec Amv de eixo são desenvolvidas ao longo das poucas rodovias existentes e, na maioria das vezes, ao longo dos rios, que são importantes vias de acesso na Amazônia.

**4.2.6.3.3** A obtenção de dados sobre o inimigo, a navegabilidade dos cursos de água e os locais adequados para o estabelecimento de Z Emb e Z Dbq servem para reduzir a deficiência de informações característica desse ambiente operacional.

**4.2.6.4 Segurança aeromóvel** – em razão das grandes distâncias e das dificuldades de deslocamento e de comunicações, avulta de importância a operação de segurança aeromóvel, no contexto do emprego da Bda Inf Sl.

**4.2.6.4.1** A importância dos eixos de deslocamento, terrestres ou fluviais, para o movimento das tropas, aliada à dificuldade da ForSup em realizar a cobertura desses movimentos com seus próprios meios, torna indispensável o emprego de F He na operação de segurança dos movimentos fluviais e terrestres.

**4.2.6.5 Suprimento aeromóvel** – em algumas circunstâncias, o helicóptero é o único meio de suprir a tropa de selva, principalmente quando esta se encontra internada.

**4.2.6.5.1** Devem-se redobrar os cuidados com a execução propriamente dita do suprimento. Por exemplo, deve-se evitar que a carga externa ou o cabo do guincho enrosquem na vegetação.

**4.2.6.6 Evacuação aeromédica** – a tarefa de evacuação aeromédica (EVAM) é fundamental na região amazônica, em função da extrema carência de recursos médicos, refletindo na manutenção do moral da tropa.

**4.2.6.6.1** É imperiosa a rapidez na execução de uma EVAM, uma vez que o deslocamento de ferido ou doente através da selva é um ônus pesado para a ForSup.

**4.2.6.6.2** Nos locais onde o pouso da aeronave não é viável, é possível a retirada do ferido do interior da selva utilizando-se o guincho da aeronave ou a técnica de *mcguire*. A equipe de EVAM deve manter o tratamento ao ferido/doente durante todo o trajeto.

**4.2.6.7 Transporte aeromóvel** – as grandes dimensões amazônicas, somadas à deficiente estrutura de transporte, fazem da operação de transporte aeromóvel uma forte aliada do comando no planejamento das operações pela Bda Inf Sl.

**4.2.6.7.1** Se o transporte de pessoal for para uma região que não ofereça condições de pouso, o que é muito comum em região de selva, exige-se o desembarque por rapel, por *fast rope* ou pelo guincho.

## 4.3 OPERAÇÕES DE BUSCA, COMBATE E SALVAMENTO

**4.3.1** As operações de busca, combate e salvamento (BCS) consistem no emprego de todos os meios disponíveis, a fim de detectar, identificar, localizar e socorrer aeronaves abatidas ou acidentadas, navios, materiais e instalações diversas, avariadas ou sinistradas, no mar ou em terra, e socorrer suas tripulações ou pessoas em perigo.

**4.3.2** As operações de BCS são desencadeadas em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis do TO/A Op, podendo ocorrer no interior da área de responsabilidade (ARP) da Bda Inf Sl, utilizando-se, para tal, equipes especializadas e estabelecendo um local que esteja dentro do alcance de forças amigas para a extração.

**4.3.3** Essa operação caracteriza-se por ser um conjunto de missões coordenadas e sob comando único (normalmente coordenada pela Força Aérea Componente – FAC). É o mesmo que CSAR (*Combat Search and Rescue*), definido no *Glossário das Forças Armadas*.

**4.3.4** Devido às capacidades agregadas à Bda Inf Sl, ela pode contribuir com as operações de BCS. No entanto, está mais vocacionada a realizar tarefas de busca e resgate (*search and rescue* – SAR), necessitando, para isso, ser apoiada por meios especializados, sobretudo da Aviação do Exército. Em operações nas quais há, sabidamente, feridos, pode-se incluir militar de saúde operacional nas equipes SAR e CSAR.

**4.3.5** As tarefas de busca e resgate (SAR) realizadas por frações da Bda Inf Sl são executadas em proveito de tropas que, geralmente, operam no contexto de uma Op Amv em território hostil, com possibilidade de confronto. Dessa forma, em toda Op Amv desencadeada pela Bda Inf Sl, deve haver um plano de busca e resgate, confeccionado em coordenação com os elementos de Aviação do Exército, a fim de possibilitar a rápida evacuação do pessoal e dos meios abatidos ou acidentados.

**4.3.6** Cabe pontuar que o êxito de uma Op SAR depende da rápida obtenção de todas as informações disponíveis relacionadas à situação, pois a probabilidade de encontrar sobreviventes diminui com o passar do tempo, sobretudo devido às duras condições de sobrevivência impostas ao pessoal abatido ou acidentado, quando em ambiente de selva.

**4.3.7** Após analisados os fatores da decisão para o emprego dos meios da Bda Inf Sl, em uma Op SAR, esta deve preparar um módulo de busca e resgate, com meios de transporte adequados ao ambiente operacional (normalmente aeromóveis), com a finalidade de, rapidamente, e, se necessário, desencadear a operação prevista no plano de busca e resgate, que foi previamente confeccionado.

**4.3.8** Normalmente as frações da Bda Inf Sl participantes de uma Op SAR irão compor um módulo de busca e resgate junto com elementos de Aviação do Exército e da Força Aérea Brasileira. Esse módulo deve ser composto não só por frações orgânicas da Bda Inf Sl, mas também pelos meios especializados, necessários à realização de uma adequada busca (sensoriamento), salvamento, transporte de pessoal e material, bem como manutenção da devida segurança da operação.

**4.3.9** As Op SAR também podem ser empregadas pela Bda Inf Sl, durante a execução de OCCA, particularmente no apoio às calamidades públicas.

## 4.4 OPERAÇÕES DE SEGURANÇA

### **4.4.1** GENERALIDADES

**4.4.1.1** São operações militares que têm por objetivo geral a manutenção da liberdade de manobra e a preservação do poder de combate necessário ao emprego eficiente da força principal.

**4.4.1.2** Embora possa vir a conduzir uma operação de segurança em proveito do escalão superior, a Bda Inf Sl como um todo não é a tropa mais apta para este fim. As tropas de cavalaria são as mais vocacionadas para a realização dessas operações. Sendo assim, a Bda Inf Sl pode valer-se, prioritariamente, do seu Esqd Cav para tal emprego.

### **4.4.2** GRAUS DE SEGURANÇA

**4.4.2.1** Os graus de segurança proporcionados a uma força pela operação de segurança são: cobertura, proteção e vigilância. Para a realização de Op Seg, a Bda Inf Sl poderá compor forças que recebem a mesma nomenclatura dos citados graus, as quais integram as forças de segurança. A infantaria de selva pode integrar qualquer uma dessas forças, no entanto é mais apta para operar como força de proteção (vanguarda, flancoguarda e retaguarda).

**4.4.2.2** São também consideradas F Seg aquelas que:
a) estabelecem a ligação entre duas forças de maior valor, visando a preencher áreas não ocupadas ou tamponar brechas, chamadas de forças de ligação; e
b) as que realizam a segurança de uma determinada área:
- força de segurança da área de retaguarda;
- força de segurança dos postos avançados gerais; e
- força de segurança dos postos avançados de combate.

### **4.4.3** FORÇA DE COBERTURA

#### 4.4.3.1 Considerações Gerais

**4.4.3.1.1** A F Cob é uma força de segurança taticamente autônoma, que opera a uma expressiva distância à frente, no flanco ou à retaguarda de uma tropa amiga estacionada ou em movimento, orientada na direção do inimigo. Em função de sua localização em relação à força que proporciona segurança, caracteriza-se como F Cob avançada, força de cobertura de flanco ou força de cobertura de retaguarda.

**4.4.3.1.2** Uma F Cob recebe, normalmente, missões de natureza ampla que podem incluir:
a) esclarecimento da situação;
b) destruição de forças inimigas;

c) conquista de acidentes capitais do terreno; ou
d) ações que objetivam iludir, retardar, canalizar, desorganizar forças inimigas e degradar seu poder de combate.

**4.4.3.1.3** Quando empregada como F Cob, a Bda recebe, normalmente, Z Aç similar à DE ou ao C Ex que a enquadra.

**4.4.3.1.4** Na cobertura, a Bda Inf Sl é organizada para o combate em função, particularmente, da Z Aç recebida, do valor e da distância a que se encontra o inimigo e da rede de estradas e/ou de rios.

**4.4.3.2 Força de Cobertura Avançada**

**4.4.3.2.1** Na ofensiva:
a) no movimento para frente, a Bda Inf Sl atua, normalmente, com as SU de seus BIS e com seu Esqd Cav, empregando táticas, técnicas e procedimentos semelhantes aos utilizados nas ações de reconhecimento de zona ou de eixo;
b) a progressão é feita em larga frente, aproveitando, ao máximo, a rede de estradas ou fluvial;
c) estabelecido o contato, a operação da Bda Inf Sl deve buscar, sobretudo, a posse de acidentes capitais ou de linhas do terreno que assegurem o cumprimento da missão;
d) caso seja forçada a atacar, a brigada não deve engajar-se decisivamente no combate, pois corre o risco de ficar isolada do grosso; e
e) autorizada a desbordar uma F Ini, a Bda Inf Sl deve destacar uma fração compatível, a fim de manter o contato com ela.

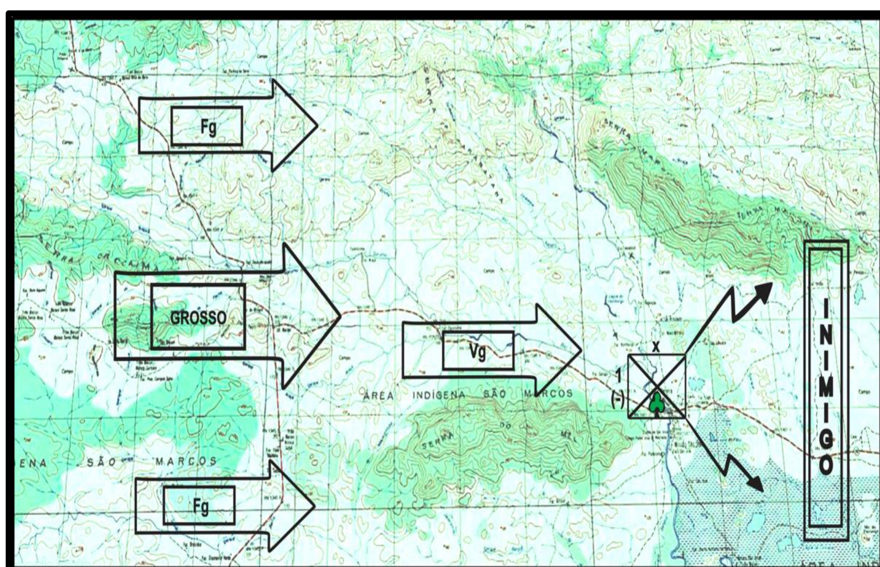


Fig 4-2 – Força de cobertura avançada na ofensiva

**4.4.3.2.2** Na defensiva:
a) quando empregada em proveito de uma força que conduz uma operação defensiva, a Bda Inf Sl procede, inicialmente, tal qual na ofensiva; e
b) não tendo mais condições de prosseguir no movimento ou tendo ganhado o tempo e o espaço necessários à manobra do grosso, a brigada passa a realizar uma ação retardadora.

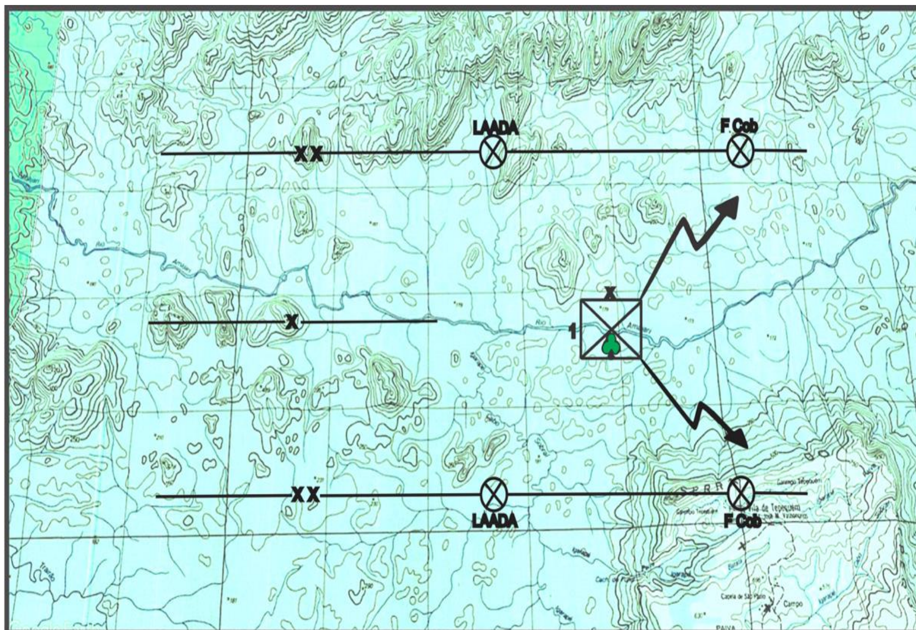


Fig 4-3 – Força de cobertura avançada na defensiva

**4.4.3.3 Força de Cobertura de Flanco**

**4.4.3.3.1** A F Cob de flanco é uma força de segurança que opera a considerável distância, no flanco de uma força estacionada ou em movimento. No cumprimento de sua missão, ela pode empregar tanto ações ofensivas como defensivas. A F Cob de flanco pode ser fixa ou móvel, dependendo da situação da força coberta, se estacionada ou em deslocamento. Apesar de não ser a tropa mais apta, a Bda Inf Sl pode ser empregada compondo uma F Cob.

**4.4.3.3.2** Em terreno de selva, o lançamento de uma F Cob de flanco, via de regra, está atrelado às condições do terreno, devendo ocorrer de acordo com a existência de vias de acesso que comportem as frações empregadas. Quando não houver via de acesso terrestre ou fluvial para tal, pode-se empregar aeronave.

**4.4.3.3.3** Na realização da cobertura de flanco, a Bda Inf Sl normalmente recebe a mesma profundidade do Esc Sp que a enquadra.

**4.4.3.3.4** Quando a Bda Inf Sl cumpre a missão em proveito de uma força em deslocamento, pode adotar dois dispositivos:
a) os elementos de combate (BIS ou Esqd Cav) em coluna; e
b) os elementos de combate em escalão.

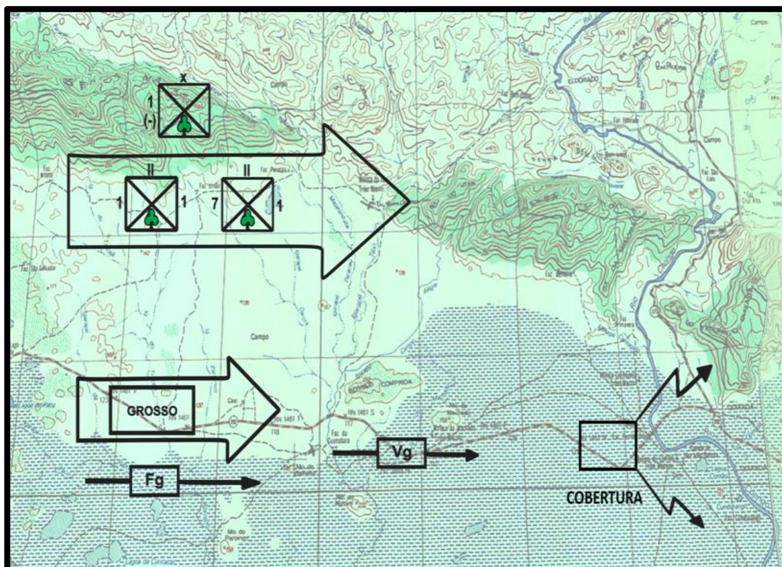



Fig 4-4 – Cobertura de flanco (duas unidades em coluna)

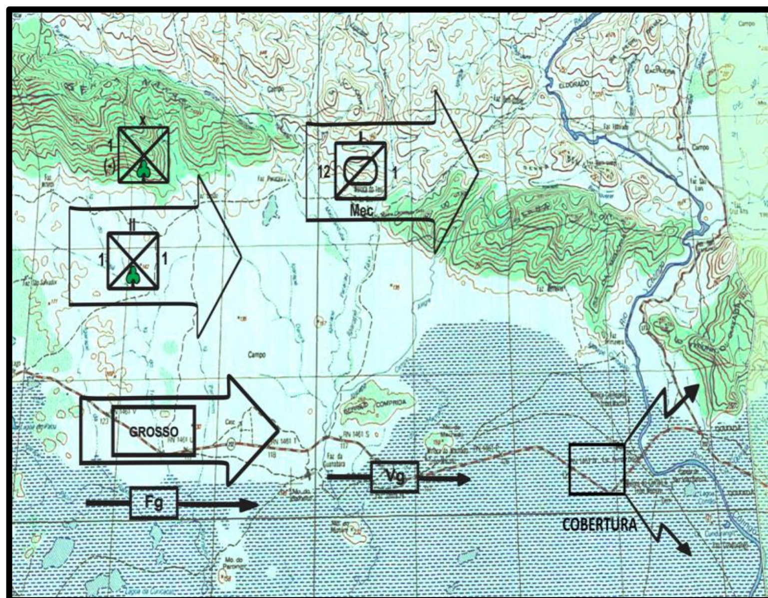



Fig 4-5 – Cobertura de flanco (duas unidades em escalão)

**4.4.3.3.5** O elemento de manobra em 1º escalão comporta-se como vanguarda da Bda Inf Sl, mantendo ligação com a vanguarda do grosso. O Elm Man que segue à esteira fica em condições de barrar qualquer penetração inimiga pelo flanco e de destruir as resistências que se apresentem.

**4.4.3.3.6** Quando o grosso se detém e adota atitude defensiva, a brigada desdobra-se no terreno para cobrir o flanco. Excepcionalmente, pode ser atribuída à Bda Inf Sl a cobertura dos dois flancos. No entanto, a julgar pelas condições do terreno, particularmente a malha rodoviária ou fluvial no ambiente de selva, tal manobra pode tornar-se bastante restritiva.

**4.4.3.3.7** Há três processos básicos de deslocamento: lanços alternados, lanços sucessivos e marcha contínua. O processo selecionado depende da velocidade da progressão da força coberta, da situação do inimigo e das condições do terreno por onde a tropa irá se deslocar (fator que na selva pode ser restritivo ou impeditivo para adoção de processos de deslocamento por lanços).

**4.4.3.3.8** A área de responsabilidade da F Cob de flanco vai da retaguarda da vanguarda do grosso até os últimos elementos deste.

**4.4.3.3.9** Planejamento e Conduta

a) Inicialmente, é feito um estudo na carta (com o apoio de imagens de satélite e outras, se disponíveis) e selecionadas as vias de acesso e as penetrantes mais favoráveis para a aproximação do inimigo. Também são selecionadas posições de bloqueio de flanco, geralmente paralelas ao eixo de progressão da força coberta. As posições devem ser localizadas em terrenos com boas características defensivas, que dominem as prováveis vias de acesso e penetrantes do inimigo e que neguem a ele a possibilidade de execução dos fogos de artilharia de campanha sobre a força coberta.

b) Seleciona-se o itinerário de progressão, que deve estar afastado suficientemente do eixo de progressão da força coberta para evitar a interferência da F Cob na manobra dessa força.

c) Em seguida, estabelece-se um esquema de manobra que permita ocupar e manter as posições de bloqueio selecionadas e cobrir a área entre o eixo de progressão da força coberta e as posições de bloqueio.

d) São estabelecidos limites entre os BIS e/ou Esqd Cav que mantêm as posições de bloqueio no flanco e linhas de controle transversais à direção do movimento.

e) Finalmente, é selecionada uma formação que permita rápido emprego contra ameaça inimiga. A formação deve ser flexível para permitir rápida resposta a qualquer mudança de situação. A formação em coluna proporciona o melhor controle e a melhor flexibilidade. A F Cob provê a sua própria segurança. Aeronaves podem ser empregadas para prover a segurança da F Cob e ampliar o reconhecimento.

f) Durante as operações de uma F Cob móvel, o BIS (ou o Esqd Cav), em primeiro escalão, atua como vanguarda e provê a segurança da área entre a

força coberta e a linha de posições de bloqueio da brigada. Os demais BIS deslocam-se preparados para ocupar as posições de bloqueio, mediante ordem. A decisão de ocupar essas posições depende da velocidade com que a F Cob avança ou da situação do inimigo no flanco exposto.

g) Se a F Cob se depara com uma força inimiga superior, conduz uma ação retardadora em relação ao itinerário de deslocamento do grosso. Linhas de controle paralelas ao movimento do grosso podem ser utilizadas como posições de retardamento.

h) Atuando como a F Cob de flanco, na defesa, a Bda Inf Sl ocupa uma série de posições de bloqueio no flanco considerado. As posições de bloqueio são localizadas em acidentes do terreno que dominam as prováveis vias de acesso e penetrantes do inimigo para o interior da Z Aç. No cumprimento da missão, a Bda Inf Sl emprega táticas defensivas ou de movimento retrógrado. Se fortemente pressionada em suas posições, realiza uma ação retardadora, proporcionando tempo e espaço para que o Cmt que conduz a defesa possa reagir à ameaça inimiga.

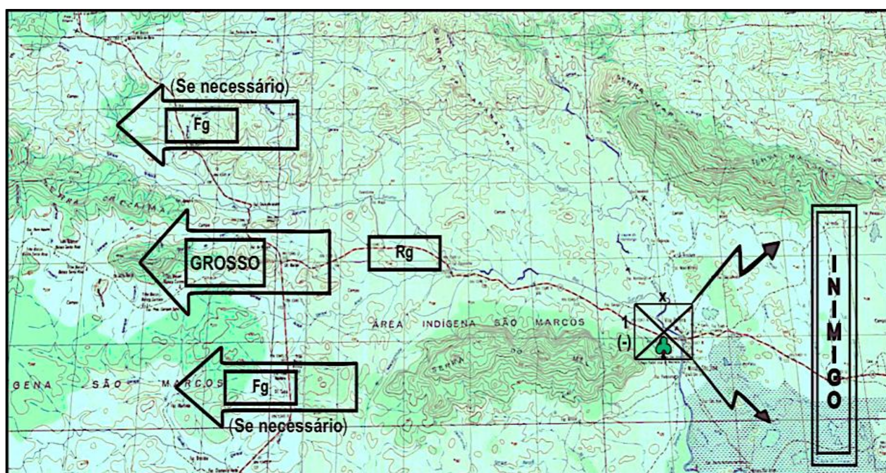



Fig 4-6 – Cobertura de um movimento retrógrado

### 4.4.3.4 Força de Cobertura de Retaguarda

**4.4.3.4.1** Normalmente, quando designada como força de cobertura de retaguarda, a Bda Inf Sl atua em proveito de uma força que realiza um retraimento ou uma retirada.

**4.4.3.4.2** Nessa situação, a brigada pode utilizar a própria linha anteriormente ocupada pela tropa coberta, ou uma linha próxima, para estabelecer a sua posição inicial. As técnicas utilizadas são semelhantes àquelas empregadas na ação retardadora.

**4.4.4** FORÇA DE PROTEÇÃO

**4.4.4.1** As forças de proteção são as F Seg que operam à frente, no flanco ou à retaguarda de uma força estacionária ou em movimento, a fim de protegê-la contra a observação terrestre, os tiros diretos e os fogos de surpresa do inimigo. As forças de proteção operam dentro do alcance dos fogos de apoio da força protegida, constituindo a vanguarda, a flancoguarda ou retaguarda dessa força.

**4.4.4.2** As forças de proteção são constituídas, normalmente, de unidades da força protegida ou que a estejam reforçando. A Bda Inf Sl pode constituir forças de proteção em seu próprio benefício ou de Esc Sp, tendo por base os BIS, reforçados, se necessário.

**4.4.4.3** A Bda Inf Sl pode, dentro do contexto da manobra do Esc Sp, receber a missão de constituir uma F Ptç, podendo ser empregada simultaneamente na execução de uma vanguarda e de uma flancoguarda ou, ainda, dependendo da profundidade do corpo principal, desempenhar a missão de flancoguarda em toda a extensão de seu flanco.

**4.4.4.4** As forças de proteção destroem ou provocam a retirada de todas as patrulhas de reconhecimento inimigas; mantêm contato e relatam as atividades do inimigo, durante toda a operação; e impedem os fogos diretos sobre a força principal.

**4.4.4.5** São F Ptç as forças de vanguarda, forças de flancoguarda e forças de retaguarda.

**4.4.5** FORÇA DE VIGILÂNCIA

**4.4.5.1** A força de vigilância (F Vig) é a força de segurança que estabelece uma cortina de vigilância, com a finalidade básica de emitir alerta oportuno sobre a aproximação do inimigo. Essa cortina de vigilância é obtida por meio da instalação de uma série de postos de observação. A escolha de tais postos deve ser precedida de judicioso estudo, haja vista as restrições para a observação impostas pelo terreno acidentado e a vegetação robusta presentes em boa parte do ambiente de selva.

**4.4.5.2** A Bda Inf Sl, atuando como F Vig, terá como missões:
a) alertar sobre a aproximação do inimigo;
b) manter o contato visual e informar sobre todos os movimentos e valor do inimigo;
c) destruir ou repelir os Elm de reconhecimento inimigos (ação de autorreconhecimento); e
d) dificultar o avanço das forças inimigas, pelo emprego de fogos de longo alcance, tanto os orgânicos quanto os de apoio.

**4.4.5.3** Uma força de vigilância proporciona um alerta, o mais cedo possível, pela observação sobre uma área estendida à frente, no flanco ou à retaguarda de uma força estacionada ou em movimento.

**4.4.5.4** Uma missão de vigilância é realizada quando uma extensa área deve ser mantida sob observação e há poucos meios disponíveis. Patrulhas a pé, motorizadas ou aeromóveis reconhecem essas áreas que não podem ser observadas dos postos de observação ou por outros meios.

**4.4.5.5** O comandante da força que está sendo protegida designa o traçado geral da linha de vigilância, as unidades a serem protegidas e a responsabilidade pela área entre a força de vigilância e a(s) força(s) protegida(s).

**4.4.5.6** Uma vez estabelecido o contato visual com o inimigo, este deve ser mantido.

**4.4.5.7** Os postos de observação repassam informações, com precisão e oportunidade, podendo conduzir os fogos para destruir as forças inimigas.

**4.4.5.8** Se for autorizado o retraimento, a força de vigilância desloca-se por lanços, mantendo o contato visual com o inimigo e continuando a ajustar os fogos de apoio.

**4.4.5.9** Sob determinadas circunstâncias, a F Vig pode permitir infiltrações de pequenas frações inimigas, desde que necessário, para que forças Ini de grande valor possam ser observadas. Precauções devem ser tomadas para assegurar que os elementos que se infiltrarem não se reúnam com outras forças infiltradas e, dessa forma, ameacem a F Vig.

**4.4.5.10** A F Vig combate para sua própria segurança e somente procura destruir ou repelir forças inimigas de pequeno valor quando necessário ao prosseguimento da missão.

**4.4.6** FORÇA DE LIGAÇÃO

**4.4.6.1 Considerações Gerais**

**4.4.6.1.1** Ligação é a ação que visa a ocupar um espaço vazio entre duas forças amigas, ou seja, tamponar uma brecha.

**4.4.6.1.2** O Esc Sp pode atribuir tal missão a uma Bda Inf Sl, tanto na ofensiva como na defensiva.

**4.4.6.2 Planejamento e Execução**

**4.4.6.2.1** A amplitude do intervalo, o terreno e as possibilidades do inimigo condicionam o efetivo a empregar e o dispositivo a adotar. Nesse contexto, o Esqd Cav é a tropa mais afeta ao cumprimento desse tipo de tarefa, devido aos meios orgânicos que lhe conferem elevada mobilidade. Para tanto, deve estar em condições de operar em eixos terrestres e fluviais.

**4.4.6.2.2** Na ofensiva, a cada Elm em primeiro escalão é atribuído, normalmente, um eixo de progressão. Há necessidade de manter o contato físico com grandes unidades vizinhas, e o planejamento deve estar perfeitamente coordenado com o dessas forças. Entre as unidades da Bda Inf Sl o contato pode ser físico, visual ou por meios de comando e controle.

**4.4.6.2.3** Na defensiva, a Bda Inf Sl cumpre a missão de tamponamento de uma brecha, realizando uma vigilância, executando um movimento retrógrado ou tomando a seu cargo a defesa de uma área quando, normalmente, utiliza as técnicas de defesa móvel.

**4.4.7** FORÇA DE SEGURANÇA DE ÁREA

**4.4.7.1** A segurança de área é uma tarefa conduzida para proteger forças amigas, instalações, rotas e ações dentro de uma área determinada.

**4.4.7.2** A Bda Inf Sl conduz a segurança da área para preservar a liberdade de manobra do comandante, a capacidade de movimentar reservas, o posicionamento do apoio de fogo (AF) e para realizar operações logísticas.

**4.4.7.3** A segurança de área degrada a capacidade de o inimigo afetar a manobra ao negar o acesso, a observação e os fogos diretos sobre uma área.

**4.4.7.4** Para a Bda Inf Sl, a segurança de área normalmente inclui as ações referentes à segurança de área de retaguarda (SEGAR) e aos PAG.

**4.4.8** SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA

**4.4.8.1 Considerações Gerais**

**4.4.8.1.1** A SEGAR refere-se às ações realizadas pelas forças da área de retaguarda para prevenir, neutralizar ou reduzir os efeitos das ações inimigas ou das catástrofes da natureza. A SEGAR compreende dois tipos de ações: a defesa de área de retaguarda (DEFAR) e o controle de danos (C Dan).

**4.4.8.1.2** O limite de retaguarda da Bda Inf Sl pode excluir espaço necessário ao desdobramento dos meios Ap Log, quando houver conveniência de centralizar as ações de DEFAR no escalão superior.

**4.4.8.1.3** A responsabilidade pela SEGAR normalmente é atribuída pelo Cmt Bda Inf Sl a um determinado Cmt subordinado – designado controlador de SEGAR – a quem cabe estabelecer planos e supervisionar a execução de todas as operações necessárias.

**4.4.8.1.4** O oficial de Logística da Bda Inf Sl normalmente é o responsável pela supervisão e o controle de EM do planejamento de SEGAR.

**4.4.8.1.5** Apesar de se constituírem em dois planejamentos distintos, os planos de DEFAR e de C Dan (ambos realizados pelo controlador de SEGAR) complementam-se nas providências a serem realizadas, uma vez que a finalidade de ambos é a preservação das unidades, das instalações, das atividades de Ap Log e das vias de transporte na área de retaguarda.

**4.4.8.2 Defesa de Área de Retaguarda (DEFAR)**

**4.4.8.2.1** As medidas de DEFAR compreendem todas as ações executadas para prevenir, neutralizar ou reduzir as ameaças inimigas (sabotadores, guerrilheiros e elementos infiltrados) contra unidades, atividades e instalações na área de retaguarda, exceto as operações de vulto que possam comprometer as forças como um todo, tais como: assaltos aeroterrestres, aeromóveis e anfíbios de forças consideráveis. Essas ações consubstanciam-se em duas fases: a preventiva e a repressiva.

**4.4.8.2.2** No contexto preventivo, enquanto a ameaça inimiga não comprometer a segurança das forças como um todo, cabe ao controlador de SEGAR a responsabilidade pelo planejamento e pela supervisão da execução das atividades que visem a prevenir neutralizar ou reduzir essa ameaça.

**4.4.8.2.3** Já na fase repressiva, a partir do momento em que a ameaça inimiga não possa ser neutralizada ou reduzida pelas medidas de DEFAR postas em execução, comprometendo a segurança da operação como um todo, cabe ao oficial de operações da Bda a supervisão das ações a ser realizadas.

**4.4.8.2.4** As atividades de DEFAR são orientadas para as forças inimigas, cuja localização e destruição são procuradas antes que elas possam atacar as unidades e instalações amigas. As atividades de C Dan são orientadas para as instalações.

**4.4.8.2.5** Cada Cmt é responsável pelas operações de DEFAR dentro de sua área de retaguarda.

#### 4.4.8.3 Planejamento da Defesa de Área de Retaguarda

**4.4.8.3.1** A responsabilidade pelo planejamento e pela supervisão da execução das operações de DEFAR cabe ao controlador de SEGAR, que recebe do Cmt Bda os elementos necessários à sua consecução.

**4.4.8.3.2** Os elementos mais aptos à execução das operações de DEFAR são os de combate. No caso de não ser possível a utilização desses elementos, podem executar a DEFAR elementos de Ap Cmb e de Ap Log. Estes últimos desde que reforçados por elementos de combate.

**4.4.8.3.3** Considerações para o planejamento da DEFAR:
a) número de comandos – a quantidade de comandos posta à disposição do controlador de SEGAR condiciona o número de subáreas em que será dividida a área de retaguarda; e
b) localização das unidades – ao receber do Cmt Bda a autorização para o emprego de elementos nas ações de DEFAR, o controlador de SEGAR deve verificar a localização desses elementos, quando executar a repartição de área de retaguarda, de forma a atribuir o comando da subárea à unidade que já estiver na região.

**4.4.8.3.4** Inicialmente, é feito um estudo do terreno sob o ponto de vista de compartimentação, vegetação, rede rodoviária e hidrográfica, faixas de infiltração, regiões favoráveis a homizio, zonas de aterragem e zonas de lançamento, de forma a repartir a área de retaguarda em subáreas. Essa divisão visa a descentralizar as medidas iniciais de DEFAR, possibilitando a imediata intervenção do responsável pela subárea, quando da ocorrência de ações por parte do inimigo.

**4.4.8.3.5** Todos os comandos disponíveis devem ser aproveitados, de modo a permitir uma diminuição na extensão das subáreas.

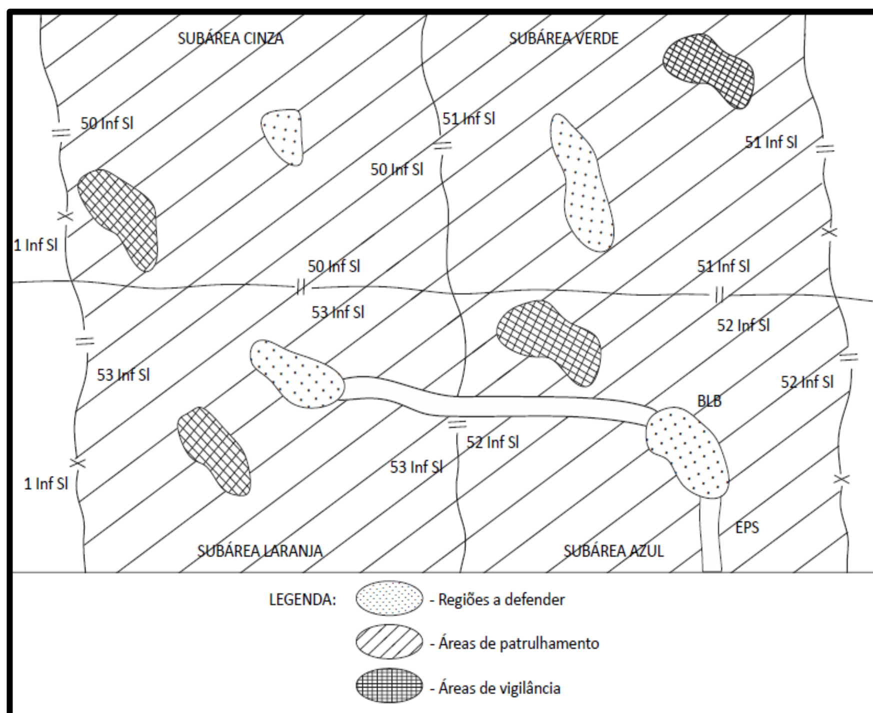



Fig 4-7 – Defesa de área de retaguarda

### 4.4.8.4 Constituição da Força de DEFAR

**4.4.8.4.1** A força de DEFAR é constituída pelas unidades de combate, apoio ao combate e apoio logístico com responsabilidade por subárea e por uma reserva.

**4.4.8.4.2** A missão dessa força é destruir o inimigo, impedir ou dificultar sua ação.

**4.4.8.4.3** Quanto à reserva, cabe ao controlador de SEGAR organizá-la, após reforçar os comandos de subárea, se for o caso. A reserva da força de DEFAR fica subordinada diretamente ao controlador de SEGAR, devendo situar-se em uma região central da área de retaguarda, de forma que possa acorrer a qualquer subárea, sem perda de tempo, para neutralizar ou destruir o inimigo.

**4.4.8.4.4** A natureza e o valor da reserva dependem, dentre outros, dos aspectos que seguem:
a) possibilidade de atuação do inimigo na área de retaguarda;
b) extensão da área de retaguarda e rede de rios e estradas;
c) disponibilidade de meios; e
d) facilidade ou dificuldade que o terreno possa apresentar para o cumprimento das missões de DEFAR.

**4.4.8.4.5** Quando a Bda Inf Sl estiver empenhada em Op Ofs, particularmente no ataque coordenado, o limite de retaguarda deve englobar a sua base logística de brigada (BLB). Nesse caso, a Bda realiza a DEFAR com os seus próprios meios ou pode ser reforçada por uma unidade de combate oriunda do Esc Sp.

**4.4.8.4.6** Quando a Bda Inf Sl estiver participando de uma transposição de curso de água preparada, ou de uma Op Def, é normal que sua BLB situe-se na área de retaguarda do Esc Sp. Nesse caso, a área de retaguarda é de pequena extensão e tem como finalidade atender às necessidades territoriais para localização da reserva e dos elementos de apoio ao combate. Assim, não há necessidade de divisão da área de retaguarda da brigada em subáreas.

**4.4.8.5 Plano de Defesa de Área de Retaguarda**

**4.4.8.5.1** O plano de DEFAR é um anexo do plano operacional (Pl Op) ou um apêndice ao anexo de apoio logístico.

**4.4.8.5.2** Sua confecção é similar à de um plano de operações, devendo, portanto, conter os mesmos parágrafos.

**4.4.8.6 Execução das Operações de DEFAR**

**4.4.8.6.1** As operações da 1ª fase (preventiva) da DEFAR são executadas, continuadamente, visando a impedir a ação do inimigo sobre as instalações desdobradas na área de retaguarda ou áreas sensíveis dessa região.

**4.4.8.6.2** Após a repartição da área de retaguarda em subáreas e a expedição do plano de DEFAR, cada elemento responsável por uma subárea realiza o planejamento da defesa específica para ela. Para tanto, devem ser adotadas as providências que seguem:
a) aproveitar o terreno para a defesa local;
b) estabelecer um sistema de vigilância e alarme; e
c) estabelecer um sistema de patrulhas e de proteção aos comboios que transitem na subárea.

**4.4.8.6.3** Os planos de DEFAR, após confeccionados pelos Cmt de cada subárea, são remetidos ao controlador de SEGAR, que os examina e coordena as medidas propostas, de modo que haja uniformidade nas providências tomadas em cada subárea.

**4.4.8.6.4** A reserva da força de DEFAR é acionada pelo controlador da SEGAR toda vez que um Cmt de subárea não for capaz de, por si só, resolver os problemas em sua área de responsabilidade.

**4.4.8.6.5** O Elm reserva da Bda Inf Sl, seja um BIS ou Esqd Cav, deve integrar o planejamento da defesa de suas instalações ao planejamento do responsável pela subárea na qual estiver localizada sua zona de reunião (Z Reu).

**4.4.8.7 Controle de Danos (C Dan)**

**4.4.8.7.1** O C Dan compreende as medidas preventivas e de controle adotadas para reduzir, ao mínimo, os efeitos das ações inimigas e de sinistros diversos, visando a assegurar ou restabelecer a continuidade do Ap Log.

**4.4.8.7.2** A responsabilidade pelo planejamento e pela supervisão da execução das operações de C Dan é do controlador de SEGAR.

**4.4.8.8 Meios para o Controle de Danos**

**4.4.8.8.1** Os principais meios disponíveis para o C Dan, na área de retaguarda, são o pessoal e os equipamentos dos elementos de Ap Log e de engenharia.

**4.4.8.8.2** Em determinadas ocasiões, o controlador de SEGAR pode contar, também, com recursos locais e com o auxílio de unidades não localizadas na área.

**4.4.8.8.3** Os meios disponíveis são aproveitados para a constituição de destacamentos de C Dan, em função da natureza do incidente a ser enfrentado. Normalmente, são constituídos os seguintes destacamentos:
a) destacamento de controle e avaliação – tem a missão de verificar e informar o número e o tipo de baixas e a situação da eficiência operacional das unidades atingidas, além de tomar medidas para o restabelecimento da missão de apoio das subunidades de serviço atingidas, tão logo possível;
b) destacamento de socorro leve – geralmente é organizado pelas unidades estacionadas na área de retaguarda e tem a missão de deslocar-se para a área atingida, a fim de remover baixas para as áreas de reunião e proporcionar socorro de urgência;
c) destacamento de socorro pesado – é organizado pela companhia logística de manutenção (Cia Log Mnt) do B Log, reforçada por elementos de engenharia. Tem a missão de auxiliar na recuperação e remoção de baixas e no salvamento de material danificado;
d) destacamento de mão de obra – tem a missão de remover os escombros e os suprimentos utilizáveis, cooperando na procura e no socorro aos feridos e no controle de trânsito; e
e) destacamento de saúde – tem a missão de estabelecer um posto de saúde na periferia da área atingida e prestar imediata assistência médica ao pessoal. Esse destacamento, normalmente, é constituído por elementos de saúde do posto de atendimento avançado (PAA) em reforço à Bda e atua sob controle do B Log.

**4.4.9** POSTOS AVANÇADOS GERAIS (PAG)

**4.4.9.1** A Bda Inf Sl pode receber a missão de constituir os PAG em proveito de uma tropa instalada defensivamente no terreno.

**4.4.9.2** As missões normais de uma força em PAG são aquelas inerentes a um escalão de segurança, isto é, fornecer alerta oportuno da aproximação do inimigo e, dentro de suas possibilidades, iludir, retardar, canalizar, desorganizar, destruir suas formações e degradar seu poder de combate.

**4.4.9.3** A frente de uma Bda Inf Sl em PAG varia em função do valor defensivo do terreno e, sobretudo, do número de eixos que o inimigo possa utilizar para aproximar-se da posição defensiva.

**4.4.9.4** Uma Bda em PAG organiza-se no terreno em:
a) área de segurança, na qual lança patrulhas e instala postos de vigilância à frente da linha dos PAG;
b) área de defesa avançada, constituída de posições de bloqueio de valor SU, barrando as principais vias de aproximação do inimigo, junto à linha de resistência e em profundidade (assemelha-se a uma defesa em larga frente); e
c) área de reserva, normalmente de pequeno valor.

**4.4.9.5** A missão de uma força em PAG só está concluída após seu acolhimento na ADA. Entretanto, o tempo ganho no retardamento do inimigo, entre as linhas do PAG e do LAADA, não é considerado no planejamento dessa força.

**4.4.10** EMPREGO DE MEIOS AÉREOS DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO EM APOIO ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

**4.4.10.1** A Bda Inf Sl pode contar com o apoio de Elm da Av Ex para o cumprimento de suas missões de segurança. Essas frações da Av Ex podem executar missões de combate, de apoio ao combate ou de apoio logístico.

**4.4.10.2 Apoio da Aviação do Exército à Força de Cobertura ou Força de Proteção**

**4.4.10.2.1** A força de helicópteros da Av Ex que apoia uma F Cob ou F Ptç conduzida pela Bda Inf Sl, ou pelos seus Elm de manobra, pode ser empregada em:
a) reconhecimento aeromóvel, a fim de obter dados sobre o inimigo;
b) segurança aeromóvel, particularmente nos flancos, para fazer frente a uma possível manobra de flanco inimiga;
c) ataque aeromóvel, para facilitar o retraimento das F Seg;
d) exfiltração aeromóvel, particularmente daqueles elementos que permanecem atrás das forças inimigas que progridem;

e) apoio de fogo de aviação, para destruir ou neutralizar alvos que ameacem frações da força de superfície, em regiões nas quais o emprego de outros meios de apoio de fogo seja inviável ou insuficiente; e
f) observação de tiro, para conduzir os fogos, atingindo o inimigo desde o mais longe possível.

**4.4.10.3 Apoio à Força de Vigilância**

**4.4.10.3.1** Na execução de uma operação de vigilância, quando a Bda Inf Sl contar com o apoio de elementos de Av Ex, pode-se constituir uma força-tarefa aeromóvel (FT Amv), composta por suas peças de manobra (força de superfície) e meios aéreos da Av Ex (força de helicópteros).

**4.4.10.3.2** Para maiores informações sobre o apoio da Av Ex nas operações de segurança, deve ser consultado o manual de campanha *Brigada de Aviação do Exército*.

**4.4.11** RECONHECIMENTO

**4.4.11.1** Na doutrina atual, o reconhecimento não é uma operação nem básica nem complementar, sendo entendido como uma ação tática que faz parte da operação de segurança. O Rec é um conjunto de táticas, técnicas e procedimentos (TTP) empregado com o propósito de obter informes sobre o inimigo e a área de operações, a fim de subsidiar o planejamento operacional e a preparação do escalão superior.

**4.4.11.2** A Bda Inf Sl não realiza ações de reconhecimento, assim como os seus BIS. Tal unidade executa uma operação de segurança, e parte de seus elementos subordinados pode executar missões ou ações de reconhecimento, durante toda a Op Seg ou em parte dela.

**4.4.11.3** Somente em situações muito particulares do combate, um BIS, orgânico da Bda Inf Sl, recebe a missão de executar uma ação de reconhecimento.

**4.4.11.4** Esse reconhecimento, executado normalmente por tropas de cavalaria ou de infantaria de selva, como o Esqd Cav da Bda Inf Sl e os BIS, não deve ser confundido com a ação comum a todas as operações, denominada reconhecimento (a ser abordada posteriormente neste manual).

**4.4.11.5** As peculiaridades atinentes às ações de reconhecimento podem ser verificadas nos manuais de campanha *A Infantaria nas Operações* e *Brigada de Cavalaria Mecanizada*.

**4.4.11.6** Há três tipos de reconhecimento realizados normalmente pela Bda Inf Sl: Rec de eixo (terrestre ou fluvial), de zona e de área. O tipo de reconhecimento mais adequado a cada situação de combate é selecionado com base nos dados

a serem obtidos, no local onde devem ser coletados, no tempo disponível para obtê-los e no valor da força necessária para obtê-los (além de outros, em cada situação tática).

**4.4.11.6.1** Reconhecimento de eixo – visa à obtenção de informes sobre um determinado eixo, o terreno adjacente e/ou inimigo que dele se utiliza.

**4.4.11.6.2** Reconhecimento de zona – busca obter informes detalhados sobre o inimigo e/ou região de operações, ao longo de uma faixa do terreno, definida em largura e profundidade.

**4.4.11.6.3** Reconhecimento de área – objetiva a coleta de informes detalhados sobre o inimigo e/ou terreno, dentro de uma área específica e perfeitamente definida em seu perímetro.

**4.4.11.7** A Bda Inf Sl poderá valer-se dos dados e informes obtidos por meios aéreos da Força Aérea (F Ae), da Av Ex e pelas aeronaves remotamente pilotadas (ARP) de suas peças de manobra e de outros elementos subordinados ou recebidos em reforço ou controle operacional.

**4.4.11.8** A execução de operações de Rec aeromóvel, à frente ou nos flancos de uma Bda Inf Sl, proporciona aumento da velocidade de progressão e dos informes obtidos, particularmente em ambiente de selva, onde a velocidade e os campos de observação são bastante reduzidos. Nesse tipo de operação, é exigida estreita coordenação entre as forças envolvidas. A(s) fração(ões) da Av Ex em apoio à Bda Inf Sl pode(m) estar em reforço ou controle operacional da brigada.

**4.4.11.9** Outro eficiente meio de obtenção de informes aéreos são as aeronaves remotamente pilotadas dos elementos subordinados ou em apoio à Bda Inf Sl. O oficial de Inteligência da brigada, em princípio, deve realizar o planejamento de emprego do sistema de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) para a Bda Inf Sl. Em algumas situações, tal planejamento pode ficar a cargo das OM subordinadas.

**4.4.11.10** Os SARP são empregados em situações em que o risco ao emprego de aeronaves convencionais seja elevado ou inaceitável ou, ainda, como substitutas das aeronaves tripuladas nas missões que possam causar excessivo desgaste aos meios da Av Ex, preservando-os para as situações de emprego em que sejam essenciais.

**4.4.11.11** As aplicações típicas para o emprego das ARP da Bda Inf Sl (ou de tropa em reforço ou apoio) estão relacionadas à obtenção de dados e à aquisição de alvos, além da visada direta e em profundidade, possibilitadas pela capacidade desses meios de sobrevoar zonas hostis, segundo a ótica dos beligerantes ou das condições ambientais.

**4.4.11.12** Imagens obtidas pelas ARP podem ser utilizadas pela Bda Inf Sl com a finalidade de coletar dados em tempo real, de observar objetivos, planejados ou não, de avaliar danos, entre outros, permitindo realizar reconhecimentos sem expor tropas em solo.

**4.4.11.13** Nas ações típicas de reconhecimento, as ARP podem ser empregadas antecedendo a tropa terrestre da Bda Inf Sl, inclusive em condições de baixa visibilidade, possibilitando maior agilidade no cumprimento de suas missões.

## 4.5 OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES

**4.5.1** As operações contra forças irregulares compreendem um conjunto de ações de natureza predominantemente militar, com vistas a neutralizar, destruir ou capturar forças adversas, empenhadas em atividades de guerra irregular.

**4.5.2** Essas operações podem ser executadas pela Bda Inf Sl, não somente em situações de guerra, mas também em situações de não guerra, a depender do tipo de conflito que o Estado esteja enfrentando.

**4.5.3** As operações contra forças irregulares, quando executadas com a participação da Bda Inf Sl, exigem, normalmente, a execução de uma das operações básicas descritas a seguir.

**4.5.3.1** Operações ofensivas:
a) reconhecimento em força;
b) ataque: com destaque para a infiltração;
c) aproveitamento do êxito;
d) perseguição; e
e) outras ações ofensivas: inquietação, combate de encontro, incursão e cerco.

**4.5.3.2** Operações defensivas em caráter absolutamente restrito, como situação temporária à preparação para ações ofensivas:
a) defesa em posição, somente em estágio muito avançado das forças irregulares (F Irreg);
b) movimento retrógrado: destaque para retraimento sob pressão; e
c) ações dinâmicas da defesa: destaque para o dispositivo de expectativa, a defesa em ponto forte e a defesa circular.

**4.5.4** A Bda Inf Sl pode empregar todos seus meios orgânicos na execução de uma Op C F Irreg, ou apenas parte deles. Para a determinação do poder de combate adequado à demanda operacional, pode considerar, dentre outros, os seguintes fatores:
a) extensão e características da área;
b) quantidade de habitantes a controlar, suas características psicossociais e sua disposição (dispersa ou concentrada);

c) número e localização dos pontos e áreas sensíveis a defender;
d) missões específicas, quando houver;
e) valor e nível de operacionalidade da F Irreg a neutralizar, considerando a existência ou não de mais de uma facção de F Irreg;
f) expressão do apoio externo a interditar;
g) recursos existentes e possibilidades de instalação de tropas; e
h) organização, equipamento e instrução das forças legais disponíveis.

**4.5.5** Também se deve considerar que a Bda Inf Sl poderá ser empregada em Op C F Irreg, recebendo recursos de agências civis ou de tropas especializadas. O emprego das forças auxiliares e de outros órgãos é fundamental, a fim de complementar as capacidades já existentes.

**4.5.6** Nesse sentido, sempre que possível, é desejável a constituição de uma FT Op C F Irreg, contendo, além das tropas convencionais, tropas de operações especiais, elementos especializados em operações psicológicas (Op Psc), outros Elm Cmb e Ap Cmb, órgãos de segurança e ordem pública e outras agências civis, que normalmente ficarão subordinadas à Bda Inf Sl quando esta for a GU responsável pela condução e execução das Op C F Irreg.

**4.5.7** As missões da Bda Inf Sl em Op C F Irreg normalmente se resumem em localizar, dispersar, capturar ou neutralizar o oponente e impedir o seu ressurgimento. Via de regra, o cumprimento dessas missões exigirá a execução de operações tipo polícia, realizadas com a finalidade de:
a) assegurar o controle da população;
b) prover a segurança das tropas, instalações, vias de transporte e núcleos urbanos; e
c) ampliar a sensação de segurança da população.

**4.5.8** Os objetivos dessas operações tipo polícia desempenhadas pela Bda Inf Sl, nas Op C F Irreg, são:
a) isolar a força de guerrilha dos demais segmentos das forças irregulares e de seu apoio civil, restringindo suas áreas de atuação e influência;
b) evitar a interferência da população no desenrolar das operações;
c) proporcionar proteção contra os ataques às tropas, instalações e vias de transporte militares;
d) proteger os núcleos urbanos e instalações civis contra os ataques da força irregular;
e) obter informações da população à tropa regular;
f) neutralizar a ação das forças subterrâneas e de sustentação; e
g) restringir o suporte logístico da força de guerrilha.

**4.5.9** Por fim, deve-se considerar que as F Irreg, quando em ambiente de selva, via de regra, valer-se-ão da ausência de linhas de contato e frentes bem definidas e da dificuldade de serem detectadas em uma área precisamente definida. Diante disso, essas forças normalmente atuarão tanto em áreas de

selva, como no interior das cidades densamente povoadas, presentes na A Op, o que condiciona o emprego da Bda Inf Sl, que deve estar apta a atuar nesses dois ambientes, simultaneamente, exercendo controle territorial sistêmico.

**4.5.10** Para mais detalhes sobre esse tipo de operação complementar, deve ser consultado o manual de campanha *Operações contra Forças Irregulares*.

## 4.6 OPERAÇÕES DE JUNÇÃO

**4.6.1** A junção é uma operação que envolve a ação de duas forças terrestres amigas que buscam ligar-se diretamente. Pode ser realizada entre uma força em deslocamento e outra estacionária, ou entre duas forças em movimentos convergentes.

**4.6.2** A operação de junção pode ocorrer com a Bda Inf Sl enquadrada em um Esc Sp, com a brigada empregada como um todo ou com apenas uma de suas peças de manobra realizando a junção.

**4.6.3** Caso seja empregada uma de suas peças de manobra para tal, deve-se considerar o Esqd Cav como a tropa mais vocacionada.

**4.6.4** Embora o ambiente de selva contemple grandes regiões com cobertura vegetal, a execução das operações de junção, normalmente, baseia-se nos eixos terrestres e/ou fluviais.

**4.6.5** A Bda Inf Sl pode realizar uma operação de junção com forças de operações aeroterrestres ou aeromóveis, na substituição de uma força isolada, em um ataque para juntar-se a uma força de infiltração, na ruptura do cerco a uma força dividida, na convergência de forças independentes e no encontro com forças de guerrilha amigas.

**4.6.6** A Bda Inf Sl, ao realizar uma Op de junção com uma força estacionária, deve buscar o contato físico com esta, a qual estará em atitude defensiva, a fim de manter a posse da região onde é feita a junção.

Fig 4-8 – Fase inicial da Junção

**4.6.7** Quando a junção for de duas forças em movimento, as medidas de coordenação e controle devem ser intensificadas, particularmente em se tratando de ambiente de selva, onde a compartimentação e a dificuldade na observação de pontos nítidos no terreno podem se tornar fatores restritivos à efetivação da junção. Após a realização da junção, as duas forças prosseguem no cumprimento de suas missões.

**4.6.8** Considerando o elevado risco de fratricídio em operações de junção, o planejamento da Bda Inf Sl para tal operação deve privilegiar o detalhamento das seguintes medidas de coordenação e controle:
a) definição das relações e responsabilidades de comando;
b) ligações de comando e de estados-maiores;
c) coordenação dos esquemas de manobra;
d) medidas de coordenação de fogos;
e) compatibilização dos sistemas de comando e controle;
f) coordenação e troca de planos de comunicações;
g) estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo; e
h) ações a serem realizadas após a junção.

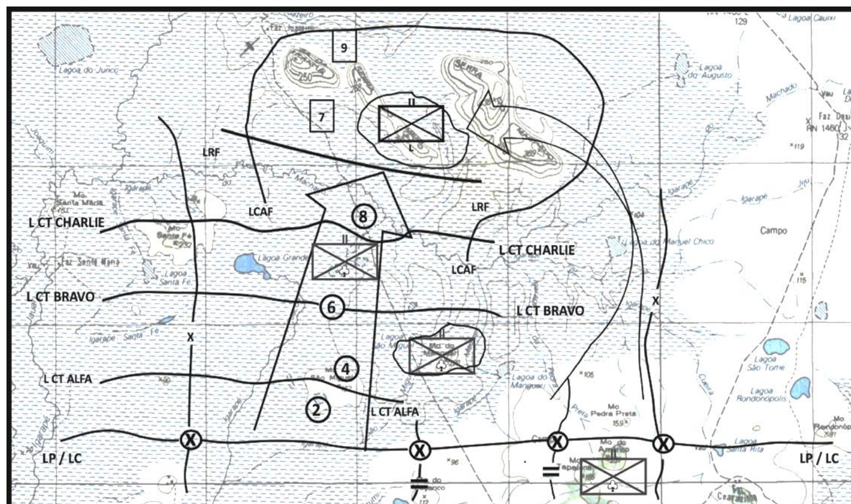


Fig 4-9 – Junção propriamente dita

**4.6.9** O plano de junção deve ser coordenado antecipadamente entre as duas forças envolvidas na operação, a força de junção e a força estacionária ou em movimento. É de suma importância que esse planejamento seja atualizado de forma contínua, acompanhando a evolução da situação tática. Para que isso ocorra, deverão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

a) definição das relações e responsabilidades de comando – as forças que participam da operação devem permanecer sob o controle do comandante que a determinou, podendo uma força passar ao controle e coordenação da outra;

b) ligações de comando – as ligações de comando e de estados-maiores, estabelecidas durante o planejamento, devem permanecer durante toda a operação;

c) coordenação dos esquemas de manobra;

d) medidas de coordenação de fogos;

e) compatibilização dos sistemas de comando e controle; e

f) estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo, a fim de impedir a sobreposição de fogos entre tropas amigas.

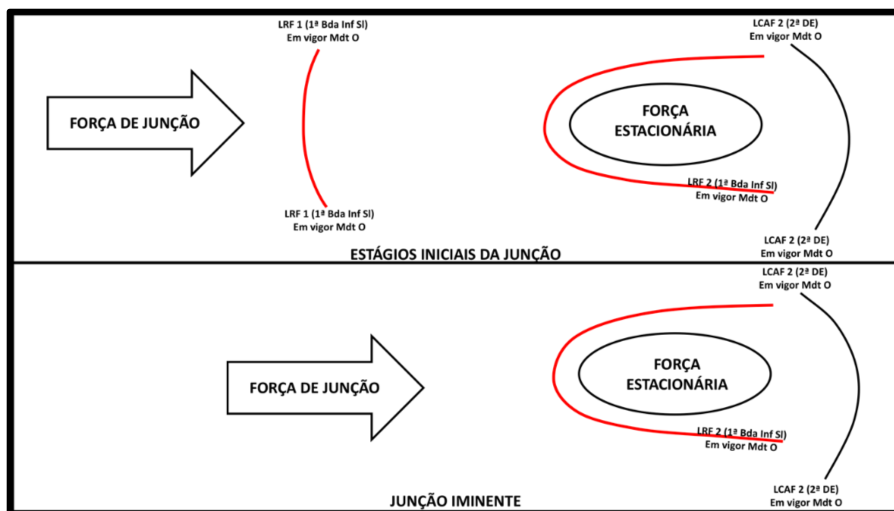


Fig 4-10 – Medidas de coordenação e controle de fogos na operação de junção

## 4.7 OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO

**4.7.1** As operações de interdição são ações executadas para evitar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinadas regiões, de pessoal, de instalações ou de material.

**4.7.2** Nesse contexto, as ações da Bda Inf Sl realizadas nessa operação abrangem, normalmente, o emprego de fogos de artilharia, ocupação de área, infiltração de tropas, sabotagens e barreiras.

**4.7.3** Devido às suas características, as tropas aeroterrestres e aeromóveis são as mais aptas a realizar esse tipo de operação. No entanto, a Bda Inf Sl pode ser empregada restringindo o movimento e a manobra do inimigo, por meio do investimento direto ou indireto contra seu sistema logístico e/ou de comando e controle.

**4.7.4** Assim, nas operações de interdição, a Bda Inf Sl normalmente aplica forças e fogos em profundidade, destrói forças inimigas, retarda o movimento do adversário, desorganiza sua manobra e impede que o inimigo concretize o reforço da tropa empenhada com novos meios, de modo a possibilitar sua derrota por partes.

**4.7.5** Nesse sentido, a Bda pode atuar diretamente contra o inimigo, projetando forças por meio de Op Amv e de manobras de infiltração, bem como pelo emprego dos fogos (diretos e indiretos) de suas frações orgânicas.

**4.7.6** Pode também atuar indiretamente, com postura defensiva, ocupando áreas de combate que contenham acidentes e/ou regiões capitais, devendo dispor de meios capazes de impedir o acesso do inimigo a eles.

**4.7.7** Para a execução de uma operação de interdição, a Bda Inf Sl deve empregar todos os meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos, de modo a obter a superioridade de informações e as condições mais favoráveis possíveis.

**4.7.8** No contexto de uma operação de interdição, entende-se que a Bda Inf Sl pode desencadear as seguintes ações:
a) maciço emprego de fogos terrestres de longo alcance (negação de área);
b) destruição de instalações de comando e controle e logísticas do inimigo;
c) destruição ou neutralização de instalações de defesa antiaérea (DAAe) e de guerra eletrônica (GE);
d) interrupção de linhas de suprimento; e
e) imposição de retardo ao movimento de forças inimigas.

**4.7.9** Mais informações detalhadas relativas a esse tipo de operação podem ser encontradas nos manuais *Apoio de Fogo em Operações Conjuntas*, *Artilharia de Campanha nas Operações* e *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

## 4.8 OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

**4.8.1** As operações ribeirinhas (Op Rib) são operações militares realizadas por uma força organizada, atendendo ao cumprimento da missão, levando-se em consideração seu efetivo, composição das forças e o apoio logístico necessário. O propósito da organização, nas Op Rib, é a formação de uma Força para atuar em terra, nos rios e no ar, inteiramente integrada e ajustada especificamente para prover a mobilidade necessária, unidade de comando, grau adequado de controle do ar e superioridade de fogos, a fim de obter o controle de parte ou de toda uma área ribeirinha ou negá-la ao inimigo.

**4.8.2** A área ribeirinha é uma região que compreende a hidrovia fluvial ou lacustre e o terreno marginal adjacente, sendo caracterizada por linhas de comunicações terrestres e limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica e rede de hidrovias interiores-rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas. O controle de áreas ribeirinhas pressupõe as seguintes medidas:
a) conquista, posse ou manutenção dos acidentes capitais que permitem controlar a circulação na área;
b) controle da população;
c) domínio dos cursos de água; e
d) superioridade aérea local.

**4.8.3** Em face das restrições de mobilidade através do terreno, os movimentos ficam condicionados aos eixos disponíveis, sobretudo os hidroviários. Com essa servidão, adquirem grande significado os acidentes que permitem o controle de circulação na área. O papel fundamental das hidrovias impõe a utilização sistemática de meios fluviais para o transporte de tropas e de suprimentos. O transporte aéreo possibilita o desbordamento de obstáculos ao movimento e imprime rapidez às operações.

**4.8.4** Na Amazônia brasileira, as operações ribeirinhas estão integradas às demais operações na selva. A Bda Inf Sl pode empregar, simultaneamente, um batalhão, realizando operações na floresta, e um batalhão, executando operações ribeirinhas e realizando, ainda, operações aeromóveis.

**4.8.5** A Bda Inf Sl pode constituir uma força ribeirinha ou fazer parte de uma força conjunta com apoio de meios navais e aéreos.

**4.8.6** Integrando uma força conjunta, a Bda Inf Sl será, normalmente, o componente terrestre que designará um grupo de desembarque ribeirinho, sendo este de valor mínimo um batalhão reforçado, incluindo elementos de Ap Cmb, AF e Ap Log, além do apoio da Av Ex sob controle operacional.

**4.8.7** A base de combate ribeirinha é o ponto focal de onde se irradiam as operações e o respectivo apoio logístico do escalão superior. Deve possuir as seguintes características:
a) localizar-se em região que facilite o apoio logístico, o controle das operações e sua defesa;
b) para sua defesa, adotar dispositivo circular, constituindo-se em um ponto forte (normalmente, essa ação fica a cargo da reserva e dos elementos de apoio ao combate, podendo, temporariamente, empenhar o pessoal de apoio logístico); e
c) possuir espaço que possibilite o desdobramento das F Seg, da reserva e dos órgãos de comando, apoio ao combate e apoio logístico, englobando campo de pouso ou ZPH e locais de ancoragem e atracação dos meios flutuantes.

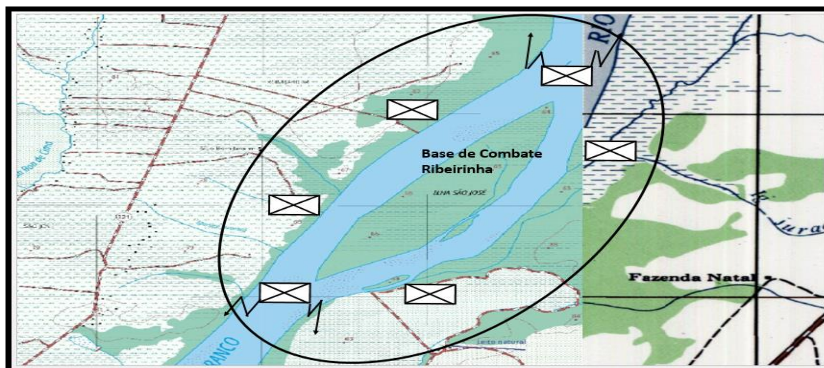


Fig 4-11 – Exemplo de base de combate ribeirinha

**4.8.8** A área de combate ribeirinha é um espaço delimitado em um ambiente ribeirinho, abrangendo, necessariamente, os objetivos, as hidrovias a ser controladas e a região adjacente necessária à manobra. A Bda Inf Sl pode receber uma área de combate ribeirinha ou cooperar com o escalão superior no domínio e no controle dela.

**4.8.9** As operações ribeirinhas são divididas em cinco fases, as quais são descritas a seguir.

**4.8.9.1** Planejamento – deve abranger esquema de manobra, plano de embarque, plano de movimento, plano de dissimulação e plano de desembarque ou assalto ribeirinho.

**4.8.9.2** Aprestamento – visa à preparação tática e logística da Bda Inf Sl para o cumprimento de missões em ambientes ribeirinhos. O apronto será baseado nas normas gerais de ação (NGA) da Bda. Nessa fase, são realizados os ensaios.

**4.8.9.3** Embarque e carregamento – tal fase consiste em distribuir as unidades da Bda Inf Sl nas embarcações, sendo responsabilidades dos comandantes das unidades a fiscalização do embarque do seu pessoal e o carregamento de todo equipamento e suprimento previsto no manifesto de embarque e carregamento.

**4.8.9.4** Movimento da área de embarque – para a área de combate ribeirinha que abrange deslocamento e ações, desde a partida da área de embarque até a área de combate ribeirinha. É feito mantendo-se apoio entre as embarcações com a manutenção do contato visual. São adotadas as técnicas de M Cmb fluvial, de acordo com as possibilidades de contato com o Ini. Na fase final do movimento, o dispositivo tático deve facilitar o desdobramento da Bda em sua área de combate ribeirinha, permitindo que as bases de combate das U sejam instaladas.

**4.8.9.5** Desenvolvimento das operações – é realizado a partir da base de combate ribeirinha e, a partir desta, inicia as operações para destruir as forças inimigas e controlar a circulação na área de responsabilidade da brigada, podendo conduzir as Op com seus meios centralizados ou descentralizados.

**4.8.10** As ações ribeirinhas podem ser terrestres, fluviais e combinadas. A Bda Inf Sl pode executar as seguintes ações e operações ribeirinhas:
a) esclarecimento e reconhecimento;
b) patrulhamento e vigilância das vias fluviais;
c) bloqueio da via fluvial;
d) assalto ribeirinho;
e) desembarque ribeirinho;
f) incursões;
g) emboscadas; e
h) retirada.

**4.8.10.1** Algumas dessas ações têm peculiaridades próprias bem consolidadas, sendo a Bda Inf Sl a mais apta a realizá-las.

**4.8.10.2** Bloqueio da via fluvial é a ação que visa a impedir a utilização pelo inimigo de uma determinada via fluvial pelo controle de acidentes capitais ribeirinhos, particularmente junto à foz ou em pontos de passagem obrigatória. É efetivado através de posições defensivas que das margens dominem o canal da aquavia; com emprego do fogo de armas de tiro tenso de meios fluviais ou outros localizados nas margens; com fogos de artilharia e morteiro ou com minagem da hidrovia.

**4.8.10.3** Assalto ribeirinho é a ação ribeirinha que se caracteriza pelo desembarque de forças em margens defendidas, para conquista de objetivos terrestres nelas existentes. O desembarque poderá ser progressivo ou gradual, desenvolvendo-se e ampliando-se à medida que sucessivos objetivos em terra vão sendo conquistados. Nesse caso, a Bda Inf Sl emprega seus meios sucessivamente na execução do assalto. O assalto, também, poderá ser lançado violentamente, de uma só vez, empregando a maioria de seus meios inicialmente. Essa ação necessita que o poder de combate da força ribeirinha seja muito superior ao do inimigo instalado na margem.

**4.8.10.4** Desembarque ribeirinho é a ação que se caracteriza pelo desembarque de tropa afastado das posições defensivas do inimigo, sendo, geralmente, necessária a execução de uma marcha ou infiltração tática para abordar as posições inimigas.

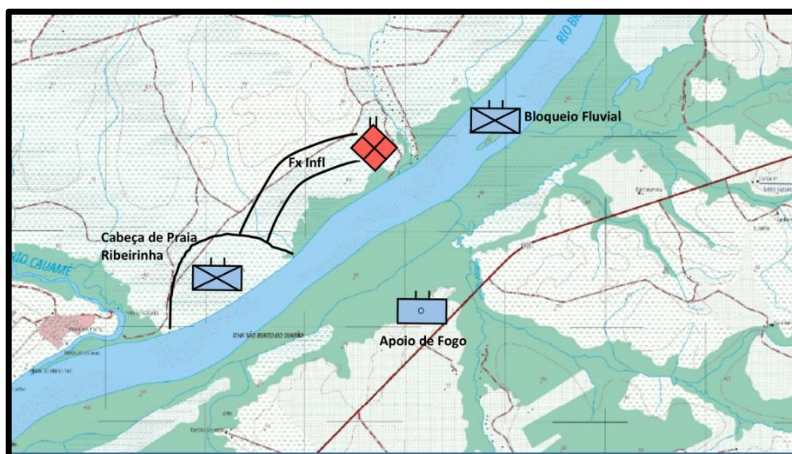



Fig 4-12 – Desembarque ribeirinho com infiltração

**4.8.11** A cabeça de praia ribeirinha é estabelecida após um assalto ou desembarque ribeirinho, quando a força de desembarque ribeirinha ocupa posições que garantam o desembarque de tropas e material para o

prosseguimento das operações. Isso normalmente é conseguido quando a Bda Inf Sl impede que o inimigo execute tiros tensos sobre os locais de desembarque.

**4.8.12** A Bda Inf Sl pode empregar, como meios fluviais, embarcações leves e orgânicas, que lhe conferem mobilidade e autonomia para pequenos deslocamentos, podendo empregar, ainda, barcos regionais e balsas, desde que devidamente adaptados, de preferência, em atividades logísticas. Ainda pode empregar outras embarcações recebidas do Esc Sp ou da Marinha do Brasil.

**4.8.13** O apoio de fogo da Bda Inf Sl é provido pela sua artilharia de campanha ou podendo receber apoio de fogo naval e aéreo. O emprego dos meios de apoio de fogo visa à neutralização de pessoal e armas inimigas situadas às margens ou em embarcações, à destruição de embarcações e campos de pouso, bem como à interdição de eixos fluviais ou rodoviários.

**4.8.14** A proteção antiaérea é provida pelos meios orgânicos da Bda Inf Sl, buscando-se atingir, particularmente, os helicópteros inimigos.

# CAPÍTULO V

# A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NAS AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES TERRESTRES

## 5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**5.1.1** No contexto das operações terrestres, existe um rol de ações comuns às operações que podem ser realizadas por tropas de qualquer natureza, desde que estas tenham as capacidades necessárias. Essas ações relacionam-se às funções de combate e às atividades e tarefas a ser conduzidas pelos elementos da Bda Inf Sl, apresentando um grau de intensidade variável, de acordo com a operação militar planejada e conduzida.

**5.1.2** As ações comuns estão listadas no manual de campanha *Operações*.

**5.1.3** Entre as ações comuns às operações terrestres, a Bda Inf Sl é particularmente apta para:
a) reconhecimento, vigilância e segurança;
b) coordenação e controle do espaço aéreo;
c) planejamento (Plj) e coordenação do apoio de fogo;
d) substituição de unidades de combate;
e) assuntos civis;
f) defesa química, biológica, radiológica e nuclear;
g) operações psicológicas;
h) defesa antiaérea; e
i) comunicação social.

## 5.2 AÇÕES DE RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

**5.2.1** GENERALIDADES

**5.2.1.1** A Bda Inf Sl pode realizar as ações de reconhecimento (Rec), vigilância (Vig) e segurança (Seg) em todas as operações, sejam elas ofensivas, defensivas ou de cooperação e coordenação com agências.

**5.2.1.2** As ações comuns às operações terrestres de Rec, Vig e Seg são realizadas pela Bda Inf Sl, em proveito próprio e por sua própria iniciativa. Elas objetivam a aquisição de informações sobre o inimigo, o terreno na zona de ação dessas tropas, a proteção de suas instalações, de posições, do material e do seu pessoal.

**5.2.1.3** Diferente das demais ações comuns a todas as operações, as ações de Rec, Vig e Seg são executadas em proveito da Bda Inf Sl e não do seu escalão enquadrante. Essas ações não devem ser confundidas com a operação de segurança (nos graus de cobertura, proteção e vigilância), realizada eventualmente pela Bda Inf Sl e pelas suas peças de manobra em proveito do seu escalão superior (DE, corpo de exército *etc*.). Da mesma forma, a ação comum de reconhecimento (realizada em proveito de quem a executa) não pode ser confundida com a ação de reconhecimento, integrante da operação de segurança (realizada em prol do escalão superior).

**5.2.1.4** As ações de Rec, Seg e Vig complementam-se. Os dados e a segurança obtidos propiciam melhores condições para a tomada de decisão e maior proteção à tropa.

**5.2.2** RECONHECIMENTO

**5.2.2.1** A ação comum de reconhecimento é conduzida pela Bda Inf Sl e suas organizações militares diretamente subordinadas (OMDS), com o propósito de obter informes sobre o inimigo e o terreno em sua zona de ação, em proveito próprio, para o seu próprio planejamento operacional.

**5.2.2.2** Normalmente, a ação comum de reconhecimento é executada segundo os mesmos fundamentos do reconhecimento como parte de uma operação complementar.

**5.2.2.3** Não raro, as ações de reconhecimento, em ambiente amazônico, visam a buscar dados e informações acerca dos seguintes aspectos:
a) faixas de infiltração a serem utilizadas pelo inimigo, localização de armas anticarro, artilharia antiaérea, campo de minas e obstáculos naturais e artificiais;
b) vias de acesso fluviais e terrestres, eixos de suprimento, retraimento e comunicações; e
c) mudanças em relação à situação do inimigo (dispositivo, composição, valor, atividades recentes e atuais e peculiaridades).

**5.2.2.4** Normalmente, os pelotões e a seção de vigilância terrestre (Seç Vig Ter), orgânicos do Esqd Cav da Bda Inf Sl, são as frações que realizam a ação comum de reconhecimento em proveito de seu próprio escalão de comando. Os dados obtidos por essas frações, durante a execução das ações de Rec, em proveito do esquadrão, podem ser úteis também ao planejamento das ações do escalão enquadrante, ajudando a compor o quadro de situação do inimigo ou sobre o terreno, em uma determinada parte da Z Aç da Bda Inf Sl.

**5.2.3** VIGILÂNCIA

**5.2.3.1** A ação comum de vigilância (também denominada vigilância de combate) é executada pelas OM da Bda Inf Sl, em quaisquer operações, por ordem de

seus comandantes ou do Cmt Bda, com base nas necessidades operacionais, com o propósito de detectar, registrar e informar o ocorrido em determinado setor de observação sob sua responsabilidade, protegendo ou alertando sua OM, com antecedência, acerca de alguma ação inimiga. Os dados obtidos devem ser informados ao escalão superior, que pode utilizá-los em suas operações ou para compor a consciência situacional em sua A Op.

**5.2.3.2** O Esqd Cav, orgânico da Bda Inf Sl, é a fração mais apta a realizar a ação comum de vigilância em proveito de si própria ou da Bda Inf Sl, em qualquer tipo de operação, em situações de guerra ou de não guerra. Tal aptidão recai nas características dos seus Pel e nos meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA) de que o Esqd dispõe.

**5.2.3.3** Essa vigilância compreende todas as técnicas disponíveis na referida OM para realizar uma contínua e sistemática observação sobre o campo de batalha em sua zona de ação, em particular de áreas críticas, cursos d'água, estradas, pontes, dentre outras. São tipos dessa vigilância a visual, a eletrônica e a videofotográfica, sendo que seus conceitos encontram-se detalhados nos manuais de campanha: *Operações* e *A Infantaria nas Operações*.

**5.2.3.4** A vigilância de combate constitui uma das principais formas de identificação e localização de alvos e monitoramento de atividades do oponente na Z Aç de uma determinada OM ou da Bda como um todo.

**5.2.3.5** Em determinadas situações táticas, a Bda Inf Sl pode valer-se da vigilância de combate, realizada por seus elementos subordinados, enquanto conduzem outras operações, orientando essa ação comum na:
a) determinação, por intermédio da observação, de atividades com significação militar (mesmo as realizadas por civis) ou ausência dessas atividades, em determinadas áreas;
b) localização de alvos para serem atacados pela força aérea, fogos de artilharia, agentes químicos e outros;
c) observação e controle de fogos indiretos orgânicos e não orgânicos ou aéreos;
d) avaliação de danos;
e) localização e identificação de unidades inimigas, em movimento ou estacionadas, no interior da área de operações;
f) observação de vias de acesso do inimigo e vias de transportes; e
g) observação de eixos e acidentes importantes do terreno, no interior da área de retaguarda.

**5.2.3.6** Os principais fatores que influenciam a execução da Vig de combate são:
a) condições de visibilidade;
b) terreno;
c) cobertas naturais e artificiais;
d) ameaça aérea; e
e) características dos próprios equipamentos de vigilância.

**5.2.3.7** Cabe destacar que, para o planejamento das ações de vigilância em ambiente de selva, deve-se considerar que a observação visual, assistida ou não por meios optrônicos, é prejudicada pela excessiva compartimentação do terreno, devido ao relevo acidentado e ao elevado porte da vegetação.

**5.2.3.8** Tal fato conduz à diminuição das distâncias de observação (podendo prejudicar o sigilo), bem como à priorização da vigilância sobre porções do terreno que permitam melhores condições de observação em profundidade, como o leito dos rios e a extensão de eixos terrestres que possam ser utilizados por tropa a pé ou embarcada em viaturas.

**5.2.3.9** As unidades da Bda Inf Sl podem valer-se das seguintes orientações para o planejamento de suas ações de vigilância:
a) prever a substituição periódica dos elementos nela engajados, seja pela rotatividade de missões, seja pela atribuição de frentes que permitam o rodízio entre os elementos subordinados;
b) utilizar postos de observação, de escuta e patrulhas para proporcionar observação contínua e sistemática. Uma F Vig não é constituída para oferecer uma forte resistência ao Ini, contudo ela deve ser capaz de dispor de Seg própria;
c) empregar, nas operações diurnas, particularmente a Vig visual. À noite, as operações exigem tanto a Vig de escuta como o emprego de meios fotográficos e eletrônicos, como os equipamentos optrônicos (termais e intensificadores de imagem). Todos os dados obtidos pela observação na área vigiada devem ser transmitidos com oportunidade; e
d) na área de retaguarda, limitar-se, em princípio, à instalação de postos de observação ou escuta. O patrulhamento de rodovias é incluído, normalmente, na missão de defesa de área de retaguarda. A vigilância é uma ação eminentemente passiva. Entretanto, a força que a realiza pode, algumas vezes, receber pequenas tarefas, como, por exemplo, bloqueios de estradas, desde que não a obrigue ao emprego permanente de parte de seu efetivo.

**5.2.4** SEGURANÇA

**5.2.4.1** A ação comum de segurança compreende o conjunto de medidas adotadas por tropas da Bda Inf Sl, para a prevenção e proteção frente à inquietação, à surpresa e à observação do oponente.

**5.2.4.2** A ação comum de segurança não deve ser confundida com a operação de segurança. A principal diferença entre ambas está na finalidade de sua execução. A operação de segurança é executada por determinação do escalão superior em benefício de suas operações. Já a segurança, ação comum a todas as operações, é executada por iniciativa de cada OM presente no TO, independente de ordem do escalão superior e em proveito próprio.

**5.2.4.3** São ações comuns de segurança: as ações contra forças de infiltração, a segurança de área de retaguarda (SEGAR), as ações de contrarreconhecimento e as ações contra forças aeroterrestres, aeromóveis e forças irregulares.

**5.2.4.4** A Bda Inf Sl pode coordenar a execução de todas essas ações comuns de segurança ou determinar que cada OM subordinada as execute (por iniciativa própria), quando a situação tática exigir, para proteger-se da inquietação, da surpresa e da observação por parte do inimigo, para preservar o sigilo de suas operações, manter a iniciativa delas e obter sua liberdade de ação.

**5.2.4.5 Ações contra Forças de Infiltração**

**5.2.4.5.1** O planejamento da Bda Inf Sl contra forças de infiltração deve considerar, particularmente:
a) a não linearidade e não continuidade da Z Aç;
b) o aumento da dispersão de meios como consequência das grandes dimensões de áreas passivas, com vegetação amazônica, o que facilita a infiltração de forças inimigas entre os elementos de manobra da brigada e entre estes e os elementos de apoio ao combate e apoio logístico; e
c) a posse de capacidades por parte do inimigo que permitam a realização de manobras de infiltração, com o fito de atingir a área de retaguarda da Bda e/ou de suas OMDS para atacar, destruir e causar confusão nas instalações de apoio logístico e de comando e controle.

**5.2.4.5.2** As áreas passíveis de infiltração por forças inimigas devem ser monitoradas pelo emprego de patrulhas de combate, medidas de contrainteligência, obstáculos antipessoal e dispositivos de alarme e vigilância aéreos, fluviais e terrestres.

**5.2.4.5.3** Por ocasião dos planejamentos das ações, devem ser enfatizados esforços no sentido de identificar as prováveis Z Reu na área de retaguarda da brigada, assim como a prioridade para a destruição ou a neutralização dessas forças antes mesmo que possam organizar-se e desencadear suas ações.

**5.2.4.6 Segurança de Área de Retaguarda (SEGAR)**

**5.2.4.6.1** A SEGAR compreende a defesa da área de retaguarda (DEFAR) e o controle de danos (C Dan).

**5.2.4.6.2** A DEFAR é o conjunto de medidas e ações executadas nos diversos escalões da F Ter, visando a assegurar a normalidade no desempenho das atividades dos elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, além dos elementos de comando e controle localizados nas respectivas áreas de retaguarda.

**5.2.4.6.3** Já o C Dan é o conjunto de medidas preventivas e corretivas que visam a minimizar os efeitos das ações do oponente ou das catástrofes na nossa área de retaguarda. Essas medidas têm a finalidade de assegurar a continuidade das demais funções de combate.

**5.2.4.6.4** No planejamento da SEGAR, devem ser considerados os seguintes aspectos:
a) extensão das frentes com espaços não ocupados (largas frentes);
b) diversos tipos de ameaças;
c) ações em profundidade;
d) não linearidade do campo de batalha; e
e) descontinuidade do campo de batalha.

**5.2.4.6.5** A SEGAR é enquadrada como ação comum, quando desencadeada em proveito da própria Bda Inf Sl. Difere da operação de SEGAR, quando a brigada é empregada por um escalão enquadrante para realização de SEGAR na área de retaguarda dos escalões superiores.

**5.2.4.6.6** Para mais informações sobre a execução da SEGAR, recomenda-se consultar os manuais de campanha *Operações, Operações Ofensivas e Defensivas* e *A Infantaria nas Operações*.

**5.2.4.7 Ações de Contrarreconhecimento**

**5.2.4.7.1** As ações de contrarreconhecimento (C Rec) são essenciais para o sucesso de uma força no campo de batalha moderno. Impedir que as ações de reconhecimento do inimigo tenham êxito é a primeira e, possivelmente, a mais importante tarefa que uma força deve realizar para que possa executar sua missão com sucesso.

**5.2.4.7.2** As ações de C Rec são ações táticas, adotadas por uma força destinada a impedir, pelo combate, os esforços de reconhecimento do inimigo, sobre suas forças ou região coberta, protegida ou vigiada. Elas podem ser de natureza ofensiva ou defensiva, entretanto sua atuação é sempre ofensiva, buscando neutralizar ou destruir o Rec inimigo.

**5.2.4.7.3** O C Rec ofensivo busca, deliberadamente, o contato com os elementos de reconhecimento do inimigo, a sua destruição ou neutralização, pelo combate aproximado ou pelo emprego de fogos diretos e indiretos.

**5.2.4.7.4** Para tanto, é sensato pontuar que, no ambiente de selva, as tarefas de contrarreconhecimento ofensivo sejam executadas, com preponderância, sobre os eixos fluviais e terrestres e, ainda, utilizando-se dos meios de artilharia antiaérea (AAAe) contra vetores de reconhecimento aéreos Ini.

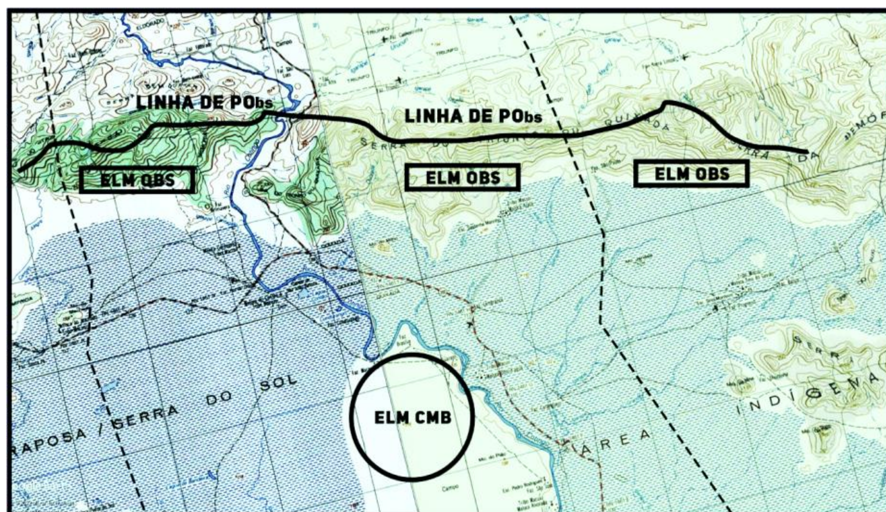


Fig 5-1 – Contrarreconhecimento ofensivo

**5.2.4.7.5** No contrarreconhecimento defensivo, a força de contrarreconhecimento (F C Rec) também deve ser disposta em profundidade dentro da zona coberta ou protegida, entre a F Cob ou F Ptç e o grosso da tropa.

**5.2.4.7.6** Essa força procura evitar que o Rec inimigo penetre na zona de segurança e aproxime-se da força coberta ou protegida para obter informações sobre ela.

**5.2.4.7.7** O C Rec defensivo é, normalmente, conduzido à retaguarda de obstáculos naturais ou artificiais, buscando-se canalizar as linhas de infiltração do Rec inimigo para áreas de engajamento, onde esses elementos são destruídos ou neutralizados.

**5.2.4.7.8** É importante ressaltar que, mesmo com a ocupação de regiões elevadas para o estabelecimento de postos de observação, devido à densidade da vegetação preponderante em ambiente de selva, observar a aproximação de elementos da força inimiga pode se mostrar bastante dificultoso. Os meios de detecção, como a Seç Vig Ter e a Turma SARP, presentes no Esqd Cav da Bda Inf Sl, facilitam tal atividade, ainda que as particularidades do ambiente amazônico possam impelir restrições nas suas capacidades.

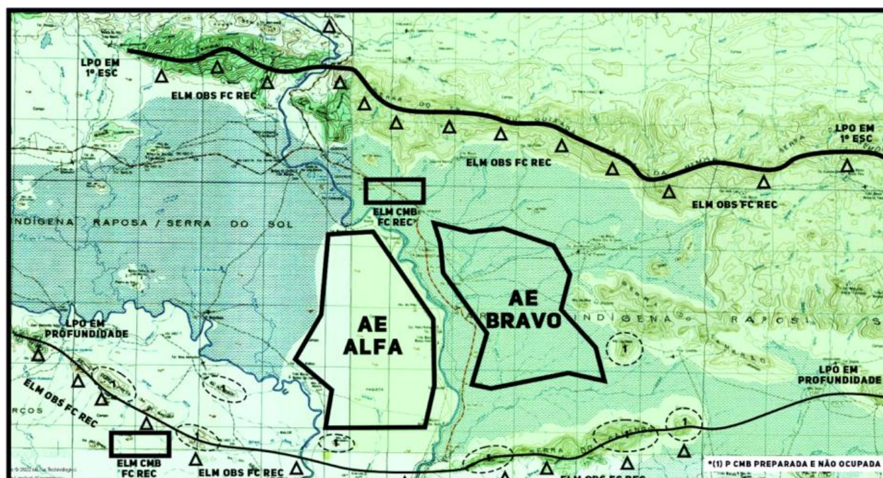



Fig 5-2 – Contrarreconhecimento defensivo

**5.2.4.8 Ações contra Forças Aeroterrestres e Aeromóveis**

**5.2.4.8.1** As ações contra um envolvimento aeroterrestre ou um assalto aeromóvel iniciam-se com o estudo para identificar possíveis zonas de lançamento (ZL), zonas de desembarque (Z Dbq), locais de aterragem, zonas de pouso de helicópteros (ZPH) e campos de pouso em profundidade, com relação ao dispositivo da Bda Inf Sl.

**5.2.4.8.2** O plano de fogos deve incluir concentrações nessas áreas, e o plano de barreiras deve prever o lançamento de obstáculos para interditar tais locais e para bloquear as vias de acesso, orientadas para o interior da posição defensiva.

**5.2.4.8.3** Identificado o risco do emprego dessas forças, deve-se estabelecer um sistema de vigilância para dar o alerta antecipado. A rapidez na contenção e no contra-ataque sobre o inimigo que conseguiu realizar um envolvimento vertical ou um assalto aeromóvel é vital para impedir a sua reorganização.

**5.2.4.8.4** A defesa contra forças aeroterrestres e aeromóveis inclui sistemas de armas de defesa aérea; medidas de identificação e alarme; tropas em condições de defender prováveis ZL e Z Dbq; e uma reserva com mobilidade tática. Essa ação deve ser planejada e controlada pela Bda Inf Sl.

**5.2.4.9 Ações contra Forças Irregulares**

**5.2.4.9.1** As forças e as infraestruturas localizadas na área de retaguarda da Bda Inf Sl são vulneráveis às ações de forças irregulares. A brigada deve dar atenção às medidas para impedir o apoio externo a essas forças, em coordenação com o planejamento da SEGAR.

**5.2.4.9.2** A efetividade das ações de forças irregulares depende, em grande parte, do apoio da população da área e de informações atualizadas sobre as operações da Bda Inf Sl, exigindo atenção à segurança orgânica, à contrainteligência e à segurança das comunicações.

**5.2.4.9.3** Para impedir ou neutralizar a ação de forças irregulares, é importante que a brigada localize as possíveis áreas para o estabelecimento de suas bases, identifique seus líderes e apoios e negue o uso de suas fontes de suprimento e meios de comunicações.

**5.2.4.9.4** Caso a atuação das forças irregulares adquira grande vulto, a ponto de comprometer a consecução de objetivos táticos da Bda que impeçam o atingimento do EFD, deve-se assessorar o escalão superior para que se avalie a possibilidade de desencadeamento de uma operação contra forças irregulares.

## 5.3 COORDENAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

### **5.3.1** CONSIDERAÇÕES GERAIS

**5.3.1.1** O largo emprego de aeronaves orientadas para ação direta ou indireta contra tropas terrestres, utilizando-se principalmente da faixa inferior do espaço aéreo (até 3000 m), com utilização crescente de aeronaves remotamente pilotadas, tornou o campo de batalha acentuadamente tridimensional e aumentou sobremaneira a demanda pela coordenação do uso dessa nova dimensão.

**5.3.1.2** Os principais usuários do espaço aéreo atualmente podem ser categorizados em: aeronaves de asa fixa e rotativa; meios de apoio de fogo terrestres e navais; artilharia antiaérea (AAAe); aeronaves remotamente pilotadas; e sistemas de munições remotamente pilotadas (SMRP).

**5.3.1.3** Nas operações que incluírem o emprego de meios aéreos, a coordenação entre os usuários do espaço aéreo é essencial. Com intuito de mitigar os riscos de fratricídio e ampliar capacidades por meio do apoio de fogo combinado de vários elementos, deve-se buscar, desde a fase do planejamento, implementar e integrar as medidas de coordenação de apoio de fogo (MCAF) com as medidas de coordenação e controle do espaço aéreo (MCCEA).

### **5.3.2** MEDIDAS DE COORDENAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO

**5.3.2.1** Enquanto as MCAF buscam facilitar o emprego dos meios de apoio de fogo, conferindo maior segurança às forças terrestres, as MCCEA têm por finalidade garantir maior liberdade de ação aos meios na terceira dimensão do espaço de batalha, preservando a segurança dos vetores aéreos, evitando fratricídio, acidentes aeronáuticos e a interferência entre as trajetórias das

munições e o emprego de aeronaves amigas. Para cumprir sua finalidade plenamente, as MCCEA (tal como as MCAF) necessitam ser amplamente divulgadas em todos os escalões.

**5.3.2.2** Em situação de guerra, a coordenação e o controle do espaço aéreo são responsabilidades da Força Aérea Componente (FAC), que os executa por intermédio do seu Centro de Operações Aéreas do Teatro (COAT), em coordenação com o Centro de Operações Táticas (COT), da Força Terrestre Componente (FTC) e com o comando da Força Naval Componente (FNC). Dessa forma, garante-se a integração entre os usuários do espaço aéreo no âmbito das forças componentes. Cabe ressaltar que a FTC também estabelece MCCEA em prol das suas operações, uma vez que compartilha a utilização do espaço aéreo.

**5.3.2.3** Nesse sentido, vale salientar que a Bia AAAe, orgânica da Bda inf Sl, deve propor o estabelecimento de medidas de Comando e Controle referentes ao seu emprego, coordenando o estabelecimento destas com o Esc Sp e com a FAC.

**5.3.2.4** Na Bda Inf Sl, o planejamento e emprego das MCAF e MCCEA são responsabilidades do Centro de Coordenação de Apoio de Fogo (CCAF), composto normalmente por: oficial de ligação de artilharia – O Lig Art (adjunto do coordenador de apoio de fogo); pessoal de operações; pessoal de informações; equipe de análise de alvos; E-3 do ar (SFC); equipe de controle aerotático/oficial de ligação aérea (ECAT/OLA) e representantes do AF naval (grupo de ligação de fogo naval – GRULIFONA).

**5.3.2.5** As MCCEA serão recebidas do Esc Sp e implementadas no planejamento de emprego da Bda Inf Sl pelo oficial de operações, assessorado pela ECAT/OLA, que compõe o CCAF da Bda. Tais medidas devem ser consideradas no esquema de manobra em todas as situações, porém crescem de importância quando a Bda for contemplada com Elm Av Ex em Ap às suas operações, a fim de planejar o emprego desse meio de forma eficiente e segura.

**5.3.2.6** A ferramenta por meio da qual qualquer comando que empregue meios no espaço aéreo solicita o estabelecimento de uma MCCEA (ou MCAF) é a Requisição de Acionamento de Medida de Coordenação (RAMC), cujo modelo se encontra no manual do Ministério da Defesa *Apoio de Fogo em Operações Conjuntas*.

**5.3.2.7** O quadro 5-1 apresenta as MCCEA de maior interesse para a Bda Inf Sl, com seus respectivos usuários, e quem as estabelece.

| MEDIDAS | USUÁRIOS | ÓRGÃO QUE ESTABELECE |
|---|---|---|
| Estado de ação (Est Aç) | AAAe – Av Ex – F Ae | Cmt de defesa aeroespacial (D Aepc), por meio do COAT |
| Espaço aéreo restrito (EAR) ou espaço restrito aos fogos terrestres (ERFT) | Art Cmp – Av Ex – F Ae | CCOp[1]/FTC, por meio do ECAF[2] |
| Volume de responsabilidade de defesa antiaérea (VRDAAe) | AAAe – Av Ex – F Ae | Cmt D Aepc (COAT), assessorado pelo Cmt DAAe Esc considerado (Cnsd) |
| Zona de operações restritas (ZOR) | Art Cmp – AAAe – Av Ex – F Ae – AF naval | Cmt D Aepc, por meio do COAT |
| Corredores de segurança (Crdr Seg) | AAAe – Av Ex – F Ae | - Cmt D Aepc (CCOA[3] ou COAT); ou<br>- Cmt DAAe Esc Cnsd |
| Rota padrão das aeronaves do Exército | AAAe – Av Ex – F Ae | CCOp[1] Esc Cnsd |
| Quadrícula de interdição (QI) | Art Cmp – AF naval – F Ae | Cmt maior Esc TO |
| [1] Centro de Coordenação de Operações (CCOp)<br>[2] Elemento de Coordenação de Apoio de Fogo (ECAF)<br>[3] Célula de Coordenação de Operações Aéreas (CCOA) | | |

Quadro 5-1 – Principais medidas de coordenação e controle do espaço aéreo

**5.3.2.8** Nas situações de não guerra, o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) estabelece as MCCEA adequadas ao grau de ameaça. Nesse contexto, cresce de importância a atuação dos Elm de ligação do Exército (AAAe, Aviação do Exército, entre outros julgados necessários) junto aos órgãos de controle do espaço aéreo, a fim de garantir a segurança e a liberdade de ação das forças empregadas em operações com presença de aeronaves de circulação aérea geral (CAG).

## 5.4 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

### **5.4.1** GENERALIDADES

**5.4.1.1** A grande descentralização das operações, o predomínio das ações de escalões menores que o batalhão e as distâncias entre as peças de manobra trarão, como reflexo para o apoio de fogo, a necessidade de, muitas vezes, fracionar seus meios e levar a descentralização ao grau máximo, o que torna

mais comum a adoção das situações de comando apoio direto e reforço à peça de manobra empenhada.

**5.4.1.2** O ambiente operacional de selva trará, além de dificuldades na prestação do apoio de fogo, por vezes, a redução da eficácia em coberturas vegetais densas, se consideradas as dosagens e os efeitos obtidos em terreno convencional.

**5.4.2** PLANEJAMENTO DO APOIO DE FOGO

**5.4.2.1** O planejamento do apoio de fogo consiste no levantamento de necessidades, na aquisição, análise e seleção de alvos, na emissão de pedidos de apoio de fogo e na indicação de meios para atuação. As atividades de planejamento e coordenação de fogos são complementares, intimamente relacionadas e exigem um trabalho contínuo de atualização.

**5.4.2.2** O processo de planejamento do apoio de fogo deve considerar todos os sistemas de armas superfície-ar, ar-superfície e superfície-superfície disponíveis, compostos de armas de tiro tenso e curvo, dentre outros, que incluem capacidades letais e não letais, sendo uma atividade claramente conjunta.

**5.4.2.3** No planejamento para aplicação dos fogos pela Bda Inf Sl, normalmente, os efeitos mais procurados serão: neutralização, interdição e inquietação. Nem sempre os efeitos planejados serão aqueles alcançados na execução, tendo em vista as características do terreno de selva, o qual pode impor limitações técnicas e táticas aos elementos de apoio de fogo.

**5.4.2.4** Considerando o emprego de fogos cinéticos, o terreno de selva pode impor dificuldades significativas à aplicação do princípio da massa, o qual pode ser compensado pela ampla utilização do princípio do apoio de fogo contínuo e cerrado aos elementos de manobra.

**5.4.2.5** No que se refere à Artilharia de Campanha, pela descentralização das ações neste ambiente operacional, poderá ser atribuída a missão tática de apoio geral ao GAC Sl e a situação de comando reforço às baterias com maior frequência, além da atribuição de missões táticas não padronizadas.

**5.4.2.6** A saturação de área poderá ser outro instrumento de grande valia nas mãos dos comandantes, seja pelo efeito letal, seja pela quebra do moral do inimigo, podendo ser empregado tanto material de tubo, quanto lançadores múltiplos de foguetes (LMF) das frações de artilharia orgânicas dos escalões superiores, que atuem em prol da manobra da Bda.

**5.4.2.7** Esses LMF, em grupos ou baterias, terão largo emprego nas missões de saturação de área. Seu grande alcance e a possibilidade de execução do tiro, utilizando-se de viaturas ou embarcações especializadas ou adaptadas, são características importantes no apoio às operações na selva.

**5.4.2.8** O emprego dos mísseis de longo alcance é fator importante, considerando-se as grandes distâncias desse ambiente operacional e a possibilidade da destruição de alvos ponto.

**5.4.2.9** Nesse contexto, somada à dificuldade de observação nesse ambiente operacional, cresce de importância a capacidade de observação por meio de SARP, Av Ex, dentre outros meios aéreos, para levantamento de alvos, condução do tiro e controle de danos.

**5.4.2.10** Os elementos das armas-base deverão estar capacitados a solicitar o apoio de fogo e a conduzi-lo adequadamente, de maneira autônoma. Para isso, cresce de importância a preparação dos quadros por meio de estágios de condução do tiro de artilharia por combatente de qualquer arma, de guia aéreo avançado (GAA), dentre outros.

**5.4.3** COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

**5.4.3.1** Pelas peculiaridades do ambiente operacional, bem como pelas características das operações na selva, poderá haver limitações na coordenação do apoio de fogo nos escalões mais elevados, em operações singulares ou conjuntas. Como resultado, avulta de importância a coordenação nos escalões unidade e subunidade, com protagonismo dos distintos CCAF.

**5.4.3.2** Além do que já é doutrinariamente previsto, algumas particularidades deverão ser observadas para uma eficiente coordenação do apoio de fogo, no âmbito da Bda inf Sl. Deve-se levar em consideração o que segue.

**5.4.3.2.1** Nas Medidas Permissivas
a) Linha de Segurança de Apoio de Artilharia (LSAA):
- poderá ser circular nos casos de defesa de pontos fortes, localidades *etc*.; e
- nas operações ribeirinhas, a LSAA pode ser determinada por linhas perpendiculares ao eixo fluvial.

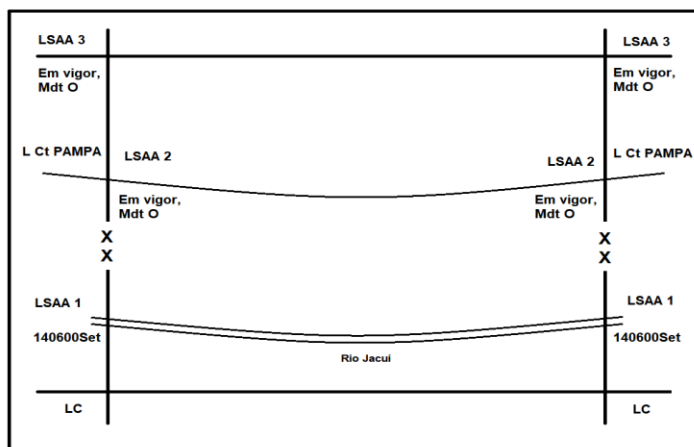



Fig 5-3 – Representação da LSAA

b) Linha de Coordenação de Apoio de Fogo (LCAF) – a LCAF deverá ser proposta, preferencialmente, sobre rios de grande vulto ou estradas, particularmente as de revestimento asfáltico. Caso não seja possível, decorrente das características do terreno, a LCAF poderá ser estabelecida por meio de uma linha e designada à Força Aérea por intermédio de coordenadas geográficas.

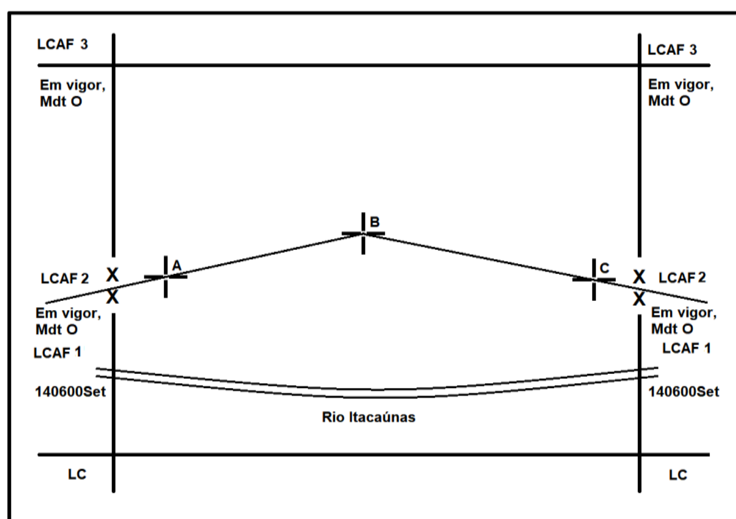



Fig 5-4 – Exemplo de LCAF

c) Área de Fogo Livre (AFL) – pode ser proposta em áreas de selva delimitadas por rios ou estradas, clareiras desabitadas, praias de rio, dentre outras.

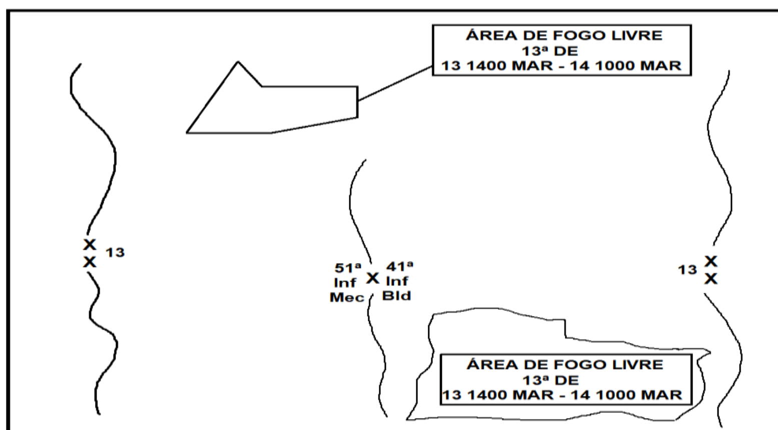



Fig 5-5 – Exemplos de AFL e AFL de pequena dimensão

**5.4.3.2.2** Nas Medidas Restritivas

a) Linha de Restrição de Fogos (LRF) – deverá ser proposta para propiciar segurança às tropas amigas que atuam em posições convergentes, evitando o fratricídio. Para isso, poderá ser estabelecida sobre rios ou estradas ou perpendicular a estes, buscando-se todos os meios para melhor identificação pelas tropas.

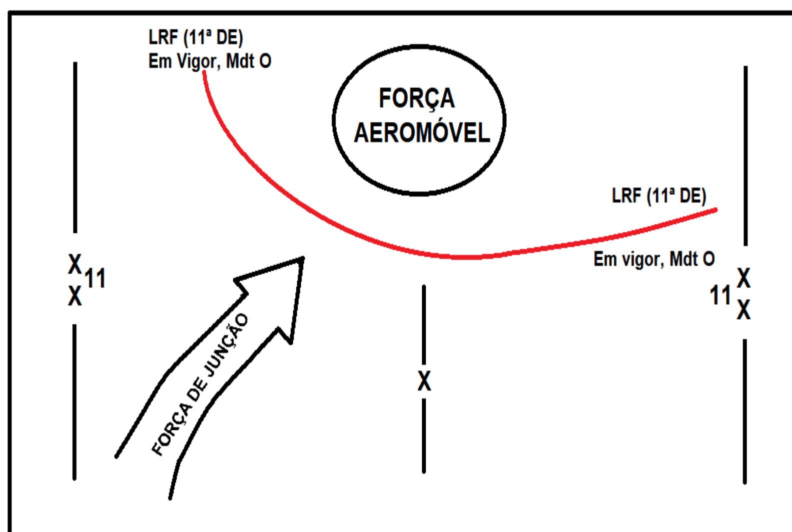



Fig 5-6 – Exemplo de LRF

b) Área de Restrição de Fogos (ARF) – as restrições ou critérios podem variar com a situação tática, o local e a oportunidade, podendo ser proposta sobre pontos de interesse como pontes, instalações, regiões de passagem, portos, entre outros.




Fig 5-7 – Exemplo de ARF

c) Área de Fogo Proibido (AFP) – poderá ser estabelecida nas localidades, áreas humanizadas, comunidades indígenas, estruturas estratégicas e obras de arte, cuja destruição possa prejudicar a vida da população ou as operações militares, e os danos colaterais violem o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).




Fig 5-8 – Exemplos de AFP

## 5.5 SUBSTITUIÇÃO DE UNIDADES EM COMBATE

**5.5.1** CONSIDERAÇÕES GERAIS

**5.5.1.1** As tropas da Bda Inf Sl realizam ações de substituição (Subst) de unidades de combate quando assumem a zona de ação ou a missão de outra unidade em qualquer missão de combate.

**5.5.1.2** A substituição de unidades empregadas em combate é realizada para conservar o poder de combate; manter a eficiência operacional; atender a imposições dos planos táticos; reequipar, reinstruir e treinar/ensaiar forças para operações futuras; e manter a impulsão do ataque em Op Ofs.

**5.5.1.3** Os tipos de substituições são os seguintes:
a) substituição em posição;
b) ultrapassagem; e
c) acolhimento.

**5.5.1.4** Quando as operações táticas se desenvolvem por um período prolongado de tempo, ou mesmo no combate continuado, as substituições devem ocorrer com frequência.

**5.5.1.5** A Bda Inf Sl pode participar de uma operação de Subst ou pode, ela mesma, conduzir e controlar esse tipo de operação.

**5.5.1.6** As operações de Subst devem ser executadas de maneira rápida e ordenada. Sempre que possível, as substituições são executadas durante períodos de visibilidade reduzida.

**5.5.1.7** Os planos devem ser minuciosos, simples e bem coordenados entre todos os escalões das forças que substituem e das forças substituídas.

**5.5.1.8** Durante a substituição, devem ser tomadas todas as precauções para reduzir a vulnerabilidade ao ataque inimigo.

**5.5.1.9** Os elementos de apoio ao combate devem ser substituídos em oportunidades diferentes das forças que apoiam.

**5.5.2** SUBSTITUIÇÃO EM POSIÇÃO

**5.5.2.1** A substituição em posição é uma operação na qual uma força ou parte dela é substituída por outra em uma posição defensiva. É realizada com as seguintes finalidades:
a) substituição para prosseguimento na defesa – deve ser feita na base de U por U, subunidade por subunidade, homem a homem, arma por arma. O Cmt da força que substitui adota um dispositivo que se ajuste ao plano do Cmt da

organização substituída. As modificações no plano de defesa somente podem ser introduzidas pelo Cmt substituto, após ser finalizada a Subst; e
b) substituição para a preparação de uma operação ofensiva subsequente – é realizada somente em determinadas partes da Z Aç, visto que sua missão principal é a de se preparar para o ataque e dar prosseguimento à ação ofensiva. Assume, contudo, a responsabilidade pela defesa de toda a área. Na maioria das vezes, adota um dispositivo que permita aos **principais comandos** subordinados executarem seus planos de ataque ou que permita uma mudança de direção destes.

**5.5.2.2 Execução**

**5.5.2.2.1** Sequência da substituição:
a) a substituição na posição é executada em etapas, a fim de permitir a preservação do poder de combate durante a operação;
b) as reservas podem ser substituídas em primeiro lugar, seguidas pela Subst dos elementos avançados ou vice-versa;
c) normalmente, quando a maioria das forças está desdobrada no LAADA, a Subst é conduzida da frente para a retaguarda; e
d) a possibilidade de o inimigo descobrir ou interferir na operação, as características da região de operações e o prazo disponível para a execução da Subst são os fatores que o Cmt Bda Inf Sl considera na escolha do processo de Subst dos elementos desdobrados no LAADA.

**5.5.2.2.2** A substituição na posição pode ser conduzida pelos seguintes processos:
a) quando duas unidades estão desdobradas à frente, a Subst de uma delas deve ser completada antes de se iniciar a Subst da seguinte;
b) quando três unidades forem desdobradas à frente, a Subst de duas unidades de flanco deve ser feita simultaneamente, seguida pela Subst da unidade do centro. Dependendo das circunstâncias, pode-se inverter a ordem; e
c) substituição simultânea de todas as U desdobradas à frente da posição.

**5.5.2.2.3** Procedimentos durante a substituição:
a) a fim de reduzir a vulnerabilidade a que são expostas as tropas, durante a execução da substituição, medidas apropriadas de contrainteligência devem ser empregadas para evitar que a operação seja revelada. Deve-se prever medidas de GE e a continuidade de atividades normais, tais como fogos de apoio, utilização do rádio, tráfego de veículos e outras;
b) os fogos da GU substituída e da Bda Inf Sl devem assegurar o sucesso da operação e neutralizar a reação do inimigo, no caso de a operação ser descoberta; e
c) a Subst é conduzida tão rapidamente quanto possível, para assegurar o controle e o sigilo. A tropa da GU substituída fornece segurança e vigilância durante a execução da operação.

**5.5.3** ULTRAPASSAGEM

**5.5.3.1 Considerações Gerais**

**5.5.3.1.1** A ultrapassagem (Ultr) é uma operação na qual uma força ataca por meio de outra que se encontra em contato com o Ini. É executada por uma força para substituir outra desfalcada, dispersa ou sem condições de prosseguir ou de iniciar um ataque.

**5.5.3.1.2** Os elementos da força em contato com o inimigo permanecem em posição e apoiam a força que ultrapassa até que seus fogos tornem-se ineficazes. A força ultrapassada pode permanecer em posição ou ser empregada em outra ação.

**5.5.3.1.3** A Bda Inf Sl executa uma Ultr para:
a) manter a impulsão do ataque;
b) realizar uma mudança de direção de ataque;
c) explorar pontos fracos da posição do Ini, por meio do emprego da reserva; e
d) iniciar uma ofensiva em frente na qual havia estabilização.

**5.5.3.1.4** A Ultr exige planejamento cuidadoso e coordenação cerrada entre as forças que participam da operação.

**5.5.3.1.5** A tropa em contato provê todo o apoio possível à força que vai ultrapassá-la.

**5.5.4** ACOLHIMENTO

**5.5.4.1 Considerações Gerais**

**5.5.4.1.1** Acolhimento (Aclh) é uma operação na qual uma força, em Mov Rtg, passa através da Z Aç de outra que ocupa posição defensiva ou retardadora à sua retaguarda. A força acolhida realiza um retraimento através de uma posição.

**5.5.4.1.2** No Aclh, a força em posição apoia a força que retrai. Esta tem prioridade nos itinerários e nas instalações. As áreas ou pontos selecionados para a passagem das tropas a serem acolhidas devem estar desocupados e localizados entre os elementos da força em posição ou em seus flancos.

**5.5.4.1.3** O Aclh pode ocorrer com ou sem contato com o inimigo. Quando conduzido em contato com o inimigo, o Aclh perdura até que as forças que retraem coloquem-se sob a proteção dos fogos do elemento que executa o acolhimento.

**5.5.4.1.4** O objetivo dessa operação é a Subst de uma tropa exausta ou empregada em uma ação além de sua capacidade. Pode, também, ser realizada como parte de um Mov Rtg ou para permitir à força que retrai o cumprimento de outra missão.

**5.5.4.1.5** Após acolhida, a força que retrai pode deslocar-se para área de repouso, a fim de reorganizar-se e passar por novo período de instrução, cobrir o retraimento de outra força e deslocar-se para outra área, a fim de ser empregada em nova missão.

## 5.6 ASSUNTOS CIVIS

**5.6.1** Os assuntos civis são um conjunto de atividades referentes ao relacionamento do componente militar com as autoridades civis e a população da área ou do território sob a responsabilidade ou a jurisdição do comandante dessa organização ou força. Compreendem as funções assuntos de governo e cooperação civil-militar (CIMIC, sigla em inglês de *civil-military cooperation*).

**5.6.2** As ações de assuntos civis, em geral, ocorrem do nível estratégico até o nível tático. Os assuntos de governo abarcam ações no nível político, estratégico e operacional, já as ações de CIMIC são mais afetas ao nível operacional e tático. Nesse contexto, a Bda Inf Sl insere-se em missões de assuntos civis, vocacionada para o cumprimento de missões de CIMIC.

**5.6.3** A CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências e a população em uma área operacional. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão.

**5.6.4** A CIMIC compreende ações comunitárias e coordenação com organizações não governamentais (ONG), organizações intergovernamentais (OIG), organizações privadas e, eventualmente, organizações governamentais (OG). As relações são normalmente estabelecidas nos níveis operacional e tático.

**5.6.5** Nesse sentido, a Bda Inf Sl pode planejar e executar ações de CIMIC no sentido de contribuir para a consecução dos objetivos militares e para garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão.

**5.6.6** As atividades de CIMIC abrangem o apoio à missão e às comunidades, incluindo reparações e reconstrução de infraestruturas, incremento das condições da saúde pública e apoio à administração civil, o que possibilita a conquista da confiança da população. Nesse contexto, deve-se considerar que, no ambiente amazônico, as comunidades indígenas adquirem especial

importância e sua relevância pode impactar a conquista da legitimidade das ações militares.

**5.6.7** A contrapartida das atividades CIMIC, efetuadas pela tropa em benefício da população, consiste no apoio desta e das autoridades às operações militares, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações e ao uso de áreas, instalações e recursos locais. Esse apoio proporciona legitimidade de atuação e liberdade de ação para as tropas da Bda Inf Sl.

**5.6.8** A 5ª Seção do estado-maior da Bda Inf Sl é a responsável por se ligar ao Esc Sp, no intuito de coordenar a aplicação das capacidades civis, em prol dos objetivos militares a ser atingidos, sendo responsável, também, por coordenar a execução dessas atividades na ARP da Bda, bem como controlar todos os atores envolvidos.

**5.6.9** Uma das típicas atividades de CIMIC a ser executada pela Bda Inf Sl é a ação cívico-social (ACISO), que pode ser executada nos níveis mais elementares de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Compreende ações de apoio à população, com a finalidade de atender aos objetivos operacionais e táticos do escalão considerado.

## 5.7 DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR

**5.7.1** A DQBRN é uma atividade da função de combate Proteção e compreende as ações relacionadas ao reconhecimento, à detecção e à identificação de agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, bem como à descontaminação de pessoal e de material expostos a tais agentes.

**5.7.2** As atividades relacionadas à DQBRN compreendem desde ações básicas de proteção, realizadas por todo o efetivo da Bda Inf Sl (uso de equipamentos de proteção individual, por exemplo), até aquelas que exijam o emprego de OM especializadas (identificação de agentes QBRN, por exemplo), que poderão vir a apoiar, eventualmente, ações específicas da Bda.

**5.7.3** As atividades da DQBRN são: o sensoriamento QBRN, a segurança QBRN e a sustentação QBRN. Essas atividades são coordenadas pelo Sistema QBRN.

**5.7.4** O sensoriamento QBRN (detecção de agentes QBRN) consiste na atividade de determinar a presença ou não de agente QBRN em determinado local ou área, para contribuir com o objetivo de evitar a contaminação.

**5.7.5** A segurança QBRN (proteção), uma das formas de evitar a contaminação, deve ser adotada pela Bda Inf Sl no caso da iminência de uso de substâncias QBRN ou da presença confirmada dessas substâncias. Pode ser de ordem individual, coletiva ou tática.

**5.7.6** A sustentação QBRN (descontaminação) compreende todos os trabalhos realizados com a finalidade de tornar inofensivos, dentro do possível, os agentes QBRN que se tenham acumulado sobre pessoal, material, equipamentos, viaturas e até mesmo áreas reduzidas na A Op da Bda Inf Sl.

**5.7.7** O emprego da Bda Inf Sl, em ambientes contaminados por agentes QBRN, implica:
a) a utilização de equipamentos de proteção coletiva para as guarnições das viaturas;
b) a necessidade do apoio de equipes especializadas em DQBRN para os trabalhos de descontaminação;
c) o emprego da tropa desembarcada somente com a utilização de equipamentos especiais de DQBRN, como máscaras contra gases e roupas protetoras;
d) a necessidade de dotação de detectores de agentes QBRN, além de estojos de primeiros socorros individuais mais complexos, com vacinas e antídotos contra agentes biológicos;
e) o maior grau de complexidade na operação do armamento e de equipamentos diversos, na condução de viaturas e na observação do campo de batalha, em função das restrições impostas pelos equipamentos de proteção individual contra agentes QBRN; e
f) a redução do ritmo das operações e a maior dificuldade para execução das ações táticas planejadas.

**5.7.8** O oficial de ligação (O Lig) de DQBRN poderá ser destacado em apoio à Bda Inf Sl, com a finalidade de prestar assessoramento ao Cmt Bda sobre atividades de DQBRN e trabalhar em coordenação com o estado-maior.

**5.7.9** Para maiores detalhes sobre o emprego, o planejamento, as responsabilidades do estado-maior da brigada e do O Lig DQBRN da brigada, bem como sobre modelo de anexo DQBRN à ordem de operações, recomenda-se consultar o manual de campanha *A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações*.

## 5.8 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

**5.8.1** As operações psicológicas (Op Psc) são aplicáveis às operações militares desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, nas situações de guerra e de não guerra, o que inclui ações que precedem a ativação de TO/A Op ou independem dela.

**5.8.2** As Op Psc integradas a outras capacidades relacionadas às operações de informação, por intermédio das operações de informação (Op Info), são realizadas em todos os níveis de planejamento e condução das operações militares, visando a atingir o EFD. Poderão, também, ser usadas como parte de atividades em ambiente interagências, com outros instrumentos do poder nacional, para atingir objetivos estabelecidos.

**5.8.3** As Op Psc podem ser planejadas e conduzidas nos diversos níveis, entretanto é fundamental que haja coerência e harmonia entre esses planejamentos. Por isso, as Op Psc são planejadas centralizadamente, a partir dos níveis mais elevados de decisão.

**5.8.4** Normalmente, a Bda Inf Sl cumprirá as atividades de Op Psc planejadas pelos escalões superiores e poderá, se necessário, receber elementos especializados de Op Psc para atuar em seu proveito ou orientar nos trabalhos a ser desenvolvidos.

**5.8.5** Para mais informações sobre Op Psc, consultar os MC *Operações Psicológicas* e *Operações de Informação*.

## 5.9 DEFESA ANTIAÉREA

**5.9.1** CONSIDERAÇÕES GERAIS

**5.9.1.1** A artilharia antiaérea (AAAe) realiza a Defesa Antiaérea (DAAe) de forças, instalações ou áreas. É desencadeada da superfície contra vetores aeroespaciais inimigos.

**5.9.1.2** Quando atuando em prol da Bda Inf Sl, pode receber duas missões:
a) antiaérea – missão principal; e
b) de superfície – missão eventual.

**5.9.1.3** Em sua missão principal, a AAAe realiza a DAAe de zonas de ação, áreas sensíveis, pontos sensíveis e tropas, estacionadas ou em movimento, contra vetores aeroespaciais hostis, impedindo ou dificultando seu ataque e seu reconhecimento aéreo.

**5.9.1.4** A missão de superfície consiste em atuar contra alvos terrestres ou navais, complementando outros meios de apoio de fogo de tiro tenso.

**5.9.1.5** No TO, cabe ao comandante da força à qual a AAAe está subordinada decidir sobre o tipo de missão – antiaérea ou de superfície.

**5.9.2** DOSAGEM

**5.9.2.1** A dosagem adequada de AAAe para a Bda Inf Sl é de uma bateria antiaérea (Bia AAAe). Em face das necessidades de DAAe, a Bia AAAe normalmente será constituída por 03 (três) seções de artilharia antiaérea (Seç AAAe), podendo esse número variar em função no número de peças de manobra empregadas pela Bda Inf Sl, entre outros fatores.

**5.9.3** A ARTILHARIA ANTIAÉREA NO AMBIENTE OPERACIONAL DE SELVA

**5.9.3.1** No contexto das operações em ambiente operacional de selva, o emprego de AAAe sofre diversas restrições devido à densa cobertura vegetal e ao terreno movimentado, além do alto grau de umidade, temperatura elevada e grandes quantidades de chuva.

**5.9.3.2** Esses fatores influenciam diretamente o emprego dos sensores e do armamento antiaéreo.

**5.9.3.3** Os radares de vigilância e de busca funcionarão com desempenho muito aquém do normal. O sistema de armas também será prejudicado, visto que a dificuldade de alerta antecipado irá refletir em curto tempo de reação. Além disso, a densa vegetação dificulta a pontaria e o engajamento dos alvos.

**5.9.3.4** No ambiente de selva, as pontes e vias pavimentadas, existentes em pequeno número, e os cursos d'água mais importantes para a navegação devem ser considerados quando da escolha das prioridades para DAAe. Entretanto, para a Bda Inf Sl, os meios de comando e controle, apoio de fogo e apoio logístico consumirão grande parte dos recursos de DAAe. Para tanto, poderão ser solicitados ao Esc Sp meios de AAAe suplementares, no intuito de conferir a devida proteção a essas instalações.

**5.9.3.5** Cabe ressaltar que a priorização realizada pelo Cmdo Bda poderá variar de acordo com a manobra, os meios disponíveis e as necessidades de DAAe. Nesse sentido, de acordo com o exame de situação, os elementos de manobra também poderão ser priorizados com o recebimento de meios de AAAe.

**5.9.4** A AUTODEFESA ANTIAÉREA

**5.9.4.1** Os órgãos, as instalações ou unidades que, pelo grau de prioridade que lhes for atribuído, não puderem dispor de DAAe deverão prover sua autodefesa antiaérea. Essa autodefesa será constituída por defesa passiva e defesa ativa.

**5.9.4.2** A autodefesa passiva implica a escolha de posições que proporcionem cobertura e/ou abrigo contra a observação terrestre e aérea. Busca-se o emprego de camuflagem natural e a organização do terreno, bem como a dispersão e o afastamento de pontos nítidos e elevações muito destacadas ou

acidentes que possam ser usados como referência para a navegação aérea. Essas medidas são facilitadas pelo ambiente operacional de selva devido à extensa cobertura vegetal existente.

**5.9.4.3** A autodefesa ativa é realizada contra ataques aéreos diretos a baixa altura, por meio da utilização do armamento orgânico. O lançamento de postos de vigilância (P Vig) é fundamental, bem como o desdobramento de metralhadoras .50.

## 5.10 COMUNICAÇÃO SOCIAL

**5.10.1** A comunicação social (Com Soc) é o processo pelo qual se exprimem ideias, sentimentos e informações, visando ao estabelecimento de relações e à soma de experiências. Compreende as atividades de relações públicas, assessoria de imprensa e divulgação institucional.

**5.10.2** No nível tático, normalmente as unidades da Bda Inf Sl desenvolverão essas três atividades de Com Soc e também atuarão, de forma integrada e coordenada, com as demais capacidades relacionadas às operações de informação, contribuindo para o esforço das Op Info no contexto da campanha.

**5.10.3** No escopo das atividades de relações públicas, a condução de ACISO facilitará a interação com a população local, proporcionando alcance aos diversos públicos de interesse.

**5.10.4** Nesse contexto, elementos da Bda Inf Sl podem prover segurança aos elementos especializados de Com Soc, mediante o emprego de seus meios orgânicos, enquanto atuam na área de operações.

**5.10.5** A Bda Inf Sl, eventualmente, pode ser apoiada por um destacamento de comunicação social, de constituição variável e com estrutura temporariamente ativada, com meios mobilizados do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), responsável por executar as atividades de comunicação social.

| DESTACAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | |
|---|---|
| COORDENADOR/PLANEJADOR | 1 Oficial superior |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | 2 Oficiais |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | 1 S Ten/Sgt |
| RELAÇÕES PÚBLICAS | 1 Oficial |
| JORNALISTA | 1 Oficial |
| OPERADOR DE INTERNET | 1 S Ten/Sgt |
| CINEGRAFISTA/EDITOR DE VÍDEO | 1 S Ten/Sgt |
| FOTÓGRAFO/EDITOR DE IMAGENS | 1 S Ten/Sgt |

Fig 5-9 – Exemplo de estrutura do destacamento de comunicação social

**5.10.6** Cabe salientar que a dispersão das tropas e a descentralização das ações, em virtude das grandes distâncias, associadas à precariedade da rede viária, bem como às dificuldades no estabelecimento das comunicações, concorrem para reduzir a eficiência das ações de comunicação social, exigindo maior esforço para a difusão das campanhas planejadas em ambiente de selva.

**5.10.7** No que tange à atividade de assessoria de imprensa, especial atenção deve ser dispensada às temáticas específicas da região amazônica, particularmente às questões ambiental e indígena, a fim de contrapor narrativas desfavoráveis à missão das tropas envolvidas nas operações, favorecendo a consecução de seus objetivos operacionais e informacionais.

**5.10.8** Demais detalhes acerca da comunicação social constam no manual de fundamentos *Comunicação Social*, no manual de campanha *A Comunicação Social nas Operações* e no caderno de instrução *Ação Cívico-Social*.

# CAPÍTULO VI

# COMANDO E CONTROLE

## 6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**6.1.1** Como uma das funções de combate, o comando e controle (C²) é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem aos comandantes o exercício da autoridade e a direção das ações. A função mescla a arte do comando com a ciência do controle. Todas as demais funções de combate são integradas por meio de atividades da função de combate C².

**6.1.2** No contexto da Bda Inf Sl, o comando e controle permite ao seu comandante visualizar o campo de batalha, adquirir consciência situacional e dirigir as ações necessárias ao êxito das operações. A comunicação é o elemento vital para o exercício do comando em combate. Nesse sentido, o comando e controle compreende não só a atuação dos comandantes e de seus EM, mas também o sistema que lhe dá suporte.

**6.1.3** A Bda Inf Sl normalmente combate em situações em que as frentes e profundidades são difusas e extensas e as ações do inimigo podem ser incertas. Em consequência, o comando é, normalmente, exercido de forma descentralizada, com iniciativa responsável e disciplinada dos comandos subordinados, dentro da intenção do comandante. Assim, são preferíveis as ordens que enfatizam aos subordinados os resultados a serem alcançados, mas não especificamente como eles devem ser alcançados. Nesse ambiente, é fundamental que os subordinados tenham perfeito entendimento das tarefas críticas do combate e da intenção do comandante.

**6.1.4** O comandante da Bda Inf Sl deve usar o comando e controle para regular forças e ações no campo de batalha, a fim de que a sua decisão seja cumprida fielmente. Esse sistema deve controlar um escalão abaixo, gerenciar as forças até dois escalões abaixo do seu e ser compatível com o dinamismo das operações em ambiente de selva, possibilitando ao comandante tomar decisões oportunas.

**6.1.5** Ainda vale salientar que os elementos de combate, de apoio ao combate e logísticos devem interagir, integrando funções de combate que permitam ao comandante da Bda Inf Sl coordenar o emprego oportuno e sincronizado de seus meios no tempo e no espaço, direcionando-os de acordo com a finalidade das operações.

## 6.2 COMANDO E CONTROLE

**6.2.1** Conceitualmente, o comando integra o conjunto de atividades com as quais o comandante exerce a autoridade que lhe foi conferida e mediante as quais impõe sua vontade e intenção em forma de ordens.

**6.2.2** Já o controle integra o conjunto de atividades mediante as quais o comandante conduz as operações, dirigindo e coordenando forças e meios destinados ao cumprimento da missão.

**6.2.3** O exercício do comando refere-se, principalmente, aos processos de planejamento e decisão. Por outro lado, o controle refere-se, fundamentalmente, à condução de operações e implica que o comandante e seu EM transmitam ao escalão imediatamente subordinado as ordens e comprovem sua execução junto aos escalões mais baixos.

**6.2.4** A importância da função de combate comando e controle se deve ao fato de que a superioridade de C² proporciona vantagens vitais para o desenvolvimento das operações, sobretudo em ambiente de selva, onde o terreno, via de regra, dificulta significativamente as interações físicas, no âmbito das grandes frações, bem como a propagação de ondas eletromagnéticas que exijam visada direta entre meios de transmissão e recepção. Para isso, é indispensável que, desde os tempos de paz relativa, estabeleçam-se as condições necessárias ao enlace.

**6.2.5** Na Bda Inf Sl, o comandante é responsável pelo enlace em seu mais amplo sentido e, por meio da sua ação pessoal, cria as condições essenciais para o cumprimento da missão. Cada comandante dos escalões subordinados deve comandar e controlar apoiando-se, fundamentalmente, nos sistemas de comunicações e de informação.

## 6.3 POSTOS DE COMANDO

### 6.3.1 GENERALIDADES

**6.3.1.1** Posto de comando (PC) é a denominação genérica empregada pelas organizações operacionais, nos diversos escalões, para o exercício do comando nas operações militares. Normalmente, os PC são desdobrados no interior de um TO ou de uma A Op.

**6.3.1.2** Constitui-se na organização, construção, operação e mudança das instalações principais utilizadas pelo comandante para exercer o C² das operações táticas.

**6.3.1.3** Os postos de comando compreendem as instalações e os meios necessários para que o comandante e seus órgãos auxiliares possam exercer suas atividades.

**6.3.1.4** Na estruturação do sistema de C², o PC é a instalação que reúne pessoal e material destinados às atividades de planejamento e condução das operações táticas. Necessita contar com todos os recursos necessários a essa função, possibilitando ao comandante a mais correta condução das operações.

**6.3.1.5** O PC deverá contar com as instalações e pessoal necessários para que o comandante possa exercer o comando efetivamente, proporcionando o devido controle das operações. A sua constituição poderá ser variável, dependendo da natureza da operação e do livre arbítrio do comandante.

**6.3.1.6** Sempre que possível, a organização dos PC deverá ser sistêmica, contendo órgãos voltados para as operações correntes e futuras, contando com elementos de operações, de apoio ao combate, de apoio logístico e de apoio ao comando.

**6.3.1.7** As operações na selva, de uma maneira geral, caracterizam-se por serem altamente descentralizadas, o que dificulta o exercício do comando e controle por parte do comando da Bda Inf Sl, quando empregado. Por esse motivo, é comum que o PC da brigada seja estruturado em regiões mais humanizadas, o que proporcionará maiores facilidades para as instalações e efetividade no exercício dessa função de combate.

**6.3.1.8** Devido às características do ambiente operacional de selva, não raro, o PC do Cmdo da Bda inf Sl é estruturado sobre plataformas móveis que permitam o acompanhamento das operações e pronta ação de comando sobre as frações empregadas. Assim, nas áreas ribeirinhas, deve-se considerar a estruturação do PC em embarcação ou embarcações dotadas de características físicas e técnicas que permitam a instalação das estruturas e equipamentos necessários à operação desse posto.



Fig 6-1 – Posto de comando estruturado em embarcação

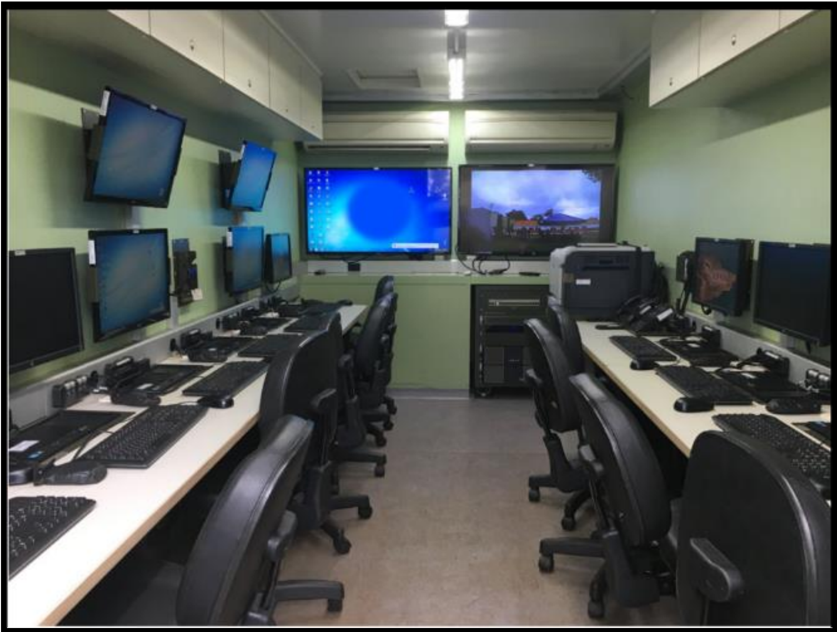


Fig 6-2 – Posto de comando estruturado em viatura

**6.3.1.9** Caso a situação exija, outras plataformas móveis, como viaturas ou aeronaves, podem ser utilizadas para estruturação do posto de comando da Bda Inf Sl, atendendo às demandas de grande mobilidade inerentes ao ambiente operacional de selva, o que vai permitir o exercício do $C^2$ pleno por parte do Cmdo da Bda.

**6.3.2** ESCALONAMENTO DOS POSTOS DE COMANDO

**6.3.2.1** O escalonamento dos postos de comando da Bda Inf Sl ocorre em função dos fatores da decisão e tem o objetivo de estabelecer os sistemas específicos para operações e para atividades logísticas, a fim de diminuir as áreas das instalações, sem prejuízo da dispersão e da rapidez dos deslocamentos.

**6.3.2.2** Os postos de comando da Bda Inf Sl podem ser escalonados em posto de comando principal (PCP) e posto de comando tático (PCT). Independente do escalonamento, sempre deve haver um posto de comando alternativo (PC Altn).

**6.3.2.3** O PCP é o órgão de $C^2$ voltado, particularmente, para o planejamento e para a coordenação das operações táticas correntes e futuras. Presta o apoio de $C^2$, recebendo todas as informações operacionais, incluindo aquelas relacionadas às atividades logísticas.

**6.3.2.4** O PCT é a instalação de $C^2$ de constituição leve e com excepcional mobilidade fluvial, aérea ou terrestre. É dotado de pouco pessoal e material, instalados em embarcações, em veículos apropriados ou em plataforma aérea. A sua missão é conduzir as operações em curso, fornecendo, em interação com o PCP, informações, em tempo real, ao comando da Bda. Além disso, é o órgão que tem por principal finalidade permitir ao comandante da tropa acompanhar de perto as operações, proporcionando rapidez, agilidade e flexibilidade em toda a zona de ação do seu escalão.

**6.3.2.5** O PC Altn ficará em condições de assumir as funções do PCP da Bda, em situações de emergência ou na eventualidade de sua destruição. O PC Altn normalmente coincide com o PCP ou Z Reu de um elemento subordinado à Bda, que não esteja empregado em 1º escalão.

**6.3.2.6** O grupo de comando é o conjunto de pessoal e de meios que acompanha o comandante da brigada por ocasião de sua saída da área de PC, com a finalidade de supervisionar, pessoalmente, determinada operação. Sua constituição varia em função da missão a desempenhar.

**6.3.3** LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE COMANDO

**6.3.3.1** A localização do PC será determinada de acordo com os fatores de decisão previstos no manual de campanha *Comando e Controle*, preservando a estrutura definida pelo comandante da Bda. Para exercer amplamente o $C^2$, o

comandante vale-se da mobilidade do PC, possibilitando estar presente nos diversos locais da operação. Isso visa a proporcionar rapidez, agilidade e flexibilidade em toda a zona de ação do seu escalão**.**

**6.3.3.2** Para a localização do PC, deve-se considerar, também, a possibilidade de realização dos planos de rodízio de equipes e a manutenção da continuidade do C². Essas atividades visam a garantir a continuidade dos trabalhos de C², diuturnamente, possibilitando o melhor emprego dos recursos humanos e a preservação do contato entre comandante e subordinado na condução das operações.

**6.3.3.3** A Bda Inf Sl pode desdobrar seu PC, de maneira centralizada, ou ainda desdobrar três postos de comando (principal, tático e alternativo).

**6.3.3.4** O PCT deve atender, primordialmente, às necessidades táticas e técnicas que justificam o seu desdobramento. Portanto, não obedece a pré-requisitos específicos. O PCT pode localizar-se em qualquer parte da Z Aç, inclusive justapor-se a um PC de elemento subordinado.

**6.3.3.5** O PC Altn deverá possuir as mesmas características e funções do PCP. Portanto, sua designação deve obedecer aos mesmos princípios observados na escolha do local do PCP. Avulta de importância, no aspecto terreno, que haja fácil acesso do PCP para o PC Altn, a fim de que não haja solução de continuidade em quaisquer trabalhos relacionados ao C².

**6.3.3.6** Nesse contexto, o PC de um Elm subordinado, preferencialmente de valor U, que não esteja empregado em 1º escalão pode ser designado como PC Altn sendo, nesse caso, reforçado em pessoal e material pela Cia C e Cia Com Sl. Não raro, o PC do GAC Sl é o PC Altn do PCP da brigada.

**6.3.3.7** Por fim, ressalta-se que, além do descrito acima, deverão ser considerados todos os fatores descritos no manual de campanha *As Comunicações na Força Terrestre*, para a localização dos PC de uma Bda Inf Sl.

## 6.4 RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

**6.4.1** O COMANDANTE DA BRIGADA

**6.4.1.1** O comandante da brigada (Cmt Bda) é o responsável pelo C² da GU durante o preparo e o emprego. Assessorado pelo seu EM, planeja, organiza, coordena e controla as atividades da brigada, além de estabelecer as diretrizes para a estruturação do sistema de comunicações, medidas de proteção eletrônica (MPE) e proteção cibernética da GU.

**6.4.1.2** Em princípio, o Cmt Bda Inf Sl poderá comandar até cinco elementos de combate, valor U, mais os elementos de apoio ao combate e apoio logístico, o que depende da ampliação da estrutura de C² da Bda.

**6.4.2** O ESTADO-MAIOR DA BRIGADA

**6.4.2.1 Generalidades**

**6.4.2.1.1** O estado-maior (EM) da brigada assessora o seu comandante no planejamento, na organização, no emprego dos comandos subordinados, na coordenação e no controle das atividades da GU. Ele é composto pelo seu chefe e pelo estado-maior geral (EMG).

**6.4.2.1.2** O chefe do estado-maior (ChEM) da Bda integra os esforços de todo o EM. Isso inclui distribuir responsabilidades entre as seções do EM, para a realização de análise e assessoramento à tomada de decisões, quando essas responsabilidades não tiverem sido definidas nas NGA da GU.

**6.4.2.1.3** O EMG deve ter a capacidade de realizar um trabalho permanente no controle do campo de batalha e apoiar a liderança que o comandante deve exercer, com base em grande volume de informações e planejamento proativo, a fim de antecipar-se às ações do adversário, considerando os fatores da decisão e a busca pelos momentos culminantes da manobra.

**6.4.2.1.4** Durante a execução das operações, o EM coordena os elementos operacionais, empregando a autoridade que lhe é delegada, com vistas a manter a operação progredindo adequadamente. A avaliação contínua permite que o comandante e o EM da Bda determinem a validade da linha de ação e da importância das variantes das operações, como previsto no plano inicial. O EM faz suas propostas ao comandante sobre as medidas a tomar em relação a essas variantes identificadas no plano.

**6.4.2.1.5** As seções do EM têm por objetivo promover a integração das atividades e das tarefas associadas a cada uma das seis funções de combate. Normalmente, a integração é informal, ocorrendo dentro dessas seções e entre elas. Quando o EM precisa de uma integração mais estruturada (formal), estabelece reuniões (ou grupos de trabalho) para compartilhar informações, coordenar ações e resolver problemas relacionados a determinada função de combate. Quando for o caso, o ChEM indica os integrantes do EM que devem participar dos grupos de trabalho estabelecidos pelo escalão superior.

**6.4.2.1.6** As atuais condições do combate moderno, marcadas pelo emprego de tropas de alta mobilidade, com massivo poder de fogo, somadas às ações simultâneas desenvolvidas em toda a profundidade do campo de batalha, imprimem uma dinâmica ainda maior do que a conhecida até então. Dessa

forma, o EM necessita atuar rapidamente, mesmo com informações insuficientes.

**6.4.2.1.7** São capacidades desejáveis do EM de uma Bda Inf Sl e de seus integrantes, entre outras:
a) atuar de forma centralizada ou descentralizada;
b) planejar contínua e permanentemente;
c) possuir rápida recuperação física e mental de seus integrantes;
d) atuar segundo procedimentos padronizados, de forma a facilitar e dar rapidez ao trabalho;
e) racionalizar o ciclo de informação, análise, tomada de decisão e ação;
f) interagir fisicamente ou de forma virtual com o Cmt GU e os Cmt subordinados;
g) desenvolver e manter a interoperabilidade, a fim de facilitar o relacionamento com as outras forças armadas, agências civis e instituições, na busca da otimização do emprego de recursos humanos e materiais, durante a execução de uma missão, adestramento ou instrução;
h) trabalhar constantemente com base em ordens de operações/fragmentárias e missões pela finalidade;
i) analisar e trabalhar, simultaneamente, um grande número de informes e informações em tempo real;
j) ter mobilidade semelhante à dos elementos de combate da brigada; e
k) operar, adequadamente, equipamentos de tecnologia da informação e de comunicações e sistemas de comando e controle e de informação relacionados ao processo de tomada de decisão e de acompanhamento da situação tática.

**6.4.2.1.8** O EM deve, ainda, apoiar e assessorar o comandante e os comandantes subordinados da brigada, participar da tomada de decisões e de sua implementação, durante a condução das operações, por intermédio da execução das seguintes tarefas básicas:
a) conduzir o processo de operações – planejar, preparar, executar e avaliar as operações;
b) conduzir a gestão do conhecimento e o gerenciamento de informações; e
c) sincronizar os recursos relacionados à informação.

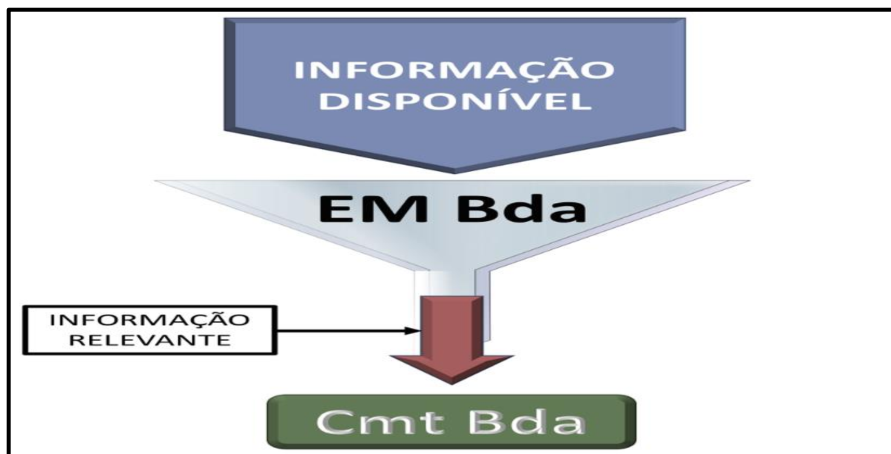



Fig 6-3 – Tarefa de condução e gestão do conhecimento e das informações

**6.4.2.1.9** Caso a Bda Inf Sl constitua o Cmdo de uma força terrestre componente (FTC), seu EM deve ser organizado para constituir as células necessárias ao conveniente exercício do comando e controle das operações.

**6.4.2.2** O ESTADO-MAIOR GERAL (EMG)

**6.4.2.2.1** O EMG assessora o comandante coordenando planos, funções de combate, atividades e operações dos elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, visando a assegurar o emprego eficiente da brigada como um todo.

**6.4.2.2.2** É organizado em seções que geralmente correspondem aos campos de atividades diretamente relacionados às funções de combate. As seções são compostas pelos chefes de seções, que são chamados oficiais do EMG, pelos seus oficiais adjuntos e demais auxiliares.

**6.4.2.2.3** Para o cumprimento das demandas apresentadas acima, o EMG da Bda Inf Sl, normalmente, tem a seguinte constituição:
a) 1ª Seção – Pessoal;
b) 2ª Seção – Inteligência;
c) 3ª Seção – Operações,
d) 4ª Seção – Logística; e
e) 5ª Seção – Seção de Cooperação Civil-Militar.

**6.4.2.3** APOIO AO COMANDO E AO ESTADO-MAIOR

**6.4.2.3.1** O comando da Bda Inf Sl pode contar, ainda, com 01 (uma) ajudância-geral, 01 (uma) seção ou base administrativa, 01 (uma) assessoria de apoio para assuntos jurídicos e 01 (uma) seção de tecnologia da informação.

**6.4.2.3.2** Essas seções apoiam administrativamente o comando e o EM da brigada, dando o suporte em suas especialidades, para a execução do C² e o funcionamento das demais seções.

**6.4.2.4** ASSESSORES ESPECIAIS DO COMANDANTE DA BRIGADA E DO ESTADO-MAIOR GERAL

**6.4.2.4.1** Os comandantes de todas as unidades e subunidades de apoio ao combate e de apoio logístico da brigada e os comandantes das subunidades do batalhão logístico são os responsáveis por prestar o assessoramento especial ao Cmt da brigada e ao estado-maior geral nas diversas funções de combate.

**6.4.2.4.2** São considerados assessores especiais, também, os comandantes das U e SU de apoio ao combate e logística colocadas em apoio, reforço ou integração à brigada, em suas áreas de atuação, pelo tempo em que durar essa situação.

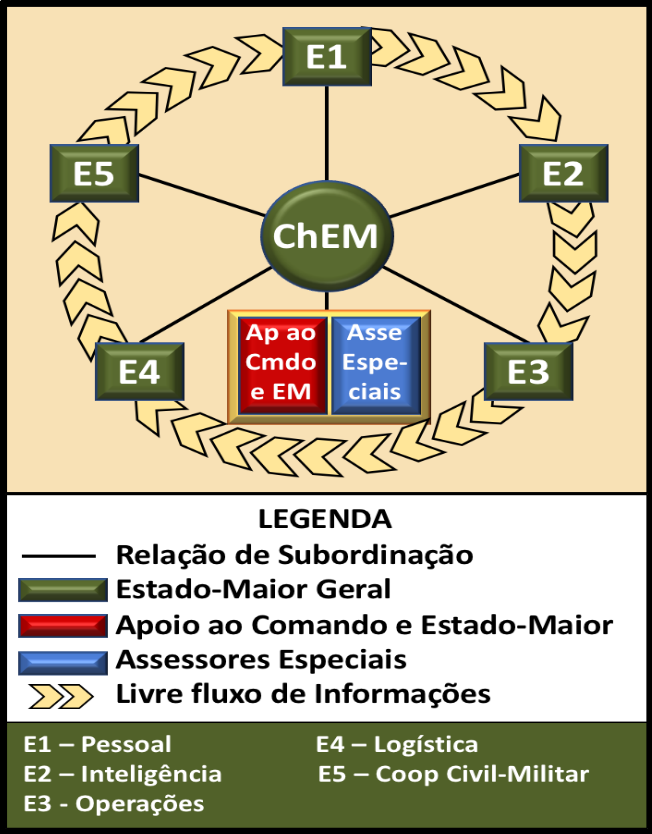


Fig 6-4 – Estado-Maior da Bda Inf Sl

## 6.5 PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES

**6.5.1** O Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT) constitui o meio segundo o qual os comandantes, em todos os níveis, desenvolvem uma das principais atividades da função de combate C²: o exercício da autoridade, visando ao cumprimento da missão.

**6.5.2** As tarefas relativas a essa atividade são o planejamento das operações, a preparação e execução das operações táticas e a avaliação das mudanças na situação e da eficiência das operações táticas.

**6.5.3** As atividades da condução do processo de planejamento podem ser sequenciais ou simultâneas. Elas geralmente são contínuas, sobrepondo-se e repetindo-se conforme as circunstâncias. Os comandantes usam esse processo para decidir quando e onde tomar decisões, para controlar as operações e exercer a presença de comando.

**6.5.4** O PPCOT orienta o desenvolvimento dos planejamentos conceituais e detalhados, para que o Cmt possa entender, visualizar e descrever o ambiente operacional. Proporciona, também, ao Cmt, além de decisão adequada, direção, liderança e avaliação, de forma contínua, das operações militares.

**6.5.5** Na tarefa de planejamento das operações, o comandante aplicará o método de exame de situação. Para tal, valer-se-á do trabalho do EM para propor as linhas de ação para o cumprimento da missão, cabendo-lhe a comparação entre elas e a seleção da mais vantajosa para atingir o objetivo. Nesse processo, valer-se-á da integração dos requisitos da operação e das capacidades disponíveis, bem como de todas as informações úteis para a tomada da decisão.

**6.5.6** A tarefa da preparação de ações táticas será composta pelas coordenações necessárias à sua execução, por intermédio de ensaios, revisão de planos e reorganização de recursos (humanos e materiais), se for necessário.

**6.5.7** Para a tarefa de execução das operações táticas, o comandante utilizará, expressamente, o seu comando com o apoio do EM. É vital que haja uma coerência em toda a operação, para que se obtenha o êxito desejado, com a sincronia das ações, o ajuste dos meios, a intervenção na operação, acercando-se de tudo do que dispuser, proporcionando o máximo da aplicação do poder militar terrestre.

**6.5.8** Ainda na condução do processo de planejamento, a avaliação das mudanças na situação e a eficiência das operações táticas constituem-se a última tarefa. A sua importância reside justamente no constante acompanhamento da operação, medindo a sua efetividade, por meio dos indicadores de eficácia. Tal medida é essencial para que se tenha um retrato correto da situação e a possível mudança de conduta na operação.

**6.5.9** Para mais detalhes desse processo e de sua aplicação ao planejamento e à condução das operações da Bda Inf Sl, deve ser consultado o manual de campanha *Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres*.

## 6.6 LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES

**6.6.1** LIGAÇÕES

**6.6.1.1** As ligações necessárias são constituídas pelos contatos diretos ou indiretos que devem ser estabelecidos entre um determinado escalão e outros envolvidos em uma operação militar, indispensáveis para o exercício do C².

**6.6.1.2** As ligações da Bda Inf Sl são determinadas pelo seu comandante e condicionadas pelo ambiente operacional, tipo de operação, pelo momento, pelo escalão considerado e pelos elementos envolvidos na mesma missão.

**6.6.1.3** As ligações necessárias permitem o exercício do C² no âmbito da Bda Inf Sl, a integração ao sistema de C² do escalão superior e a conexão com elementos subordinados, vizinhos, apoiados, em apoio, em reforço/integração, outras forças singulares, outras agências e sistemas de telecomunicações civis.

**6.6.1.4** A responsabilidade pelas ligações necessárias obedece aos seguintes princípios:
a) o escalão superior tem a responsabilidade pela ligação com seus escalões diretamente subordinados, incluindo-se os recebidos em reforço ou em integração;
b) o elemento que apoia é responsável pela ligação com o apoiado;
c) nas operações de substituição, a tropa substituída fornece o apoio;
d) entre elementos vizinhos, caso não haja instruções específicas, a responsabilidade é do elemento da esquerda, considerando-se o observador posicionado com a sua frente voltada para o inimigo; e
e) o responsável pelas ligações necessárias deverá estabelecê-las e fornecer, quando necessário, equipamentos de comunicações aos outros elementos envolvidos.

**6.6.1.5** Nas operações militares da Bda Inf Sl, a efetivação das ligações necessárias é obtida pelo emprego dos meios de ligação estabelecidos pela Cia Com Sl.

**6.6.2** COMUNICAÇÕES

**6.6.2.1** O comandante da Cia Com Sl é o oficial de comunicações e eletrônica da Bda Inf Sl. Este é responsável por assessorar o comandante e o EM acerca dos aspectos relativos às comunicações, medidas de proteção eletrônica e de proteção cibernética. Além disso, planeja, coordena e supervisiona as atividades

de comunicações dos elementos da brigada. A Cia Com Sl tem como missão instalar, explorar, manter e proteger os sistemas de comunicações e de tecnologia da informação da Bda Inf Sl.

**6.6.2.2** No EM da brigada, o oficial de comunicações e eletrônica é o responsável por:
a) assessorar o Cmt e o EM com relação ao apoio de comunicações e localização dos PC e instalações de comunicações;
b) estabelecer as normas, gerenciar a instalação, supervisionar o funcionamento e a exploração do sistema de comunicações e do sistema de Comando e Controle de seu escalão;
c) determinar as necessidades em meios (pessoal e material) para concretizar o apoio de comunicações;
d) assessorar o oficial de operações quanto ao programa de instrução referente às comunicações, quer no planejamento, quer supervisionando a sua execução;
e) realizar a administração de frequências (coordenação da distribuição, designação, utilização, registro e solução de problemas de interferência) para o material de Com e não Com da Bda ou em apoio à Bda;
f) assessorar o Cmt e o EM acerca dos assuntos referentes à manutenção e ao suprimento do material de interesse do apoio de comunicações, coordenando a execução dessas atividades;
g) planejar e supervisionar o emprego do Sistema de Comunicações e Tecnologia da Informação da Bda; e
h) planejar e supervisionar a implementação das medidas de segurança das comunicações, proteção eletrônica e de proteção cibernética na Bda.

**6.6.2.3** A Cia Com Sl estabelece o Sistema Tático de Comunicações (SISTAC) da Bda Inf Sl, o qual deve ser integrado e ser interoperável com os sistemas do escalão superior e elementos subordinados.

**6.6.2.4** O SISTAC da Bda Inf Sl inclui os recursos empregados para o estabelecimento e a manutenção das ligações com suas organizações militares diretamente subordinadas e aquelas recebidas em reforço/controle operacional, bem como com o comando enquadrante, enquanto permanecerem ativas as necessidades operacionais de emprego da Bda.

**6.6.2.5** O SISTAC da Bda Inf Sl pode contar com:
a) centros de comunicações de comando, instalados no PCP e no PC Altn da Bda Inf Sl;
b) PCT, capaz de realizar enlace por meio rádio, físico, micro-ondas e satelital com os centros de comunicações (C Com) instalados no PCP e no PC Altn da Bda Inf Sl;
c) sistema de enlace satelital militar e/ou civil com a capacidade de fornecer dados, fonia e georreferenciamento;
d) sistema de enlace por micro-ondas em visada direta, para ligação do PC Bda Inf Sl com os PC dos elementos subordinados;

e) sistema de enlace por rádio, composto por redes rádio externas e internas, que podem variar em função da situação tática;
f) meios físicos (cabos de fibra ótica e de rede) lançados nas áreas de PC para interligação dos meios de tecnologias de informação e comunicações (TIC) com os demais sistemas de enlaces, a fim de prover a integração das informações nas ferramentas de apoio à decisão;
g) sistema de enlace por mensageiro, responsável pela entrega de mensagens, documentos e pacotes de um C Com a outro;
h) meios acústicos, considerados como meios de comunicações suplementares; e
i) meios visuais, destinados à sinalização de curta distância, conforme código preestabelecido nas Instruções para a Exploração das Comunicações e Eletrônica (IE Com Elt).

**6.6.2.6** Nesse contexto, ainda é importante considerar que a dificuldade eventual de estabelecimento de enlaces rádio, imposta pelas características do terreno acidentado e da vegetação de grande porte, encontrados no ambiente operacional de selva, acaba por conduzir o planejamento de C² à priorização do emprego de outros meios, como o satelital e o sistema de enlace por mensageiros, o que tende a conferir maior confiabilidade, continuidade e flexibilidade ao SISTAC da Bda Inf Sl.

**6.6.2.7** A escolha dos meios de comunicações a ser empregados para o estabelecimento do SISTAC da Bda Inf Sl deverá considerar a situação tática, o tipo de operação, o relevo, a vegetação, a segurança e os aspectos técnicos dos equipamentos e suas limitações, de forma a garantir o exercício do C² pelo Cmt Bda Inf Sl.

# CAPÍTULO VII

# LOGÍSTICA

## 7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

**7.1.1** A função de combate Logística desempenha papel fundamental no sucesso das operações da Bda Inf Sl. Deve estar delineada para prestar o apoio logístico no ambiente de selva, em situações de guerra e de não guerra, dispondo de uma estrutura compatível, capaz de evoluir rapidamente e com o mínimo de adaptações, da situação de paz relativa para a de guerra/conflito armado.

**7.1.2** Apesar de a Bda Inf Sl ser vocacionada para operar no ambiente operacional amazônico, é importante salientar que a região amazônica não é totalmente coberta pela floresta, existindo tipos de sub-regiões dentro dessa grande área, tais como selva, campos gerais (savanas, lavrado *etc.*), além de montanhas.

**7.1.3** A organização da logística da Bda Inf Sl deverá estar baseada em detalhada análise de situação e nas estimativas logísticas, atendendo aos princípios da flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade e interoperabilidade (FAMESI).

**7.1.4** O fluxo logístico deve ser conduzido ao longo dos eixos, sejam eles terrestres ou fluviais, em razão das restrições de mobilidade impostas pela falta de infraestrutura.

**7.1.5** As funções logísticas, fundamentalmente, não sofrem alterações substanciais nos seus princípios de emprego, tendo somente de ser adaptadas para se ajustarem ao meio ao qual está submetida a Bda Inf Sl.

**7.1.6** O apoio logístico, no ambiente de selva, apresenta as seguintes condicionantes:
a) necessidades de adoção de métodos, processos e técnicas especiais;
b) dificuldade de manter a sistemática rotineira do fluxo logístico, resultante do isolamento das áreas de combate e da falta de infraestrutura;
c) inclusão das bases de combate, nível U e SU, na cadeia de apoio logístico;
d) planejamento centralizado e execução descentralizada e flexível, decorrente da dificuldade de os meios de transporte realizarem o apoio logístico (obstáculos para transportar grandes efetivos e materiais) e das grandes distâncias; e
e) utilização de diversificados eixos de transporte na mesma operação, como o aéreo, terrestre e fluvial. É também plausível o uso de mais de um meio de transporte para a realização de um apoio.

**7.1.7** As instalações logísticas podem ser desdobradas em embarcações nos locais onde houver carência de estradas e de áreas para o desdobramento da base logística de brigada (BLB).

**7.1.8** Poderá ser executado o apoio logístico às OM não pertencentes à Bda Inf Sl local. Nesse caso, organização militar logística, orgânica dessa brigada, prestará o suporte logístico, desde que a OM estacionada ou em trânsito esteja em sua área de responsabilidade (apoio por área).

## 7.2 ESTRUTURA DE APOIO LOGÍSTICO

**7.2.1** O batalhão logístico de selva (B Log Sl) é o elemento básico responsável pela execução das tarefas logísticas em benefício da Bda Inf Sl. Essa OM apresenta organização modular e adaptada ao ambiente operacional de emprego da GU, devendo estar apta a constituir os módulos logísticos a ser desdobrados, conforme a situação tática exija.

**7.2.2** De forma geral, o batalhão logístico de selva é constituído pelas seguintes subunidades:
a) companhia de comando e apoio (CCAp) – responsável pela logística interna e pela segurança das instalações logísticas e dos comboios logísticos;
b) companhia de suprimento (Cia Sup) – executa as atividades e tarefas da função logística Suprimento;
c) companhia de transporte – realiza as atividades e tarefas da função logística Transporte. Poderá ser acrescida de um pelotão/seção de transporte fluvial, dependendo das características do terreno em sua área de atuação;
d) companhia de manutenção (Cia Mnt) – exerce as atividades e tarefas da função logística Manutenção e da função logística Salvamento (relativas à evacuação do material salvado ou capturado); e
e) companhia de saúde (Cia Sau) – executa as atividades e tarefas da função logística Saúde.

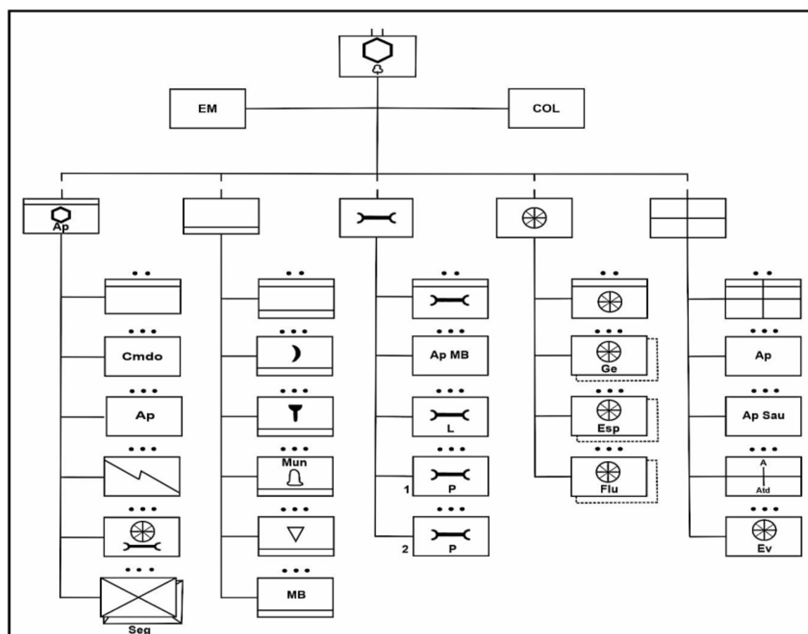



Fig 7-1 – Organização do B Log Sl

**7.2.3** O B Log Sl não possui estrutura fixa ou fração para executar as atividades e as tarefas da função logística Recursos Humanos em apoio às OM da Bda Inf Sl. A GU recebe do escalão apoiador, normalmente em controle operacional, frações do batalhão de recursos humanos (BRH) para a execução das tarefas dessa função logística.

**7.2.4** Para prestar o apoio logístico à Bda Inf Sl, o B Log Sl desdobra os seus meios orgânicos em uma área denominada base logística de brigada (BLB). Nessa área, são reunidos todos os recursos logísticos necessários ao apoio à GU. Sua organização deve ser modular, já que tem como objetivo atender a todas as necessidades logísticas dos elementos apoiados, de acordo com a missão dessas tropas.

**7.2.5** O destacamento logístico (Dst Log) é uma estrutura flexível, modular e adaptada para atender às necessidades logísticas do elemento apoiado, sendo esse módulo constituído a partir dos meios do B Log Sl. As grandes distâncias, a dificuldade de realização dos transportes, a influência do terreno, bem como a dissociação, são fatores que devem ser levados em consideração no exame de situação para o desdobramento de um ou mais Dst Log.

**7.2.6** A BLB também pode ser reforçada pelo escalão logístico apoiador. Nessa situação, receberá um ou mais Dst Log para determinada fase e/ou manobra, a fim de proporcionar apoio logístico cerrado e contínuo aos elementos de 1º escalão de forma mais eficiente.

**7.2.7** Os destacamentos logísticos podem ser desdobrados nas bases de combate de valor unidade, a fim de se beneficiarem da segurança e propiciarem o apoio cerrado. A BLB desdobra-se em local que permita atender ao esforço principal.

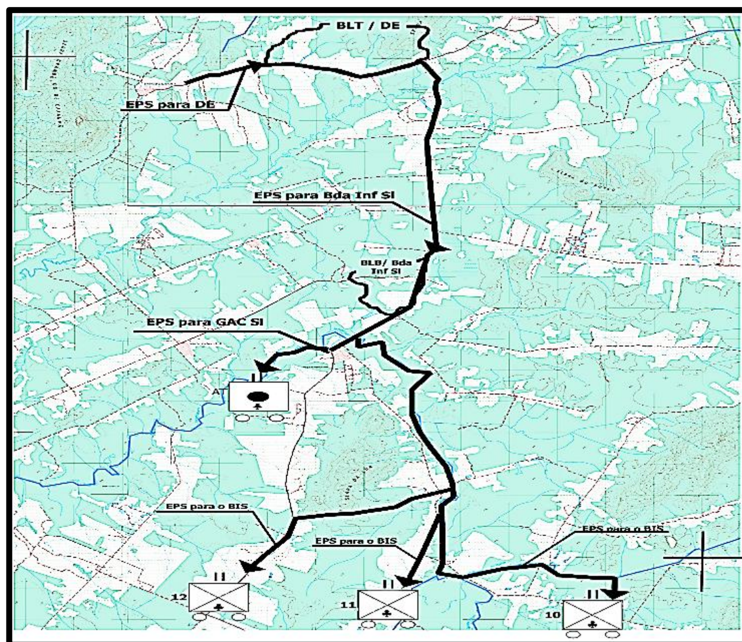



Fig 7-2 – Modelo de calco de apoio logístico para a Bda Inf Sl

## 7.3 PECULIARIDADES DO APOIO LOGÍSTICO NA BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

**7.3.1** No planejamento logístico da Bda Inf Sl, devem ser considerados aspectos, tais como: as grandes distâncias de deslocamento, o regime dos rios, a escassez de recursos locais, as condições meteorológicas, a escassez de estradas e as condições precárias das estradas existentes.

**7.3.2** Também durante o planejamento, é importante levar em consideração o volume e o peso das cargas a serem transportadas. Esse fator é bastante relevante, tendo em vista a possibilidade do uso do modal aéreo, principalmente com relação aos suprimentos da Cl III (combustível) e da Cl V (munição), que devem estar acondicionados em reservatórios próprios para ser transportados em aeronaves, de acordo com a necessidade da operação (ou de acordo com o planejamento logístico).

**7.3.3** A descentralização seletiva dos meios de apoio e a utilização de processos especiais de distribuição de suprimento constituem-se em alternativa para proporcionar o apoio cerrado e contínuo às unidades da Bda. Ao mesmo tempo, essas ações possibilitam a redução da necessidade de realizar a mudança da BLB.

**7.3.4** A utilização de um destacamento logístico ocorre de acordo com a análise logística e com os fatores da decisão. Embora mantenha vínculos de subordinação com o respectivo B Log Sl, o Dst Log pode ser apoiado diretamente pelo grupamento logístico (Gpt Log).

**7.3.5** O B Log Sl transporta e distribui o suprimento nas instalações logísticas das áreas de trens de estacionamento ou bases de combate de valor unidade. Excepcionalmente, caso os meios e a segurança permitam, pode realizar o suprimento nas bases valor subunidade e até pelotão, dada a natureza descentralizada das ações.

**7.3.6** Quando a brigada está em zona de reunião, as atividades logísticas são executadas com a maior intensidade possível, de acordo com o tempo disponível e em função da situação tática. É a oportunidade mais favorável para o apoio, uma vez que as unidades estão próximas e ultimando seus preparativos para o cumprimento da missão. Nessa situação, os elementos de apoio logístico empenham-se em colocar o material com maior índice possível de disponibilidade e em executar, ao máximo, as atividades e os serviços de campanha.

**7.3.7** FUNÇÃO LOGÍSTICA SUPRIMENTO

**7.3.7.1** O processo a ser empregado na distribuição do suprimento decorre, particularmente, da avaliação de fatores relacionados ao risco logístico admitido, ao nível de serviço necessário, à natureza, profundidade e duração provável da operação, à disponibilidade de meios e às condições das vias de transporte, além do atendimento de restrições operacionais e/ou técnicas.

**7.3.7.2** Na Bda Inf Sl, é utilizado, em princípio, o processo de distribuição de suprimento na U, de modo a não onerar a OM apoiada com encargos logísticos de transporte até posições à retaguarda de sua zona de ação.

**7.3.7.3** Os processos especiais de distribuição de suprimento são largamente utilizados em operações no ambiente de selva, quando se deve ter especial atenção à possibilidade de interrupção do fluxo de suprimentos. Tais processos podem ocorrer por meio de comboio especial de suprimento, posto de suprimento móvel, reserva móvel e, principalmente, suprimento aéreo.

**7.3.7.4** Em situações eventuais, de acordo com as características da operação e/ou do terreno, a Bda Inf Sl pode receber apoio do Esc Sp para executar as atividades de suprimento. Tal suporte será realizado por meio do desdobramento de destacamentos logísticos oriundos do escalão apoiador logístico.

**7.3.7.5** As dotações orgânicas de todas as classes de suprimento devem estar completas no início de cada operação e, caso sejam consumidas, ainda que parcialmente, torna-se imperioso o seu recompletamento no menor prazo possível, para a garantia das condições necessárias ao prosseguimento da GU em combate.

**7.3.7.6** A elevada temperatura, a intensa umidade e a forte pluviosidade, que são características da região de selva, indicam a necessidade da adoção de métodos, processos e técnicas especiais no trato dos suprimentos, para evitar a sua deterioração. Nesse caso, deve ser dispensada especial atenção às classes I, V e VII, já que alguns itens dessas classes são mais sensíveis às condições climáticas.

**7.3.7.7** Há um grande consumo de suprimento classe III, principalmente no que se refere a combustíveis, devido aos grandes deslocamentos, como manobras com grande profundidade (marcha para o combate, retraimento, entre outras). O transporte desses suprimentos pode ser realizado em balsas, e a distribuição, em reservatórios próprios para o transporte de combustível em pequenas quantidades.

**7.3.7.8** O reabastecimento das viaturas e das embarcações pode ser realizado durante os altos, em final de jornada ou na região de destino. Normalmente, o suprimento para atender a outros consumos é realizado em final de jornada.

**7.3.7.9** Há um elevado consumo de peças e conjuntos de reparação das classes VI (motor de popa e embarcações) e IX (motomecanização). Com isso, deve ser dada prioridade aos conjuntos completos de reparação, tendo em vista a redução do tempo gasto na manutenção.



Fig 7-3 – Suprimento Cl III (combustível) transportado por meio de balsa

**7.3.8** FUNÇÃO LOGÍSTICA TRANSPORTE

**7.3.8.1** Dependendo da área de operações onde a Bda Inf Sl está sendo empregada, pode existir significativo incremento da utilização do modal aquático, em complemento e, por vezes, em substituição ao modal terrestre. Cabe ressaltar que existem algumas localidades onde o modal terrestre será usado, prioritariamente, fruto da diversidade do ambiente amazônico.

**7.3.8.2** A malha rodoviária, apesar de existente, é bastante reduzida e apresenta precárias condições de trafegabilidade.

**7.3.8.3** O transporte aéreo, tanto de asa fixa como de asa rotativa, é necessário para complementar os demais modais. Por vezes, pode ser a única forma de acessar determinadas regiões no ambiente de selva, tendo em vista a possível inexistência de outras vias de acesso.

**7.3.8.4** O B Log Sl deverá desdobrar a BLB, sempre que possível, em região que possa estabelecer e operar um terminal de cargas intermodal.

**7.3.8.5** A companhia de transporte é a SU que possui os meios de transporte disponíveis em um B Log Sl, sendo este estruturado para enquadrar módulos de transporte recebidos do escalão superior.

**7.3.8.6** Para que não haja interrupção no fluxo logístico, devem ser utilizados os processos especiais de distribuição de suprimento, além do reforço dos meios de transporte. Essas medidas são importantes em razão das dificuldades impostas pelo ambiente de selva para a execução das tarefas da função logística Transporte.



Fig 7-4 – Comboio logístico fluvial

**7.3.9** FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO

**7.3.9.1** Nas operações em ambiente de selva, a atividade de manutenção tem sua execução muito dificultada. Por conseguinte, essa função logística deve ser executada tão à frente quanto permitirem a situação tática e a disponibilidade de tempo e de recursos, sob a forma de descentralização do apoio logístico. Com isso, as frações de manutenção lançadas à frente se colocam, normalmente, em reforço aos elementos de primeiro escalão.

**7.3.9.2** A função logística Manutenção deve ser desenvolvida de modo a reduzir o tempo que a OM apoiada fique sem seu material, de forma a não impactar a manobra dessas tropas.

**7.3.9.3** O apoio de manutenção, em operações, é caracterizado pela acentuada redução nos trabalhos em oficina. Devem ser priorizados os serviços de manutenção, no local, e de emergência, ao longo das vias de acesso e dos eixos de progressão. Caso haja alguma situação que exija algum serviço de manutenção mais complexo e demorado, o material deverá ser evacuado para os elementos localizados mais à retaguarda.

**7.3.9.4** As seções leves de manutenção (Seç L Mnt) devem ser destacadas do pelotão leve de manutenção (Pel L Mnt) em apoio direto às OM apoiadas que se encontram em 1º escalão. Cada Seç L Mnt acompanha uma unidade de combate ou de apoio ao combate e desloca-se com os trens da unidade apoiada. Ressalta-se a necessidade de os meios de transporte da Seç L Mnt serem semelhantes ou compatíveis com os do elemento apoiado, visando a acompanhar seu movimento.

**7.3.9.5** Há necessidade de que seja aumentada a quantidade de peças e de conjuntos de reparação transportados pelas Seç L Mnt, em virtude das dificuldades de acesso impostas pelo terreno.

**7.3.9.6** Dependendo da área de operações, em ambiente de selva, deverão ser priorizadas as manutenções dos materiais de engenharia (motor de popa e embarcações) e/ou motomecanização.

**7.3.9.7** O B Log Sl poderá receber apoio suplementar para realizar a Mnt de 2º escalão dos materiais de emprego militar (MEM).




Fig 7-5 – Eqp Mnt realizando a manutenção de armamentos leves na BLB

**7.3.10** FUNÇÃO LOGÍSTICA SALVAMENTO

**7.3.10.1** Para realizar as tarefas da função logística Salvamento, a Cia Mnt do B Log Sl instala e opera um posto de coleta de salvados (P Col Slv).

**7.3.10.2** A restrição de vias de acesso e as longas distâncias dificultam a evacuação do material salvado e capturado. Com isso, deverá haver planejamento detalhado das prioridades de evacuação, dos meios que devem ser empregados, bem como dos artigos críticos que devem ser priorizados.

**7.3.10.3** A adoção de medidas para o reaproveitamento do material salvado, a partir dos menores escalões, tem resultado direto na redução das necessidades de evacuação de material e de manutenção.



Fig 7-6 – Eqp Slv realizando a remoção de viatura em ambiente de selva

**7.3.11** FUNÇÃO LOGÍSTICA ENGENHARIA

**7.3.11.1** As tarefas da função logística Engenharia podem ser executadas pelo B Log Sl e pela companhia de engenharia de combate de selva orgânicos da Bda Inf Sl, bem como pelo Esc Sp de Engenharia.

**7.3.11.2** Cabe ao B Log Sl, nessa função, as atividades de manutenção dos MEM da classe VI (exceto das OM de Engenharia), bem como o tratamento de água da brigada, para posterior distribuição.

**7.3.11.3** Cabe à Cia Eng Cmb Sl e/ou à Engenharia do Esc Sp a adequação e a reparação da infraestrutura das instalações, da rede mínima de estradas, dos portos e das pistas de pouso utilizadas no apoio logístico.



Fig 7-7 – Elementos de Engenharia realizando a manutenção da rede mínima de estradas

**7.3.12** FUNÇÃO LOGÍSTICA SAÚDE

**7.3.12.1** Todos os elementos subordinados à brigada, a partir do escalão subunidade (independente), possuem uma fração de saúde (Pel, Seç, entre outras) com a missão de prestar o atendimento inicial de saúde para essa OM. Essas frações de 1º Esc de saúde têm capacidade limitada de retenção, tratamento e evacuação de feridos e doentes, sendo responsáveis pela execução da medicina preventiva e do atendimento inicial, com medidas de suporte básico e avançado de vida (caso haja médico). Todos os elementos de saúde devem estar treinados e aclimatados ao ambiente de selva, além de estar adestrados em atendimento pré-hospitalar (APH) tático. Também devem estar capacitados para atender pessoas com doenças específicas da região. A equipe de EVAM deve manter o tratamento ao ferido/doente durante todo o trajeto.

**7.3.12.2** A companhia de saúde (Cia Sau) do B Log Sl é responsável por instalar e operar um posto de atendimento avançado (PAA) na BLB.

**7.3.12.3** Em operações, o apoio de saúde em 2º escalão será prestado pela companhia de saúde (Cia Sau) do B Log Sl, que é responsável por instalar e operar um posto de atendimento avançado (PAA) leve na BLB. Para tal, a Cia Sau pode utilizar estruturas móveis (barracas), aproveitar estruturas fixas locais ou embarcações (chatas e navios), optando por estruturas leves e facilmente transportáveis.

**7.3.12.4** O PAA leve, desdobrado pela Cia Sau do B Log Sl, é a estrutura característica do 2º Esc de saúde e tem capacidade intermediária de retenção, tratamento e evacuação de feridos e doentes. Sua principal função é a intervenção cirúrgica imediata, conhecida como "cirurgia de controle de danos", a qual visa a salvar vidas de pacientes gravemente feridos que necessitem de tratamento cirúrgico de urgência. Ele também deve possuir capacidade de realizar a reposição de hemoderivados e estabilizar pacientes, fornecendo suporte avançado de vida.

**7.3.12.5** A evacuação, no âmbito da brigada, é realizada, de forma geral, utilizando-se as ambulâncias do pelotão de evacuação (Pel Ev), orgânico da Cia Sau. Entretanto, dependendo do planejamento e do local das operações, tais meios devem ser adaptados para embarcações, não podendo esses meios de evacuação recebidos permanecerem em reserva. O planejamento minucioso da cadeia de evacuação, com pontos de troca de modal predeterminados, pode minimizar o tempo de transporte até as unidades de referência. O atendimento não deve ser interrompido durante a evacuação.

**7.3.12.6** A rapidez com que um ferido venha a receber os primeiros cuidados médicos pode ser decisiva para a sua sobrevivência. Longas distâncias e falta de infraestrutura para o deslocamento dificultam a tarefa de evacuação de feridos. O atendimento inicial deve ser realizado o mais perto possível do local do ferimento, e o adestramento em APH tático deve ser enfatizado no preparo da missão.

**7.3.12.7** De acordo com a gravidade do ferido, a evacuação pode ser realizada diretamente para os escalões mais elevados de saúde, não tendo a necessidade de seguir a cadeia de evacuação.



Fig 7-8 – Apoio de saúde sendo realizado utilizando a estrutura física local

**7.3.13** FUNÇÃO LOGÍSTICA RECURSOS HUMANOS

**7.3.13.1** O B Log Sl da Bda Inf Sl não conta, em sua estrutura organizacional, com uma subunidade de Recursos Humanos para apoio à brigada. Esse apoio será prestado pelo BRH do Gpt Log, que deve desdobrar, na BLB, uma companhia de recursos humanos avançada (Cia RH A), a qual será responsável por executar as tarefas da função logística Recursos Humanos.

**7.3.13.2** Deve existir fluxo de informações contínuo, adequado e seguro entre a Bda Inf Sl e as suas OM subordinadas. Tal medida busca permitir que a 1ª Seção da Bda mantenha controle sobre os diversos efetivos, preservando o poder de combate de cada OM.

**7.3.13.3** As OM devem atualizar o E-1 (oficial de pessoal) com o relatório de perdas de pessoal e com o sumário diário de pessoal, para a atualização da situação do pessoal da Bda.

**7.3.13.4** As perdas de pessoal são a base para a execução dos recompletamentos no âmbito da GU. A 1ª Seção da Bda deve manter atualizadas as informações sobre as perdas ocorridas nas diversas OM subordinadas.

**7.3.13.5** A Bda Inf Sl deve receber o efetivo para recompletamento já instruído, fardado e equipado. Especial atenção deve ser dispensada à aclimatação da tropa.

**7.3.13.6** Os serviços em campanha, tais como as tarefas de banho e lavanderia, são realizadas, centralizadamente, na BLB. Tal apoio pode ser o mais cerrado possível, podendo desdobrar os postos de banho nos Dst Log ou em locais que facilitem o acesso do pessoal das unidades.

**7.3.13.7** As tarefas de banho e de lavanderia, normalmente, serão executadas em situações em que a Bda está em Z Reu ou em relativa inatividade.



Fig 7-9 – Posto de banho instalado em Vtr

**7.3.13.8** A Cia RH A/BRH é responsável por desdobrar um posto de coleta de mortos (P Col Mor) na BLB. Este deve ficar oculto das vistas da tropa, visando a não abalar o moral dos militares empregados.

**7.3.13.9** A coleta e a identificação dos corpos são feitas no Pel Col Mor das unidades. Nessa instalação, é finalizado o preenchimento das fichas de identificação dos mortos provenientes das subunidades, deixando os corpos em condições de ser transportados para o P Col Mor da Bda. O transporte é realizado, preferencialmente, empregando meios especializados.

**7.3.13.10** A Cia RH A/BRH, recebida pelo B Log Sl, não opera cemitérios provisórios. Entretanto, em situações excepcionais, devido à dificuldade de transporte e à rápida decomposição dos corpos pela ação do calor, ela pode receber essa atribuição, necessitando, para isso, de apoio suplementar do BRH/Gpt Log.

# ANEXO A

## ORDEM DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES OFENSIVAS (MODELO)

Exemplar Nr ___ de ___ cópias
21ª Bda Inf Sl
BOA ESPERANÇA - RR
07 0730JUN22

**ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 002**

Ref: Mosaico de cartas Esc 1:100.000

**COMPOSIÇÃO DOS MEIOS**

**1. Para a M Cmb**

**211º BIS**

**213º BIS**
- 213º BIS
- 2º/21ª Cia E Cmb Sl

**21º Esqd C**
- 21º Esqd C
- 3º/21ª Cia E Cmb Sl

**21º GAC Sl**

**21ª Bia AAAe Sl**

**21ª Cia E Cmb Sl**
- 21ª Cia E Cmb Sl (- 2º e 3º Pel E Cmb Sl)

**21ª Cia Com Sl**

**21º B Log Sl**

**Tr Bda**
- Cia C
- 21º Pel PE

**Reserva**
- 212º BIS

**2. Para Atq e Conq de O1 e O2**

**211º BIS**
- 211º BIS
- 1º/21ª Cia E Cmb Sl

**212º BIS**
- 212º BIS
- 1ª/213º BIS
- 2º/21ª Cia E Cmb Sl

**21º Esqd C**

**21º GAC Sl**

**21ª Bia AAAe Sl**

**21ª Cia Eng Cmb Sl**
- 21ª Cia E Cmb Sl (- 1º e 2º Pel E Cmb Sl)

| **21ª Cia Com Sl** | **21º B Log Sl** | **Tr Bda** |
|---|---|---|
| | | - Cia C<br>- 21º Pel PE |

**Reserva**
- 213º BIS (- 1ª Cia Fuz Sl)

**1. SITUAÇÃO**

a. Forças inimigas

- Anexo A: Anexo de Inteligência.

b. Forças amigas

1) Missão da 2ª DE

- A fim de permitir a reconquista da Rg Terra do Sol por parte da FTC PEDRO TEIXEIRA, Rlz uma marcha para o combate, descoberta, a partir de 130000QJUN22, pelo E Prog 410, para restabelecer o contato com Ini Mr e conquistar e manter entroncamento da Rv 410 com Ramal N Rv 410 (03°14’27”N, 060°07’44”W) (O1), e Rg que domina Ponte Rio CANDIRU (03°24’22”N, 060°12’24”W) (O2), e ficar ECD de Ap Ultr de tropas da FTC Azul.

2) Intenção do Cmt da 2ª DE

- É intenção deste Cmdo cumprir a missão num prazo máximo de quatro jornadas, com o máximo de flexibilidade, segurança, protegendo-se face à porção N da Rv 410, e com mínimo de baixas possível.

3) As demais tropas da 2ª DE realizam marcha para o combate pelo Eixo da Rv 410, constituindo o grosso da 2ª DE.

4) A 5ª DE realizará uma marcha para o combate, pelo E Prog 147, na Dire N, a partir de 130500QJUN22, a fim de buscar o contato com Ini e Conq Rg que domina Ponte Rio CABUÇU (60° 54’ 37” W 3° 27’ 43” N).

5) A 26ª Bda Inf Sl realizará uma marcha para o combate, pelo E Prog Rv 319, na Dire NE, a partir de 130500QJUN22, a fim de conquistar e manter a Rg que domina a Ponte Rio CANDIRU (60°33’56” W 3°12’ 26” N).

6) Elm da FAC apoiam a Man FTC, com possibilidades de tarefas para apoio à 2ª DE com pedidos de missões planejadas, num prazo de 72h, até duas missões diárias. Há possibilidades de esforço de busca de imagens por meio de SARP da FAC, com uma missão diária. A FAC tem possibilidade de superioridade aérea limitada por períodos de cerca de 4 h diariamente.

c. Meios recebidos e retirados

- Conf composição dos meios.

**2. MISSÃO**

a. A fim de cooperar com a 2ª DE no restabelecimento do contato com o Ini e na reconquista da TERRA DO SOL, realizar Op Ofs, na porção nordeste do estado de RORAIMA, a partir de 130000QJUN22, devendo: **Rlz M Cmb,** descoberta, na Dire SW-NE, como vanguarda da 2ª DE, pelo E Prog 410; **Conq e Mnt** Rg Altu que, por N, domina o entroncamento da Rv 410 com ramal N da Rv 410 (03°14’27”N, 060°07’44”W) (O1); **Conq e Mnt** entroncamento da Rv 410 com

ramal N da Rv 410 (03°14'27"N, 060°07'44"W) (O2); após a Conq O1 e O2, **ficar ECD Pross para N**; **ficar ECD apoiar Ultr** de tropas da 2ª e da 8ª DE; **proteger-se** face ao flanco N**; proteger as estruturas estratégicas**, localizadas em sua Z Aç; **ficar ECD apoiar deslocados** para LDS; **ficar ECD executar ações humanitárias**.

b. Minha intenção é cumprir a missão em um prazo máximo de quatro jornadas, com o máximo de flexibilidade e segurança, protegendo-se face à porção N da Rv 410, e com mínimo de baixas possível. Realizando, ainda, todas as ações respeitando o que prescreve o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), principalmente em relação à população civil e seu patrimônio. Para isso, as principais atividades e tarefas da 21ª Bda Inf Sl são: Rlz M Cmb descoberta na Dire SW-NE, como vanguarda da 2ª DE, pelo E Prog 410; Conq e Mnt Rg Altu que, por N, domina o entroncamento da Rv 410 com ramal N da Rv 410 (03°14'27"N, 060°07'44"W) (O1); e, Conq e Mnt entroncamento da Rv 410 com ramal N da Rv 410 (03°14'27"N, 060°07'44"W) (O2).

c. O estado final desejado (EFD) é o contato com o Ini restabelecido, poder militar das tropas terrestres de Marrom que atuam na ARP da 21ª Bda Inf Sl neutralizado. Parcela do território AZUL contida na Z Aç da 21ª Bda Inf Sl retomada, com principais entroncamentos e ramais da BR 410 controlados. População protegida (independente da nacionalidade), infraestrutura preservada e com o mínimo de danos colaterais, Direitos Humanos respeitados e Assistência Humanitária à População local assegurada.

**3. EXECUÇÃO**

**a. <u>Conceito da Operação</u>**

1) Manobra

a) A fim de cooperar com a 2ª DE no restabelecimento do contato com o Ini e na reconquista da TERRA DO SOL, a 21ª Bda Inf Sl realizará Op Ofs, na porção nordeste do estado de RORAIMA, a partir de 13 0000Q JUN 22. Para isso:

(1) Rlz M Cmb descoberta, na Dire SW-NE, como vanguarda da 2ª DE, pelo E Prog 410, em coluna de marcha até a LPH, com o 21º Esqd C como F Cob, o 213º BIS como vanguarda da Bda. A partir da LPH prosseguirá o Mov pelo E Prog 410, em coluna de marcha tática até a LPE, ainda com o 21º Esqd C como F Cob, o 213º BIS como vanguarda da Bda. A partir da LPE, prosseguirá o Mov, em marcha de aproximação, pelo E Prog 410 até P Ct 1. A Partir do P Ct 1, prosseguirá o Mov, em marcha de aproximação, até a L Ct ONÇA, com o 21º Esqd C ao C pelo E Prog 410, com o 211º BIS ao N pela Fx Infl TRACAJÁ e com o 212º BIS ao S pela Fx Infl MACUXI;

(2) Mdt O, após a L Ct ONÇA, fixará o Ini em O2 com o 21º Esqd C;

(3) Conq e Mnt Rg Altu que, por N, domina o entroncamento da Rv 410 com ramal N da Rv 410 (03°14'27"N, 060°07'44"W) (O1), com o 221º BIS;

(4) Mdt O, Conq e Mnt entroncamento da Rv 410 com ramal N da Rv 410 (03°14'27"N, 060°07'44"W) (O2), Rlz Atq Pcp, com o 212º BIS;

(5) Após a Conq O1 e O2, ficará ECD Pross para N;
(6) Ficará ECD apoiar Ultr de tropas da 2ª e da 8ª DE;
(7) Proteger-se-á face ao flanco N;
(8) Protegerá as estruturas estratégicas e áreas industriais de vulto, localizadas em sua Z Aç;
(9) Ficará ECD apoiar deslocados para LDS;
(10) Ficará ECD executar ações humanitárias;
b) An B – Calco de Operações 21ª Bda Inf Sl

2) Fogos
a) Alvos altamente compensadores (AAC)

| **Prio** | **Categoria** | **Descrição** |
|---|---|---|
| 1 | Observação | PO ECD conduzir fogos sobre nossas tropas |
| 2 | AF | Bia Mrt P que Engj os Esc Cmb |
| 3 | Man | Elm PAC/PAG Bda Inf Ini |
| 4 | $C^3$ | PC Ini |
| 5 | Reserva | Res que possam Atq Elm 1º Esc |
| 6 | Man | AC que possam Atq Vtr dos Elm 1º Esc |
| 7 | Man | Tropas em Z Reu ou P Def |
| 8 | Vias | Rg de entroncamentos |
| 9 | Logística | Comboios e instalações logísticas da Cia Sup Ini |

b) Matriz guia de ataque

<table>
<tr><th>Categoria</th><th>Quando</th><th>Como</th><th>Observação</th></tr>
<tr><td>Art/Mrt P</td><td rowspan="12">Identificado ou a pedido</td><td rowspan="12">Neutralização</td><td rowspan="8">Bater com Art</td></tr>
<tr><td>Elm Bld/Mec</td></tr>
<tr><td>Meios BA</td></tr>
<tr><td>Inst Log</td></tr>
<tr><td>PC</td></tr>
<tr><td>PO</td></tr>
<tr><td>Vias de ligação</td></tr>
<tr><td>Mrt Me</td></tr>
<tr><td>Tr Mtz</td><td rowspan="4">Bater com Mrt</td></tr>
<tr><td>Tr a pé</td></tr>
<tr><td>Armas AC</td></tr>
</table>

c) Alvos sensíveis, restritos e proibidos

| Tipo de Alvo | Descrição |
|---|---|
| Alvos sensíveis | Art/Mrt 120 mm e armas AC |
| Alvos restritos | Pontes (Engj Mdt autorização da 2ª DE)<br>Alvos a menos de 200 m de alvos proibidos (Engj Mdt autorização da 2ª DE)<br>Rdv Ut como rotas de refugiados, evacuados e deslocados |
| Alvos proibidos | Localidades, vilarejos e CI<br>Infraestruturas e serviços essenciais à população<br>Demais estruturas protegidas pelo DICA |

d) Diretrizes de AF
(1) Prioridade de fogos
- Inicialmente para o 213º BIS
- Mdt O, para o 212º BIS
(2) Fogos Previstos
- Haverá uma intensificação de fogos de 12 min, com Dscd Mdt O, antecedendo o Atq a O1 e O2.
(3) A ação dos fogos deve buscar causar o menor dano colateral à população.

e) TEAF
(1) TEAF Nr 1
- Tarefa: Ntz a Obs Ini sobre as Rg de passagem sobre cursos d’água, durante a M Cmb.
- Propósito: a fim de permitir a transposição dos cursos d’água obstáculo em segurança.
- Efeitos: Obs inimiga neutralizada.
(2) TEAF Nr 2
- Tarefa: neutralizar a observação inimiga sobre as P Atq.
- Propósito: a fim de permitir a tomada do dispositivo para o Atq.
- Efeitos: Obs inimiga neutralizada.
(3) TEAF Nr 3
- Tarefa: neutralizar o sistema de $C^3$ de tropas Ini valor U.
- Propósito: a fim de desorganizar as ações defensivas do inimigo.
- Efeitos: sistema $C^3$ de tropas Ini valor U neutralizado.
(4) TEAF Nr 4
- Tarefa: neutralizar os meios AF das tropas Ini em contato.
- Propósito: a fim de permitir a progressão das tropas durante o ataque.
- Efeitos: meios AF das tropas Ini em contato neutralizados.
(5) TEAF Nr 5
- Tarefa: interditar os eixos que demandam os objetivos O1 e O2.
- Propósito: a fim de impedir a aproximação de reforços Ini e permitir a consolidação dos Obj.

- Efeitos: eixos que demandam os Obj interditados.
f) Prescrições Gerais
(1) O 21º GAC Sl deve priorizar a rapidez para as mudanças de posição, entretanto, sem comprometer sua segurança.
(2) Alvos com largura entre 201 e 399 m deverão ser batidos por 2 (duas) Bia O.
(3) NGA para designação de alvos:
(a) 211º BIS: CB 0001-0099 (Art) e CB 0101-0199 (Mrt)
(b) 212º BIS: CB 0201-0299 (Art) e CB 0301-0399 (Mrt)
(c) 213º BIS: CB 0410-0499 (Art) e CB 0501-0599 (Mrt)
(d) 21º Esqd C: CB 0601-0699 (Art) e CB 0701-0799 (Mrt)

**b. <u>211º BIS</u>**
1) Compor o grosso da Bda durante a M Cmb Mtz, no eixo da Rv 410;
2) Proteger-se face ao flanco N;
3) Rlz ataque de infiltração, pela faixa de infiltração TRACAJÁ, para Conq O1;
4) Após a Conq de O1, ficar ECD Pross para o N, ou Mnt para Ap Ultr; e
5) Após a Ult por Elm da 2ª e 8ª DE, ficar ECD estabelecer 1 (uma) área de reunião de evacuados (ARE), a fim de apoiar o processo de ENC.

**c. <u>212º BIS</u>**
1) Proteger a retaguarda da Bda, durante a M Cmb Mtz, no eixo da Rv 410;
2) Proteger-se face ao flanco N;
3) Rlz Ataque Pcp da Bda, pela faixa de infiltração MACUXI, para Conq O2;
4) Para as ações em O2, Coor com o 21º Esqd C Mec as medidas de C² necessárias para evitar o fratricídio;
5) Após a Conq de O2, ficar ECD Pross para o N ou Mnt para Ap Ultr; e
6) Após a Ult por Elm da 2ª e 8ª DE, ficar ECD estabelecer 1 (uma) área de reunião de evacuados (ARE), a fim de apoiar o processo de ENC.

**<u>d. 213º BIS</u>**
1) Compor a vanguarda da Bda durante a M Cmb Mtz, no eixo da Rv 410;
2) Proteger-se face ao flanco N;
3) Após o P Ct 1, ocupar região de destino no Pt Coor (03º 09’45”N, 60º 13’36”W); e
4) Após a Ult por Elm da 2ª e 8ª DE, ficar ECD estabelecer 1 (uma) área de reunião de evacuados (ARE), a fim de apoiar o processo de ENC.

**<u>e. 21º Esqd C Mec</u>**
1) Compor a F Cob, durante a M Cmb Mtz, no eixo da Rv 410;
2) Proteger-se face ao flanco N;
3) Rlz Atq de fixação pelo fogo, utilizando o E Prog 410, para apoiar a Conq O2;
4) Após a Conq de O2, Mdt O, realizar a proteção das porções N e E do dispositivo da 21ª Bda Inf Sl; e
5) Ficar ECD Pross para o N ou Mnt para Ap Ultr.

**f. <u>Apoio de fogo</u>**
a) Generalidades
(1) Nas Aç Cntz da Bda durante a M Cmb e na Conq dos Obj, deve-se buscar a Max Cntz Psb.
(2) Os Elm em 1º Esc deverão possuir apoio de fogo adequado para que seja viabilizada uma maior flexibilidade em suas ações. Caso deixe de ser viável tecnicamente, manter a Cntz do tiro até eixo fluvial de movimento.
(3) O 11º GAC 155 AR estará com a MT de Aç Cj-Ref F ao 21º GAC Sl.
b) Organização para o combate
(1) Art Cmp
Até o P Ct Nr 1:
- 21º GAC Sl: Ap G à 21ª Bda Inf Sl, com a 1ª/21º GAC Sl em Ap Dto ao 213º BIS.
A partir do P Ct Nr 1:
- 21º GAC Sl: Ap G à 1ª Bda Inf Sl.
(2) AAAe
- 21ª Bia AAAe Sl: Ap G à 21ª Bda Inf Sl.
- Prio DAAe: 21º GAC Sl, PC 21ª Bda Inf Sl e Res [212º BIS durante a M Cmb e 213º BIS (-) durante o Atq aos Obj finais de M Cmb].
c) Outras Prescrições
(1) An C – PFA (omitido – a ser confeccionado pelo 21º GAC Sl).
(2) O processo de desdobramento deverá ser o fracionado por unidade.
(3) Norma de fogos
- Silêncio: até o Estb Ctt Ini.
- Ativa: após Ctt com Ini.
(4) Critério de fogos
- Confirmados – localizações oriundas de Rdr, SARP, Obs Ter e Obs Ae; além de outras fontes que forneçam Coor, desde que associadas à interseção de três direções resultantes de Obs simples pelo som, clarão e análise de cratera.
- Suspeitos – localizações oriundas de qualquer fonte que forneça coordenadas (exceto radar, SARP, Obs Ter e Obs Ae); além de depoimento de PG.
(5) Formas de Ntz o alvo
- Somente serão Ntz por Art e FAC os alvos confirmados.
(6) Regulações
- Nr de peças: até 02 (duas).
- Horário: 121630Q-121700Q JUN 22.
2) Apoio de Fogo Aéreo
a) Generalidades
(1) A FAC priorizará a 21ª Bda Inf Sl, a partir da obtenção da superioridade aérea, ou Sit Ae favorável.
(2) Prio de Ap Ae na 21ª Bda Inf Sl:
- Durante a M Cmb: 213º BIS, 21º Esqd C Mec, 211º BIS e 212º BIS (nesta ordem).
- Durante o Atq aos Obj de Marcha: 212º BIS, 21º Esqd C Mec, 211º BIS e 213º BIS (nesta ordem).

b) Distribuição
- A FAC poderá Ap a 2ª DE com Aç de Rec armado, Rec, At Ae, Ap Ae Apx, Guia Ae Av, com Prio para a F Cob (21º Esqd C Mec), 213º BIS, 211º BIS e 212º BIS (nesta ordem).
c) Outras prescrições
(1) Pedidos de Mis Plj deverão dar entrada no CCAF/Bda até D-4/0600;
(2) An G – Pl F Ae (omitido).
3) Medidas de Coordenação
a) Os PPFM deverão dar entrada nas C Tir Mrt até D-4/0600.
b) Os PPAA deverão dar entrada na C Tir do 21º GAC Sl até D-4/0600.
c) LSAA: deverão ser informadas ao COT/2ª DE e à AD/2 até D-3/0600.
d) LCAF (2ª DE):
- LCAF 1: ramais N e S de BR 410, Cor (s) 03°01'31"N, 060°27'02"W; 03°00'27"N, 060°24'55"W; e 02°57'03"N, 060°22'31"W, Mdt O;
- LCAF 2: ramais N e S de BR 410, Cor (s) 03°09'43"N, 060°22'01"W; 03°07'02"N, 060°19'24"W; e 03°01'01"N, 060°15'05"W, Mdt O;
- LCAF 3: orla posterior O1 2ª DE Cor (s) 03°15'35"N, 060°10'00"W; 03°16'39"N, 060°07'48"W; e 03°17'09"N, 060°05'28"W, Mdt O; e
- LCAF 4: orla posterior O2 2ª DE Cor (s) 03°24'34"N, 060°16'17"W; 03°25'42"N, 060°12'45"W; e 03°27'54"N, 060°10'29"W, Mdt O.
e) AFP (2ª DE):
- Bairros e comunidades rurais e CI.

**g. <u>Engenharia</u>**
1) Generalidades
a) Ap Spl A
- A ED/2 estabelecerá os seguintes LAT:
(1) LAT 1 – De 130700QJUN22 até 14070Q22 ramais N e S de BR 410, Cor (s) 03°01'31"N, 060°27'02"W; 03°00'27"N, 060°24'55"W; e 02°57'03"N, 060°22'31"W (LPH);
(2) LAT 2 – De140800Q22 ATÉ 150800Q22, ramais N e S de BR 410, Cor (s)03°09'43"N, 060°22'01"W; 03°07'02"N, 060°19'24"W; e 03°01'01"N, 060°15'05"W (LPE); e
(3) LAT 3 – De 150900Q22 até 160900Q22, do entroncamento do ramal - (60º21’22’’W,3º4’10’’N), até a 1ª margem do Ig da GARRAFA.
b) Ap Spl Epcf
- Ap a 21ª Cia E Cmb Sl, no Dbc Atq da 21ª Bda Inf Sl com o 1º/3ª/1º BE Cmb. Ref 01 Gp PLVB.
2) 21ª Cia E Cmb Sl
a) Reforço
(1) Desde já, até o Dbc Atq, ao 213º BIS e 21º Esqd C Mec, com 1 Pel E Cmb Sl cada;
(2) Após o P Ct 1, ao 211º BIS com 01 (um) Pel E Cmb Sl; e
(3) Após P Ct 1, ao 212º BIS com 01 (um) Pel E Cmb Sl.
b) Ap Cj, devendo:
(1) Mnt a rede mínima de estradas de interesse da 1ª Bda Inf Sl;

(2) Reconhecer pontos críticos de Z Reu até P Atq;
(3) Treinar as tarefas a serem Rlz no Dbc Atq;
(4) Reparar pontes; e
(5) Ficar ECD:
(a) Ap a Res quando empregada; e
(b) Aumentar o Ap Elm Emp em 1º Esc.

**h. 1ª Cia Com Sl**
- Conforme Anexo E – Comando e Comunicações.

**i. 1º B Log Sl**
1) Conforme Anexo D – Logística.
2) Desdobrar Dst Log para apoio às Pcp demandas logísticas das frações da 21ª Bda Inf Sl, durante a M Cmb.
3) Após a Ult por Elm da 2ª e 8ª DE, ficar ECD estabelecer 1 (um) Centro de Controle de Evacuados na BLB, a fim de apoiar o processo de ENC.

**j. Tropas da Bda**
1) **Cia C**
- Estabelecer em coordenação com o 21ª Cia Com Sl os Postos de Comando da 21ª Bda Inf Sl.
2) **21º Pel PE**
(1) Estabelecer o controle de circulação e controle de trânsito da A Op confeccionando para tal o devido Apêndice ao Anexo Logístico;
(2) Realizar a segurança do PC da 21ª Bda Inf Sl;
(3) Realizar a prisão e guarda de presos militares e a condução de presos civis; e
(4) Realizar a escolta de comboios em deslocamento dentro da A Op.

**k. Reserva**
1) Até o P Ct 1:
- 212º BIS
2) Após o P Ct 1
- 213º BIS (-1ª Cia Fuz Sl)
- Ficar ECD de apoiar a Manobra do 213º BIS, 211º BIS e 21º Esqd C Mec, nesta ordem de Prio.

**l. Prescrições Diversas**
1) Dispositivo pronto: 122300QJUN22.
2) Composição dos meios em vigor desde já.
3) Início do deslocamento das U: 130000QJUN22.
4) Ordem de movimento para deslocamento das U: 21º Esqd C Mec, 213º BIS, 211º BIS, 21º Pel PE, Cmdo 21ª Bda Inf Sl, Cia C, Elm Ap Cmb, Elm Log e 212º BIS.
5) EEI.

a) Qual a identificação, o dispositivo, a composição, a natureza, o valor e as atividades recentes das tropas Ini empenhadas e ECD reforçar?
b) Quais as possíveis localizações de Z Reu, Pos Art e PC Ini?
c) Quais as condições das estradas e regiões de passagem (pontes)?
d) Qual o tamanho do fluxo de deslocados na Dire BOA ESPERANÇA?
e) Quais as capacidades Log do Ini? Utiliza recursos locais?
f) Qual a possibilidade de Aç Op Esp pelo Ini?
g) Ocorrem Op Info em nossa A Op?
h) O inimigo possui meios de GE na nosssa A Op?

**4. LOGÍSTICA**
- Conforme Anexo D – Logística.

**5. COMANDO E COMUNICAÇÕES**
- Conforme Anexo E – Comando e Comunicações.

**6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS**
a. <u>Pessoal</u>
1) Administração de Pessoal
a) Qualificação Militar
- Está autorizado o preenchimento de claros por pessoal habilitado em curso ou estágio específico, independente da QMG/QMP.
b) Movimentação
- Suspensas as transferências no âmbito da Bda até o final da operação.
2) Assistência ao Pessoal
a) Licenças
- Está sustada a concessão de licenças.
b) Assistência Religiosa
- Será prestada assistência religiosa às OM subordinadas.
3) Disciplina e Justiça Militar
a) Prisão da 2ª DE
- Na Rg de BOA ESPERANÇA (BLT 1)
b) Extraviados
- P Col Extv/21ª Bda Inf Sl Rg de BOA ESPERANÇA.
4) Prisioneiros de Guerra e Civis Internados
a) Campo de PG da 2ª DE
- Na Rg de BOA ESPERANÇA (BLT 1)
b) P Col PG/21ª Bda Inf Sl
- Na Rg de BOA ESPERANÇA
c) Evacuação a cargo do 21º Pel PE.
b. <u>Comunicação Social e Assuntos Civis</u>
1) Comunicação social
a) Relações Públicas

(1) A atividade de RP deve estabelecer contato com os diferentes públicos definidos como prioritários para os objetivos de campanha em todas as fases. Serão utilizados os meios de comunicação disponíveis de forma integrada com outras atividades da Com Soc.
(2) Os principais objetivos são:
- Implantar e coordenar as ações definidas no planejamento de Com Soc do Esc Sp;
- Informar e conscientizar os públicos interno e externo, de modo a atingir o máximo aproveitamento dos sucessos obtidos e minimizar ou anular os efeitos dos óbices em combate, gerando o efeito de aumento da credibilidade e confiança no Exército Brasileiro e em consequência nas ações da Bda.
b) Informações públicas
(1) As atividades de Info Pub a ser desenvolvidas deverão ter como principal propósito a divulgação da atuação e dos resultados positivos obtidos.
(2) Os principais objetivos a ser atingidos serão:
- preservar a imagem da Força;
- minimizar possíveis impactos negativos;
- sensibilizar os formadores de opinião nas esferas internacional e nacional;
- divulgar imagens operacionais favoráveis;
- realçar os valores institucionais e patrióticos;
- manter os públicos-alvo informados sobre as ações realizadas e os resultados obtidos; e
- legitimar as ações da Força perante a opinião pública.
2) Assuntos civis
a) Desdobramento das Unidades de Assuntos Civis
- Não há.
b) Governo
- Conforme An A.
c) Economia
- Conforme An A.
d) Serviços Públicos
- As U deverão envidar esforços para minimizar os danos a rede de Sv básicos (esgoto, água e energia elétrica).
e) ACISO
- Mdt O e, em coordenação com Elm Com Soc, poderão ser executadas em áreas específicas.
f) Atividades Especiais
- Toda Atv envolvendo a população civil das localidades da A Op deve ter a coordenação com Elm de Op Psc e Com Soc, em todos os níveis, visando a obter maiores resultados com menor emprego de meios.
- Os contatos com autoridades locais devem ser buscados desde o início das Op, visando a obter a supremacia na narrativa perante formadores de opinião.

**7. ANEXOS**
A – Anexo de Inteligência
B – Calco de operações (Clc Nr 01)

C – PFA (omitido)
D – Apoio Logístico
E – Comando e Comunicações
Acuse estar ciente:

**Gen Bda xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**
Cmt 21ª Bda Inf Sl

Distribuição:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1) 211º BIS | 4) 21º Esqd C Mec | 7) 21ª Cia E Cmb Sl | 10) Cia C |
| 2) 212º BIS | 5) 21º GAC Sl | 8) 21ª Cia Com Sl | 11) 21º Pel PE |
| 3) 213º BIS | 6) 21ª Bia AAAe Sl | 9) 21º B Log Sl | |

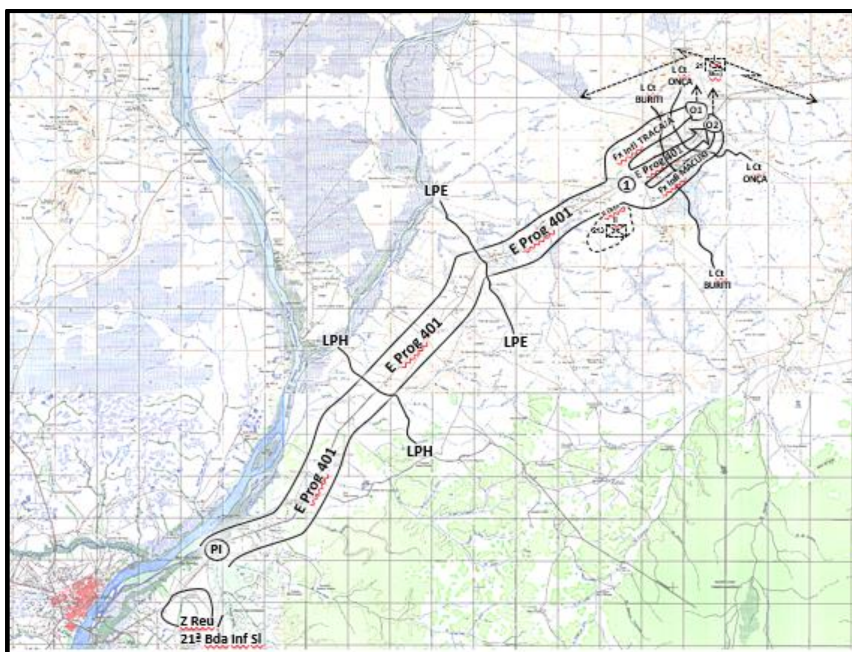
Confere:

a)________________
E3/21ª Bda Inf Sl

## ANEXO B

## CALCO DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES OFENSIVAS (MODELO)

(Esq Man Nr 01 - Ref: Esc 1:100.000)




Acuse estar ciente:

**Legenda:**

**- - - - ▶ Ficar ECD prosseguir**

a) ________________________
Cmt 21ª Bda Inf Sl

Confere: ___________________
E-3/21ª Bda Inf Sl

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

**ANEXO C**

**ORDEM DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS (MODELO)**

Exemplar Nr ___ de___ cópias
21ª Bda Inf Sl
BOA ESPERANÇA-RR
5 JUL/0800

**ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 001**
Ref: Esboço Nr 01, Esc 1:100.000

**COMPOSIÇÃO DOS MEIOS**

**Para as ações no LAADA**

**211º BIS**
- 211º BIS
- 1º/21ª Cia E Cmb Sl

**FT 212º BIS**
- 212º BIS
- 1ª/213º BIS
- 2º/21º Esqd C Mec
- 2º/21ª Cia E Cmb Sl

**213º BIS**
- 213º BIS (- 1ª Cia Fuz Sl)

**21º GAC Sl**

**21ª Bia AAAe Sl**

**21ª Cia E Cmb Sl**
- 21ª Cia E Cmb Sl (- 1º e 2º Pel E Cmb Sl)

**21ª Cia Com Sl**

**21º B Log Sl**

**Tr Bda**
- Cia C
- 21º Pel PE

**Reserva**
- FT Amv
  - 1ª/311º BIL
  - 1º/1ª/4º BAvEx
  - 21º Esqd C Mec (- 2º Pel C Mec)

**Para as ações na ULD**

**211º BIS**
- 211º BIS (-1ª Cia Fuz Sl)

**212º BIS**
- 212º BIS
- 2º/21ª Cia E Cmb Sl

**FT 213º BIS**
- 213º BIS
- 1ª/211º BIS

- 1º/21º Esqd C Mec
- 3º/21ª Cia E Cmb Sl

**21º GAC Sl**

**21ª Bia AAAe Sl**

**21ª Cia E Cmb Sl**
- 21ª Cia E Cmb Sl (- 2º e 3º Pel E Cmb Sl)

**21ª Cia Com Sl**

**21º B Log Sl**

**Tr Bda**
- Cia C
- 21º Pel PE

**Reserva**
- FT Amv
  - 1ª/311º BIL
  - 1º/1ª/4º BAvEx
  - 21º Esqd C (- 1º Pel C Mec)

**1. SITUAÇÃO**

a. Força Inimigas

- Conforme Anexo A

b. Forças Amigas

1) A 22ª, 25ª e 27ª Bda Inf Sl encontram-se defendendo a W da Z Aç da 2ª DE, no corte do Rio CAUAME.

2) O 511º RC Mec encontra-se mobiliando PAG no corte do Rio JAURU.

c. Meios recebidos e retirados

- Conforme composição dos meios

**2. MISSÃO**

a. A fim de cooperar com a manobra da 2ª DE na defesa da sua Z Aç apoiada no Rio CAUAMÉ (60-16), na frente compreendida entre a Faz Au Au (16-24) e o entroncamento da estrada da Faz Olho d'Água (00-04), a 21ª Bda Inf Sl, a partir de D-10/0000, deve:

1) Defender sua Z Aç, no corte do Igarapé MATÁ-MATÁ, na frente compreendida entre norte da Ilha SÃO BENTO DO SURRÃO (68-16) e o entroncamento da estrada da Faz Olho d' Água (00-04);

2) Estabelecer PAC;

3) Proteger as estruturas estratégicas e áreas industriais de vulto, localizadas em sua Z Aç;

4) Ficar ECD apoiar os deslocados para os Centro de Controle de Evacuados/ 2ª DE;

5) Ficar ECD rebater a P Def para a última linha de defesa (ULD), no corte do Rio QUITAUAÚ;

6) Ficar ECD Rlz ações dinâmicas de defesa;

7) Ficar ECD apoiar o C Atq da 2ª DE e integrar Elm Subrd à F Chq;

8) Caso haja a necessidade de ocupação da ULD, planejar e ficar ECD conduzir a defesa da localidade do CANTÁ;
9) Proteger-se e preparar sua Bar do flanco E e à frente de suas áreas de responsabilidade; e
10) Mdt O, passar à contraofensiva e executar as fases 3.1 (cerco ou destruição do Ini invasor), 3.2 (Conq e Mnt da Rg invadida), 4 (normalização) e 5 (reversão).

b. Minha intenção é deter o avanço do inimigo no corte do Igarapé MATÁ-MATÁ; reduzir seus meios blindados e mecanizados pelos fogos e ações dinâmicas de defesa; e negar ao inimigo a utilização das linhas de comunicações terrestres na nossa Z Aç, de forma a impedir o prosseguimento do inimigo para o sul e permitir a concentração de novos meios para uma futura contraofensiva. Para isso, são tarefas essenciais a destruição de 40% de seus meios blindados e mecanizados na primeira linha de defesa, pelo emprego adequado do apoio de fogo integrado a um eficiente sistema de barreiras; a neutralização dos seus meios de engenharia que serão utilizados para a transposição imediata dos cursos d'água; a destruição dos seus meios de apoio de fogo; e a Rlz de todas as ações respeitando o que prescreve o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), principalmente em relação à população civil e seu patrimônio.

c. O estado final desejado é a linha de alturas que domina por Sul o Igarapé MATÁ-MATÁ mantida, com o controle da BR-147 assegurado, o inimigo em Ctt detido ao norte do Igarapé MATÁ-MATÁ, sem capacidade de realizar ações ofensivas, e a população e infraestruturas da região preservadas e com o mínimo de danos colaterais.

**3. EXECUÇÃO**
a. Conceito da Operação
1) Manobra
a) A 21ª Bda Inf Sl defenderá, a partir de D-10/0000, com o LAADA apoiado no corte do Igarapé MATÁ-MATÁ (80-12), na frente compreendida entre o norte da ilha SÃO BENTO DO SURRÃO (68-16) e o entroncamento da estrada da Faz Olho D'Água (00-04), empregando os meios da seguinte forma:
(1) Para as ações no LAADA:
(a) Estabelecerá PAC com o 21º Esqd C Mec (-);
(b) A FT 212º BIS a W;
(c) O 211º BIS a L, na A Cmb AMAZONAS; e
(d) O 213º BIS (-) a S, na A Cmb AJURICABA.
(2) Ficará ECD rebater a P Def para ULD, no corte do Rio QUITAUAÚ e defender a Loc CANTÁ. Para isso, empregará:
(a) O 21º Esqd C Mec (-) como força de proteção;
(b) O 211º BIS (-) ao C;
(c) O 212º BIS a E; e
(d) A FT 213º BIS a E, na A Cmb SÃO JOAQUIM.
(3) Acolherá Elm 21º RC Mec, PAG da 2ª DE, que retraírem em sua Z Aç.
(4) Protegerá estruturas estratégicas localizadas em sua Z Aç.

(5) Ficar ECD apoiar o C Atq da 2ª DE e integrar Elm Subrd à F Chq.
(6) Ficar ECD de realizar ações dinâmicas de defesa em sua Z Aç.
(7) Proteger-se-á e preparará sua Bar do flanco E e à frente de suas áreas de responsabilidade.
(8) Mdt O, passará à contraofensiva e executar as fases 3.1 (cerco ou destruição do Ini invasor), 3.2 (Conq e Mnt da Rg invadida), 4 (normalização) e 5 (reversão).
(9) Anexo B – Calco de Operações da 1ª Bda Inf Sl.
2) Fogos
a) Alvos Altamente Compensadores (AAC)

| FASE | PRIO | CATEGORIA | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|---|
| Até o retraimento do P Avç C | 1 | Engenharia | Tr e Eqp Eng nas R Psg |
| | 2 | IRVA | Rdr Vig e PO |
| | 3 | Meios de GE | Meios de GE em Ap aos Elm 1º Esc |
| | 4 | Fogos | Art GU 1º Esc |
| | 5 | C3 | PC a partir do Valor U |
| | 6 | Manobra | Tr Bld e Mec FTC Marrom |
| No desembocar do Atq Ini | 1 | Fogos | Art GU 1º Esc |
| | 2 | IRVA | Rdr Vig e PO |
| | 3 | Manobra | Res Valor U |
| | 4 | Combustíveis | Loc Dep Cl III Ini e P Distr Cl III Ini ao longo do EPS Ini |
| | 5 | C3 | PC Valor GU e meios de GE |
| | 6 | Vias de ligação | Locais de passagem sobre o Igarapé MATÁ-MATÁ (LAADA). |
| Até a PMA/C Atq/Rebatimento da P Def | 1 | Manobra | Tr Bld e Mec FTC Marrom |
| | 2 | Fogos | Art GU 1º Esc |
| | 3 | C3 | PC Valor GU e meios de GE |
| | 4 | Vias de ligação | Locais de passagem sobre o Igarapé MATÁ-MATÁ (LAADA) |

b) Alvos sensíveis, restritos e proibidos:
1) Alvos sensíveis – Res Bld valor U e Art 155 AP.
2) Alvos restritos – o engajamento de pontes deverá levar em consideração a recuperabilidade para possibilitar apoiar as ações futuras da 2ª DE. Só será engajada mediante coordenação com o E-5/DE. Os alvos próximos a alvos proibidos só deverão ser atacados mediante estudo dos efeitos colaterais e submetidos a autorização do Cmt FTC.
3) Alvos proibidos – localidades Z Aç; locais de peregrinação religiosa; e demais elementos enquadrados na Convenção de Haia – 1907, Convenções de Genebra – 1949, Convenção de Haia – 1954 e seu Protocolo – 1999, Convenção sobre a Proibição da Utilização de Técnicas de Modificação Ambiental para Fins

Militares ou Hostis – 1976 e Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949 – 1977.
c) Diretrizes ao Apoio de Fogo
(1) Prio F
(a) Até o retraimento do PAC: 21º Esqd C Mec;
(b) No desembocar do Atq Ini: FT 212º BIS, 211º BIS e 213º BIS, nesta ordem;
(c) Nas ações de retraimento p/ ULD: 21º Esqd C Mec; e
(d) Na ULD: FT 213º BIS.
(2) Fogos Previstos
(a) Ficar ECD realizar, Mdt O, contrapreparação a comando da AD/2.
(b) O 21º GAC Sl deverá realizar intensificação de fogos Mdt o engajamento do Ini nos bolsões.
d) Diretrizes de Fogos
- Durante as ações na ADA, os fogos do 21º GAC Sl deverão priorizar a Z Aç da FT 212º BIS.
e) TEAF
(1) Até o acolhimento do PAC
(a) TEAF Nr 1
- Tarefa: neutralizar Tr e Eqp Eng da FTC Marrom nas R Psg sobre o Igarapé MATÁ-MATÁ.
- Propósito: a fim de retardar o avanço do 1º Esc Ini durante seu ataque.
- Efeito: Tr e Eqp Eng Ini neutralizados.
(b) TEAF Nr 2
- Tarefa: neutralizar tropas Bld e Mec da FTC Marrom na nossa Z Aç.
- Propósito: a fim de degradar o poder de combate da FTC Marrom durante o ataque.
- Efeito: tropas Bld e Mec Ini neutralizadas.
(c) TEAF Nr 3
- Tarefa: destruir meios de busca de alvos da FTC Marrom na Z Aç 21ª Bda Inf Sl.
- Propósito: reduzir a capacidade de realizar fogos observados sobre a P Def da 21ª Bda Inf Sl.
- Efeito: Me BA Ini destruídos.
(d) TEAF Nr 4
- Tarefa: destruir Eqp GE em apoio às ações do 1º Esc da FTC Marrom.
- Propósito: a fim de impedir a interferência da GE Ini na manobra defensiva da 1ª Bda Inf Sl.
- Efeito: Eqp GE Ini destruídos.
(e) TEAF Nr 5
- Tarefa: neutralizar Art GU da FTC Marrom na nossa Z Aç.
- Propósito: reduzir a capacidade de apoio de fogo da FTC Marrom durante o ataque.
- Efeito: Art Ini neutralizadas.
(2) Após o acolhimento do PAC
(a) TEAF Nr 6
- Tarefa: neutralizar Art GU em 1º Esc da FTC Marrom na nossa Z Aç.

- Propósito: reduzir a capacidade de apoio de fogo das GU em 1º Esc.
- Efeito: Art Art GU em 1º Esc da FTC Marrom neutralizadas.

(b) TEAF Nr 7
- Tarefa: neutralizar PC a partir do valor U da FTC Marrom na nossa Z Aç.
- Propósito: desorganizar a manobra ofensiva do Ini durante o desembocar do ataque.
- Efeito: PC Ini neutralizado.

(c) TEAF Nr 8
- Tarefa: neutralizar Res GU em 1º Esc da FTC Marrom na nossa Z Aç.
- Propósito: a fim de degradar o poder de combate da FTC Marrom durante o C Atq nas ações no bolsão.
- Efeito: Res Ini neutralizadas.

(d) TEAF Nr 9
- Tarefa: interditar R Psg ao longo do Igarapé MATÁ-MATÁ.
- Propósito: a fim de retardar o avanço da FTC Marrom durante a Trnp C Agu.
- Efeito: R Psg interditadas.

(e) TEAF Nr 10
- Tarefa: destruir P Distr Cl III Ini ao longo do EPS Ini.
- Propósito: reduzir a impulsão do avanço das U FTC Marrom durante ataque.
- Efeito: P Distr Cl III Ini destruídos.

3) Barreiras
- Anexo F – Plano de Barreiras

b. <u>211º BIS</u>

1) Defender em sua Z Aç, na A Cmb AMAZONAS, devendo barrar o avanço do inimigo pelo estabelecimento de pontos fortes/P Def ao longo das penetrantes que incidem em sua área;
2) Proteger-se face ao flanco E;
3) Ficar ECD rebater a P Def para ULD, no corte do Rio QUITAUAÚ; e
4) Planejar ações dinâmicas da defesa em sua A Cmb.

c. <u>FT 212º BIS</u>

1) Defender sua Z Aç no corte do Igarapé MATÁ-MATÁ;
2) Ficar ECD rebater a P Def para ULD, no corte do Rio QUITAUAÚ; e
3) Planejar ações dinâmicas da defesa em sua Z Aç e A Cmb.

d. <u>213º BIS</u>

1) Aprofundar a defesa, na A Cmb AJURICABA, APD L Ct ALFA, devendo barrar o avanço do inimigo pelo estabelecimento de ontos fortes/P Def ao longo das penetrantes que incidam em sua área;
2) Ficar ECD rebater a P Def para a ULD, mobiliando a A Cmb SÃO JOAQUIM, devendo defender a Loc CANTÁ e barrar o avanço do inimigo por meio de estabelecimento de pontos fortes/Pos Def no corte do Rio QUITAUAÚ;
3) Acolher Elm FT 212º BIS, por ocasião do rebatimento para ULD; e
4) Planejar ações dinâmicas da defesa em sua A Cmb.

e. <u>Apoio de Fogo</u>

1) Apoio de artilharia

a) Generalidades

(1) O 26º GAC 155 AR estará em Aç Cj-Ref F ao 21º GAC Sl

(2) Prio DAAe: 21º GAC Sl, PC 21ª Bda Inf Sl e reserva
b) Organização para o combate
(1) Art Cmp
(a) Para as ações na ADA:
- 21º GAC Sl – Ap G à 21ª Bda Inf Sl, com a 3ª Bia O Sl em Ap Dto ao 211º BIS (-).
(b) Para as ações nas Pos Aprf:
- 21º GAC Sl – Ap G à 21ª Bda Inf Sl.
(c) Para as ações na ULD:
- 21º GAC Sl – Ap G à 21ª Bda Inf Sl, com a 1ª Bia O Sl em Ap Dto à FT 213º BIS.
(2) AAAe
- 21ª Bia AAAe: Ap G
c) Outras prescrições: An C – Plano de fogos de artilharia.
2) Apoio de fogo aéreo
a) Generalidades
- Os pedidos de apoio de fogo Ae à FAC deverão dar entrada no COT da AD/2 com 72 horas de antecedência.
b) Distribuição
- Apoio aéreo disponível para a 21ª Bda Inf Sl: 4 surtidas diárias, a contar de D, para fins de planejamento.
c) Outras prescrições: An D – Plano de fogos aéreos.
3) Medidas de coordenação
a) O PFA deverá dar entrada no COT/2ª DE até D-1/1800.
b) Os planos provisórios de apoio de Artilharia deverão dar entrada no COT da AD/2 até D-1/1200.
c) Os planos de fogos de morteiro deverão dar entrada no CCAF/Bda até D-2/1800.
d) ARF sobre as localidades de BOA ESPERANÇA, SÃO PEDRO e VILA CENTRAL.
e) LSAA 1 sobre Rg de Faz CAÇADA REAL, Faz SANTA FÉ e Sul da ilha SÃO JOSÉ.
f) LSAA 2 sobre ao LAADA (rio CAUAMÉ).
g) LSAA 3 sobre o limite S da A Cmb AMAZONAS.
h) LSAA 4 sobre a ULD.
i) LCAF 1 sobre sobre Rg de Faz CAÇADA REAL, Faz SANTA FÉ e Sul da ilha SÃO JOSÉ.
j) LCAF 2 sobre o limite S da A Cmb AMAZONAS.
f. <u>Engenharia</u>
1) Generalidades
- O uso dos recursos locais será coordenado pelo 2º Gpt E.
2) 21ª Cia E Cmb Sl
a) Reforço (Dispo ADA pronto)
(1) Ao 211º BIS com 1 Pel E Cmb;
(2) A FT 212º BIS com 1 Pel E Cmb; e
(3) Ao 213º BIS com 1 Pel E Cmb.

b) Ap Cj (antes do desembocar do Atq Ini), devendo:
(1) Mnt a R Mini Estr de interesse da 21ª Bda Inf Sl;
(2) Cnst 4 (quatro) espaldões para C Mec na ADA, na Z Aç da FT 212º BIS, até D-1 /0600;
(3) construir Nu Aprf de “a” até “l”;
(4) Ficar ECD Cnst Nu dos pontos fortes nas A Cmb em proveito das U;
(5) preparar a destruição de todas as Pnt que incidem sobre a Z Aç;
(6) Lançar as barreiras de cobertura imediata e avançada nas Z Aç da FT 212º BIS, 211º BIS e 213º BIS, nessa ordem; e
(7) Ficar ECD:
(a) Ap a Res quando empregada;
(b) Aumentar o Ap Elm Emp em 1º Esc; e
(c) Receber Ap Eng do Esc superior.

g. <u>Tropas da Bda</u>
- 21º Pel PE
- Ficar ECD mobiliar PC Tran nos entroncamentos entre as Rdv AZ 410 e 423, por ocasião do rebatimento para a ULD.
- Estabelecer o controle de circulação e controle de trânsito da A Op, confeccionando, para tal, o devido apêndice ao anexo logístico;
- Realizar a segurança do PC da 21ª Bda Inf Sl;
- Realizar a prisão e guarda de presos militares e a condução de presos civis; e
- Realizar a escolta de comboios em deslocamento dentro da A Op.

h. <u>Reserva [21º Esqd C Mec (-) e FT Amv]</u>
1) Prio o Plj de C Atq na Z Aç da FT 212º BIS;
2) Ficar ECD Rlz a segurança da área de retaguarda;
3) Ficar ECD atuar em toda Z Aç da 21ª Bda Inf Sl;
4) Ficar ECD aprofundar a defesa nos núcleos de “a” a “p”;
5) Rlz ações dinâmicas da defesa em toda a Z Aç 21ª Bda Inf Sl; e
6) 21º Esqd C Mec (-)
- Ficar ECD retardar o Ini, como força de proteção, APD L Ct ALFA, por ocasião da necessidade do rebatimento da Pos Def para a ULD.

i. <u>Prescrições Diversas</u>
1) Quadro horário:
a) D-1/0000 – Dispositivo da P Def pronto.
b) D-1/0600 – Acolhimento da F Cob.
2) Destruição de Pnt somente Mdt O.
3) EEI:
a) A FTC Marrom está Utz como DTA as Rdv 147?
b) A FTC Marrom está incidindo na Z Aç da 2ª DE Azul?
c) Qual o dispositivo adotado nas M Cmb da FTC Marrom? Qual a tropa em vanguarda?
d) O Plano de Dissimulação da 2ª DE está funcionando a contento?
e) Quais os limites entre a FTC Marrom em sua incidência no nosso LAADA?
f) Qual a forma de manobra a ser realizada por cada FTC Marrom no Atq a nossa P Def?

g) Qual a possibilidade de uma manobra de infiltração nas Rg Mt densa em nossa Z Aç?
h) Onde incidirão os Atq Pcp FTC Marrom?
i) Onde incidirão as 11ª e 12ª Bda Inf Mec Marrom? Essas GU representam os Atq Pcp da FTC Marrom?
j) Qual a Loc do AF dos C Ex Ini para o desembocar do Atq a nossa Pos Def?
k) Quais são os pontos de Passagem de Balsa no Igarapé MATÁ-MATÁ?
l) Quais as localizações da ZRIME e ZFRME das Brigadas Marrom para a transposição dos rios obstáculos?
m) Qual a probabilidade de emprego das Bda Inf Amv e Aet Ex Marrom em nossa Z Aç ou nas vizinhas? E quais os indicadores que apontem a execução das L Aç Ini?
n) Qual a possibilidade de Ref dos C Ex Ini na nossa Z Aç?
o) Qual a reserva da FTC Marrom?
p) Qual a Loc da Res Ex Marrom?
q) Quais as principais vulnerabilidades e pontos fracos do Ini?
r) Qual a real capacidade de IRVA do Ini?
s) Onde se encontram os P Distr e depósitos de suprimento Cl III e Cl V Ini em nossa área Influência?

**4. LOGÍSTICA**
- Conforme Anexo D

**5. COMANDO E COMUNICAÇÕES**
- Conforme Anexo E

**6. PESSOAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS**
- Conforme Anexo H

**7. ANEXOS**
A – Anexo de Inteligência
B – Calco de operações (Clc Nr 01)
C – PFA (omitido)
D – Apoio Logístico
E – Comando e Comunicações
F – Plano de Barreiras
G – Plano de Circulação e Controle de Trânsito
H – Plano de Comunicação Social e Assuntos Civis

Acuse estar ciente:

**Gen Bda xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**
Cmt 21ª Bda Inf Sl

Distribuição:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1) 211º BIS | 4) 21º Esqd C Mec | 7) 21ª Cia E Cmb Sl | 10) Cia C |
| 2) 212º BIS | 5) 21º GAC Sl | 8) 21ª Cia Com Sl | 11) 21º Pel PE |
| 3) 213º BIS | 6) 21ª Bia AAAe Sl | 9) 21º B Log Sl | |

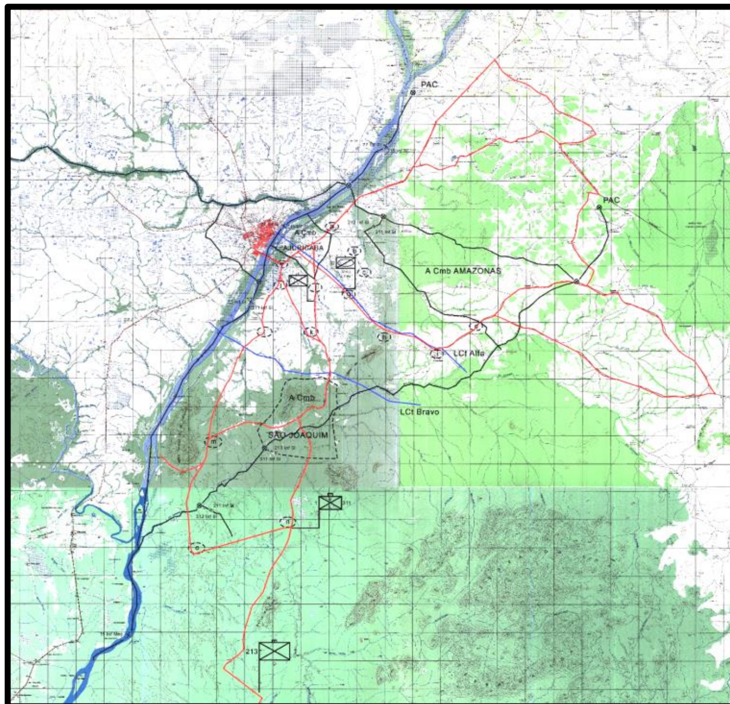
a) ________________________
Cmt 21ª Bda Inf Sl

Confere: __________________
E-3/21ª Bda Inf Sl

## ANEXO D

## CALCO DE OPERAÇÕES – BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS (MODELO)

(Esq Man Nr 01- Ref: Esc 1:100.000)




Acuse estar ciente:

a) ________________________
Cmt 21ª Bda Inf Sl

Confere: __________________
E-3/21ª Bda Inf Sl

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

# GLOSSÁRIO

## ABREVIATURAS E SIGLAS

**A**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| A Cmb | Área de Combate |
| A Op | Área de Operações |
| AAAe | Artilharia Antiaérea |
| ACISO | Ação Cívico-Social |
| Aclh | Acolhimento |
| ADA | Área de Defesa Avançada |
| AE | Área de Engajamento |
| AF | Apoio de Fogo |
| AFL | Área de Fogo Livre |
| AFP | Área de Fogo Proibido |
| AOGI | Área de Operações de Guerra Irregular |
| Ap Cmb | Apoio ao Combate |
| Ap Log | Apoio Logístico |
| APH | Atendimento Pré-Hospitalar |
| Apvt Exi | Aproveitamento do Êxito |
| ARF | Área de Restrição de Fogos |
| ARP | Aeronave Remotamente Pilotada |
| ARP | Área de Responsabilidade |
| Art Cmp | Artilharia de Campanha |
| Atq | Ataque |
| Atq Coor | Ataque Coordenado |
| Atq Frt | Ataque Frontal |
| Atq Oport | Ataque de Oportunidade |
| Atq Pcp | Ataque Principal |
| Atv | Atividade |
| Av Ex | Aviação do Exército |

**B**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| B Log Sl | Batalhão Logístico de Selva |
| Bda | Brigada |
| Bda Inf Mec | Brigada de Infantaria Mecanizada |
| Bda Inf Sl | Brigada de Infantaria de Selva |
| Bia AAAe | Bateria de Artilharia Antiaérea |
| BIS | Batalhão de Infantaria de Selva |
| BLB | Base Logística de Brigada |
| BRH | Batalhão de Recursos Humanos |

**C**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| C² | Comando e Controle |
| C Com | Centro de Comunicações |
| C Dan | Controle de Danos |
| C Ex | Corpo de Exército |
| C Rec | Contrarreconhecimento |
| CAG | Circulação Aérea Geral |
| CCAF | Centro de Coordenação de Apoio de Fogo |
| CCOA | Célula de Coordenação de Operações Aéreas |
| CCOp | Centro de Coordenação de Operações |
| ChEM | Chefe do Estado-Maior |
| Cia C | Companhia de Comando |
| Cia Com Sl | Companhia de Comunicações de Selva |
| Cia E Cmb Sl | Companhia de Engenharia de Combate de Selva |
| Cia Fuz Sl | Companhia de Fuzileiros de Selva |
| Cia Log Mnt | Companhia Logística de Manutenção |
| Cia Mnt | Companhia de Manutenção |
| Cia RH A | Companhia de Recursos Humanos Avançada |
| Cia Sau | Companhia de Saúde |
| Cia Sup | Companhia de Suprimento |
| CIMIC | Cooperação Civil-Militar |
| CMA | Comando Militar da Amazônia |
| Cmdo | Comando |
| CMN | Comando Militar do Norte |
| Cmt | Comandante |
| Cnsd | Considerado |
| CO | Capacidade Operacional |
| COAT | Centro de Operações Aéreas do Teatro |
| Com Soc | Comunicação Social |
| COMAE | Comando de Operações Aeroespaciais |
| COT | Centro de Operações Táticas |
| Crdr Seg | Corredor de Segurança |
| CSAR | Busca e Salvamento em Combate *(Combate Search and Rescue)* |

**D**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| D Aepc | Defesa Aeroespacial |
| DAAe | Defesa Antiaérea |
| DE | Divisão de Exército |
| Def A | Defesa de Área |
| Def Mv | Defesa Móvel |
| DEFAR | Defesa de Área de Retaguarda |

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| DICA | Direito Internacional dos Conflitos Armados |
| DMT | Doutrina Militar Terrestre |
| DOAMEPI | Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Ensino, Pessoal e Instrução |
| DQBRN | Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear |
| Dslc | Deslocamento |
| Dst Log | Destacamento Logístico |

**E**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| EAR | Espaço Aéreo Restrito |
| EB | Exército Brasileiro |
| ECAF | Elemento de Coordenação de Apoio de Fogo |
| ECAT | Equipe de Controle Aerotático |
| EFD | Estado Final Desejado |
| Elm | Elemento |
| Elm Man | Elemento de Manobra |
| EM | Estado-Maior |
| EMG | Estado-Maior Geral |
| ERFT | Espaço Restrito ao Fogo Terrestre |
| Esc Sp | Escalão Superior |
| Esqd Cav | Esquadrão de Cavalaria |
| Est Aç | Estado de Ação |
| EVAM | Evacuação Aeromédica |
| Exfl Amv | Exfiltração Aeromóvel |

**F**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| F Ae | Força Aérea |
| F Amv | Força Aeromóvel |
| F C Rec | Força de Contrarreconhecimento |
| F Cob | Força de Cobertura |
| F He | Força de Helicópteros |
| Fx Infl | Faixa de Infiltração |
| F Ini | Forças Inimigas |
| F Irreg | Forças Irregulares |
| F Pcp | Força Principal |
| F Ptç | Força de Proteção |
| F Seg | Força de Segurança |
| F Ter | Força Terrestre |
| F Vig | Força de Vigilância |
| FA | Forças Armadas |
| FAC | Força Aérea Componente |

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| FAMESI | Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade, Sustentabilidade e Interoperabilidade |
| FNC | Força Naval Componente |
| ForSup | Força de Superfície |
| FT Amv | Força-Tarefa Aeromóvel |
| FTC | Força Terrestre Componente |

**G**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| GAA | Guia Aéreo Avançado |
| GAC Sl | Grupo de Artilharia de Campanha de Selva |
| GE | Guerra Eletrônica |
| GLO | Garantia da Lei e da Ordem |
| Gpt Log | Grupamento Logístico |
| GRULIFONA | Grupo de Ligação de Fogo Naval |
| GU | Grande Unidade |

**H**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| HE/Helcp | Helicóptero |

**I**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| IE Com Elt | Instruções de Exploração de Comunicações e Eletrônica |
| Infl | Infiltração |
| Infl Amv | Infiltração Aeromóvel |
| Ini | Inimigo |
| | |
| IRVA | Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos |
| Itn | Itinerário |

**L**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| L Ct | Linha de Controle |
| LAADA | Limite Anterior da Área de Defesa Avançada |
| LCAF | Linha de Coordenação de Apoio de Fogo |
| LMF | Lançadores Múltiplos de Foguetes |
| Log | Logística |
| LPE | Linha de Provável Encontro |
| LPH | Linha da Pior Hipótese |
| LRF | Linha de Restrição de Fogos |

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| LSAA | Linha de Segurança de Apoio de Artilharia |

**M**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| M Cmb | Marcha para o Combate |
| Man | Manobra |
| MC | Manual de Campanha |
| MCAF | Medidas de Coordenação de Apoio de Fogo |
| MCCEA | Medidas de Coordenação e Controle do Espaço Aéreo |
| Mdd | Medida |
| MEM | Material de Emprego Militar |
| Mov Rtg | Movimento Retrógrado |
| MPE | Medidas de Proteção Eletrônica |

**N**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| NGA | Normas Gerais de Ação |

**O**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| O Lig | Oficial de Ligação |
| O Lig Art | Oficial de Ligação de Artilharia |
| OCCA | Operações de Cooperação e Coordenação com Agências |
| OG | Organizações Governamentais |
| OIG | Organizações Intergovernamentais |
| OLA | Oficial de Ligação Aérea |
| OM | Organização Militar |
| OMDS | Organizações Militares Diretamente Subordinadas |
| ONG | Organizações Não-Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| Op | Operações |
| Op Amv | Operações Aeromóveis |
| Op C F Irreg | Operações Contra Forças Irregulares |
| Op Def | Operações Defensivas |
| Op Esp | Operações Especiais |
| Op Info | Operações de Informação |
| Op Ofs | Operações Ofensivas |
| Op Psc | Operações Psicológicas |
| Op Rib | Operações Ribeirinhas |
| Op Seg | Operações de Segurança |

**P**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| P Cmb | Poder de Combate |
| P Col Mor | Posto de Coleta de Mortos |
| P Col Slv | Posto de Coleta de Salvados |
| P Def | Posição Defensiva |
| P Reu | Ponto de Reunião |
| P Vig | Posto de Vigilância |
| PAA | Posto de Atendimento Avançado |
| PAC | Posto Avançado de Combate |
| PAG | Posto Avançado Geral |
| PC | Posto de Comando |
| PC Altn | Posto de Comando Alternativo |
| PCP | Posto de Comando Principal |
| PCT | Posto de Comando Tático |
| PEF | Pelotão Especial de Fronteira |
| Pel | Pelotão |
| Pel Ev | Pelotão de Evacuação |
| Pel L Mnt | Pelotão Leve de Manutenção |
| PF | Ponto Forte |
| Pl Op | Plano Operacional |
| Plj | Planejamento |
| PPCOT | Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres |
| Prsg | Perseguição |

**Q**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| QI | Quadrícula de Interdição |
| QO | Quadro de Organização |

**R**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| RAMC | Requisição de Acionamento de Medida de Coordenação |
| Rec | Reconhecimento |
| Rec Amv | Reconhecimento Aeromóvel |
| Rec F | Reconhecimento em Força |

**S**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| SAR | *Search and Rescue* (Busca e Resgate) |
| SARP | Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas |
| Seç | Seção |

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| Seç AAAe | Seção de Artilharia Antiaérea |
| Seç L Mnt | Seção Leve de Manutenção |
| Seç Vig Ter | Seção de Vigilância Terrestre |
| Seg | Segurança |
| SEGAR | Segurança de Área de Retaguarda |
| SISComSEx | Sistema de Comunicação Social do Exército |
| SISTAC | Sistema Tático de Comunicações |
| SMRP | Sistemas de Munições Remotamente Pilotadas |
| SU | Subunidade |
| Subst | Substituição |

**T**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| TAI | Técnicas de Ação Imediata |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| TO | Teatro de Operações |
| TTP | Táticas, Técnicas e Procedimentos |

**U**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| U | Unidade |
| Ultr | Ultrapassagem |

**V**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| Vig | Vigilância |
| VRDAAe | Volume de Responsabilidade de Defesa Antiaérea |

**Z**

| Abreviaturas/Siglas | Significado |
|---|---|
| Z Aç | Zona de Ação |
| Z Dbq | Zona de Desembarque |
| Z Emb | Zona de Embarque |
| ZL | Zona de Lançamento |
| ZOR | Zona de Operação Restrita |
| ZPH | Zona de Pouso de Helicópteros |
| Z Reu | Zona de Reunião |

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Lista de Tarefas Funcionais**. EB70-MC-10.341. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2016.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Antiaérea**. EB70-MC-10.231. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Antiaérea nas Operações**. EB70-MC-10.235. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações**. EB70-MC-10.234. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Guerra Cibernética**. EB70-MC-10.232. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. EB70-MC-10.223. 5. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Aeromóveis**. EB70-MC-10.218. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Ofensivas e Defensivas**. EB70-MC-10.202. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Planejamento e Coordenação de Fogos**. EB70-MC-10.346. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Cavalaria nas Operações**. EB70-MC-10.222. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Engenharia nas Operações**. EB70-MC-10.237. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Infantaria nas Operações**. EB70-MC-10.228. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operação de Garantia da Lei e da Ordem**. EB70-MC-10.242. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Guerra Eletrônica na Força Terrestre**. EB70-MC-10.201. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Logística nas Operações**. EB70-MC-10.216. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Artilharia de Campanha nas Operações**. EB70-MC-10.224. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigada de Cavalaria Mecanizada.** EB70-MC-10.309. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Informação**. EB70-MC-10.213. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Guerra Eletrônica nas Operações**. EB70-MC-10.247. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **As Comunicações nas Operações**. EB70-MC-10.246. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Grupo de Artilharia de Campanha**. EB70-MC-10.360. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Interagências**. EB70-MC-10.248. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres.** EB70-MC-10.211. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Assuntos Civis**. EB70-MC-10.251. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigada de Aviação do Exército**. EB70-MC-10.373. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Esquadrão de Cavalaria Mecanizado**. EB70-MC-10.374. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Batalhão Logístico.** EB70-MC-10.317. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2022.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Logística Militar Terrestre**. EB70-MC-10.238. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2022.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigadas de Infantaria**. EB70-MC-10.334. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2023.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Comando e Controle**. EB70-MC-10.205. 1.ed. Brasília, DF: COTER, 2023.

BRASIL. Exército. Comando do Exército. **Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército**. EB10-IG-01.002. 1. ed. Brasília, DF: C Ex, 2011.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Brigada de Infantaria de Selva**. IP 72-30. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1997.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **O Batalhão de Infantaria de Selva**. IP 72-20. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1997.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações na Selva**. IP 72-1. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1997.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **As Comunicações na Brigada**. C 11-30. 2. ed. Brasília, DF: EME, 1998.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Batalhões de Infantaria**. C 7-20. 3. ed. Brasília, DF: EME, 2003.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Estado-Maior e Ordens**. C 101-5. 2. ed. vol. 1 e 2. Brasília, DF: EME, 2003.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações de Dissimulação**. EB20-MC-10.215. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Fogos**. EB20-MC-10.206. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Inteligência**. EB20-MF-10.107. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Movimento e Manobra**. EB20-MC-10.203. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Proteção**. EB20-MC-10.208. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre.** EB20-MF-10.102. 3. ed. Brasília, DF: EME, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas**. MD34-M-03. 1. Ed. Brasília, DF: MD, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Apoio de Fogo em Operações Conjuntas**. MD33-M-11. 1. ed. Brasília, DF: MD, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: MD, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Operações Interagências**. MD33-M-12. 2. ed. Brasília, DF: MD, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes**. MD33-M-08. 3. ed. Brasília, DF: MD, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD33-M-02. 4. ed. Brasília, DF: MD, 2021.

**COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES**
**CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO**
**Brasília, DF, 1º de novembro de 2023**
**www.cdoutex.eb.mil.br**